

OSVALDO ZORZATO

FORMAÇÃO DA EMPRESA
E RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGROPECUÁRIA:
O CASO DE AQUIDAUANA



Universidade Federal da Grande Dourados
Reitor: Damião Duque de Farias
Vice- Reitora: Marlene Estevão Marchetti
Editora UFGD
Coordenação editorial: Paulo Custódio de Oliveira
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira e Tiago Gouveia Faria
Programação visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br
Conselho Editorial
Edvaldo Cesar Moretti
Wedson Desidério Fernandes
Célia Regina Delácio Fernandes
Luiza Mello Vasconcelos
Marcelo Fossa da Paz
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Rozanna Marques Muzzi

Trabalho originalmente publicado como dissertação
de mestrado pela Pontifícia Universidade de São Paulo
no ano de 1986

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Z83f	Zorzato, Osvaldo.
Formação da empresa e relações de trabalho na agropecuária : o caso de Aquidauana. / Osvaldo Zorzato. -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.	
133p.	
ISBN: 978-85-8147-131-0 .	
Possui referências.	
1. Relações de trabalho. 2. Agropecuária. 3. Aquidauana. I. Título.	
CDD – 339.5	

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	5
INTRODUÇÃO	9
Capítulo I OCUPAÇÃO E PECUÁRIA	19
Capítulo II A ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL COM A EXPANSÃO CAPITALISTA DE SÃO PAULO	37
Capítulo III CAPITAL E TRABALHO NA AGROPECUÁRIA REGIONAL	53
Capítulo IV A AGROINDÚSTRIA E A SUBORDINAÇÃO CAMPONESA	79
Capítulo V A EMPRESA E O EMPRESÁRIO RURAL	97
CONCLUSÃO	115
BIBLIOGRAFIA	121
ANEXO	123

NOTA DO AUTOR

A publicação da presente dissertação atende a uma demanda crescente, sobretudo dos cursos de pós-graduação na área de ciências humanas surgidos nas duas últimas décadas no estado de Mato Grosso do Sul. Há também o interesse de áreas afins por conhecer os primórdios das pesquisas acadêmicas, mas é cada vez maior a demanda pela história da ciência produzida entre nós. É neste contexto e para atender a este público que a Editora da UFGD se propõe a divulgar, em formato de e-book, um trabalho produzido em meados dos anos de 1980.

Intitulado *A Formação da Empresa e as Relações de Trabalho na Agropecuária: o caso de Aquidauana*, o texto que ora se divulga é uma cópia fiel da dissertação defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 1986, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia, sob a orientação do saudoso Professor Octávio Ianni. Cabe aqui um esclarecimento: embora já trabalhasse no curso de História, minha opção pelo mestrado em Ciências Sociais decorreu da minha formação na área, particularmente no campo da Sociologia.

Ao reler o trabalho fui recuperando um conjunto de influências e circunstâncias que tornaram a pesquisa possível, mas que determinaram em grande medida o seu formato e sua abrangência. No campo das influências gostaria de notar minha primeira experiência, como monitor de pesquisa, no trabalho da professora Maria Conceição D’Incao, publicado em 1975, pela Editora Vozes, com o título *O Boia Fria: Acumulação e Miséria*. Certamente o despertar pelo tema das relações de trabalho no campo surgiu desta experiência e das leituras dela decorrentes. Uma segunda influência, mas não menos importante, foi a convivência

ao longo dos quatro anos da graduação com os professores do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, então um instituto isolado da Universidade de São Paulo. Desta convivência gostaria de destacar o entusiasmo com que o professor Armen Mamigonian conduzia, orientava e estimulava pesquisas sobre pecuária, charqueadas, frigoríficos e cidades do então sul de Mato Grosso. Enquanto a primeira influência me conduzia para a leitura dos clássicos marxistas que haviam discutido teoricamente o tema das relações de trabalho no campo (Rosa Luxemburg, Lênin e sobretudo Kautsky), a segunda apontava a importância do levantamento empírico dos dados. Nestes quesitos o leitor poderá notar que tive mais apego à teoria do que ao levantamento e tratamento das fontes.

Por último, quando escrevia o trabalho dialoguei com várias obras então recém-publicadas e que acabaram por ampliar o escopo inicial do trabalho. Assim, o texto final ficou com cinco capítulos, revelando um pecado muito comum nesse momento da carreira, que é a dificuldade de se aprofundar em pontos específicos do tema escolhido.

Para encerrar esta breve nota gostaria de registrar dois fatos e um agradecimento especial. O primeiro diz respeito a como foi fazer uma dissertação na área de Ciências Sociais, em Mato Grosso do Sul, nos anos de 1980. Praticamente não havia interlocutores e era necessário viajar centenas de quilômetros para fazer tal interlocução. Também não existiam computadores e o copiar e colar era feito literalmente com tesoura e cola, depois datilografar novamente até que a redação ficasse aceitável para os padrões acadêmicos. Um segundo ponto a registrar – um tanto quanto pitoresco – foi que, quando da defesa, em fins de 1986, havia sido criado um plano econômico que congelava os preços dos produtos, razão pela qual faltou carne para o tradicional churrasco de comemoração de defesa! Ainda bem que não faltou cerveja nem cachaça....

Nesse contexto de relativo isolamento e dificuldades de interlocução, o campus da UFMS de Aquidauana contratou um jovem, talentoso e aguerrido professor de História. Este colega se tornaria meu interlocutor

favorito e desde então um grande amigo. Relendo o texto da dissertação pude identificar muitos trechos em que as sugestões de redação do professor Paulo Roberto Cimó Queiroz foram aproveitadas, dada a costumeira elegância com que fala e escreve.

Agradeço também aos muitos outros colegas e alunos da História, da Geografia e das Letras, dos vários campi da UFMS, mas, sobretudo, de Aquidauana, que por algum tempo me ouviram falar sobre os efeitos da modernização capitalista no campo em uma região periférica.

Aos que forem ler este trabalho pela primeira vez espero ter ajudado com estes esclarecimentos preliminares. A todos, boa leitura!

Dourados, fevereiro de 2012.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é estudar a formação das relações sociais de produção no contexto histórico do desenvolvimento econômico de uma região – Aquidauana. A fixação deste objeto de investigação implicará em esclarecer os mecanismos pelos quais se processa a formação do mercado de produtos e de trabalho. Da mesma forma, implicará em explicitar a recriação de relações de trabalho nas quais o trabalhador ainda não está totalmente expropriado de suas condições de trabalho, embora tenha sua produção paulatinamente subordinada à produção capitalista. Por último, caberá mencionar a participação do Estado como elemento viabilizador do processo de expansão das formas capitalistas de exploração no campo, seja pela criação da infraestrutura e pelos recursos financeiros postos à disposição dos proprietários de terra para a aquisição de modernas tecnologias, seja pelas distintas formas de estímulo e favorecimento para que as explorações se organizem em bases empresariais.

A área escolhida para pesquisa corresponde à região de Aquidauana, localizada no oeste do estado de Mato Grosso do Sul. Compreende cerca de 40 mil km² e abrange os atuais municípios de Anastácio, Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Miranda e Nioaque. Alguns destes municípios estão situados na microrregião do Pantanal são formados por terras baixas, em grande parte sujeitas à inundação por ocasião das cheias e, por isso, são utilizadas quase que exclusivamente para a exploração da pecuária. O restante dos municípios situa-se na microrregião da Bodoquena, composta de terras mais altas e que são utilizadas também para fins agrícolas.

inserção no processo de divisão social do trabalho pode indicar o modo pelo qual se processa o desenvolvimento regional no plano das relações sociais de produção.

Assim, procuramos conduzir nossa análise na perspectiva da absorção e controle das atividades agropecuárias pela expansão do modo de produção capitalista. Nossa tarefa consistirá em identificar a dinâmica pela qual vem ocorrendo a penetração e controle (direto ou indireto) do capital sobre o processo produtivo na agropecuária regional. Nesse sentido, faremos inicialmente uma tentativa de reconstituição e pelo menos em parte o processo de destruição da economia natural que precedeu o advento da economia mercantil na região. Posteriormente, tentaremos caracterizar as transformações mais recentes nas atividades agropecuárias e indicar o sentido destas transformações, situando-as no contexto mais geral da expansão capitalista.

A questão da penetração do capital no campo já foi tratada por vários autores, começando pelos clássicos. A forma brutal porque o capital se apropria dos meios de produção e expropria as populações que vivem sob o regime de economia natural foi tratada por Rosa Luxemburg ao analisar as condições históricas da acumulação capitalista. Da mesma forma, Kautsky abordou os efeitos sociais e econômicos da agricultura capitalista, enfatizando a relação entre a pequena e a grande exploração, além do incremento técnico decorrente da especialização que ocorre com a introdução em bases capitalistas. Também Lênin, estudando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, discute a diferenciação do campesinato e a substituição das formas de submissão pessoal nas relações de trabalho com a formação da agricultura capitalista, destacando ainda a importância da colonização interior para a formação do mercado interno. O mesmo autor trata também da evolução da agricultura norte-americana, referindo-se ao avanço das formas capitalistas no processo de produção nas atividades agrícolas³.

3 A contribuição dos autores clássicos constitui ponto de referência obrigatória quando se tem em vista analisar as transformações nas atividades agropecuárias na perspec-

Com relação à questão específica da formação e evolução da economia mato-grossense há a contribuição de diversos autores, ainda que utilizando enfoques diferenciados. Dentre os que trataram da atividade pastoril e situaram os problemas no contexto da formação histórica brasileira pode-se citar inicialmente Celso Furtado e Caio Prado Junior⁴. O primeiro fez apenas algumas menções isoladas, indicando primeiramente as relações entre a exploração aurífera (século XVIII) e a introdução da pecuária, referindo-se em seguida à evolução da economia pastoril (século XIX) como uma forma de exploração de subsistência. Por último, o autor refere-se à pecuária brasileira em geral reconhecendo-a como importante fonte de abastecimento do mercado interno. O segundo, da mesma forma, dedica poucas páginas ao assunto. Refere-se ao Mato Grosso num primeiro momento quando trata das vias de comunicação e transporte do país, ainda no período colonial. Menciona o avanço da pecuária do Triângulo Mineiro em direção ao sul de Mato Grosso e volta a fazer mais algumas considerações genéricas sobre a pecuária regional quando fala da instalação dos frigoríficos no Brasil enfocando o problema a partir da questão do abastecimento de matéria-prima para a nova indústria.

Dentre os estudos específicos relacionados à historiografia regional é necessário mencionar o ensaio de Nélon W. Sodré sobre a grande propriedade pastoril⁵. Além de enfatizar constantemente a rudeza do meio

tiva dos efeitos da penetração do capital no campo. Em razão disso, algumas de suas contribuições serão mencionadas no corpo deste trabalho. Para mais esclarecimentos veja-se LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980; LENIN, Vladimir I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril, 1982 e "Nuevos datos acerca de las leyes del desarrollo del capitalismo em la agricultura em los Estados Unidos de America del Norte. Obras completas, Moscú, Tomo 22.

4 Cf. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1975; PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982; História econômica do Brasil. 27 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

5 Cf. SODRÉ, Nélon W. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Jose

geográfico, este autor descreve o processo de ocupação regional pela corrente de criadores mineiros, a forma de exploração das fazendas, o comércio de gado e os tipos humanos aí existentes, principalmente o vaqueiro. Ainda que sua análise ocorra no plano descritivo, é de grande valia pela riqueza de informações, abrangendo desde o início da colonização até os anos trinta do século XX.

Ainda sobre a questão regional, alguns trabalhos mais recentes, sobretudo de historiadores⁶, têm procurado demonstrar que a questão regional não pode ser compreendida fora de uma perspectiva mais abrangente que situe o desenvolvimento regional nos diversos momentos no contexto da expansão capitalista brasileira. Mesmo assim, constituem-se em iniciativas pioneiras nas quais se procura explicar o processo histórico fugindo da versão tradicional (que apenas justifica os acontecimentos, priorizando ora o caráter “aventureiro” dos primeiros ocupantes, ora as “façanhas” dos desbravadores ou ainda os feitos dos “grandes homens”).

Em parte, a perspectiva deste trabalho corresponde a essa última tendência. Os questionamentos aqui levantados têm a intenção de contribuir para o debate apontando para o problema central das transformações provocadas pelo desenvolvimento regional em bases capitalistas.

A escolha de Aquidauana como área de referência empírica relaciona-se com o fato dela poder ser considerada uma área típica de ocupação relativamente antiga e que mais recentemente vem sofrendo o impacto de novas transformações. Nesse sentido, pode ser considerado um caso típico de expansão histórica do capitalismo no campo na medida em que in-

Olímpio, 1941.

6 CORREIA, Valmir B.; CORREIA, Lucia 5. História e historiografia de uma região. Corumbá, s.ed., 1985; NEVES, Joana. A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal: civilização e dependência. 1980. Dissertação – Universidade de São Paulo, São Paulo; e VASCONCELOS, Claudio A, de. Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre – 1957/1970. 1986. Tese – Universidade Estadual Paulista, Assis.

corpora novas áreas de exploração econômica. Acreditamos, pois, que seu estudo poderá contribuir para a compreensão da questão agrária brasileira em suas variações regionais.

No que se refere à metodologia, optamos pelo estudo de caso por entender que este oferece condições de tratar uma unidade social em seu todo, isto é, possibilita a reconstrução social da realidade em suas múltiplas facetas e numa perspectiva histórica⁷. A nosso ver, a tentativa de se questionar as mudanças nas relações sociais de produção no contexto de uma formação econômico-social específica precisa ser vista na sua dimensão histórica, na qual se possam identificar os elementos constitutivos do processo. Daí a opção por um enfoque histórico-sociológico e por uma metodologia que busque compreender o particular dentro do geral.

Para efeito da coleta de dados utilizamo-nos basicamente de entrevistas junto às fontes diretamente relacionadas com a problemática em estudo. Assim, nas entrevistas com grandes produtores procurou-se indagar sobre a organização da produção, como a composição da base técnica, relações de trabalho, gerenciamento, além das suas relações com órgãos financeiros e a comercialização de mercadorias. O que estava em questão eram as possíveis transformações dos estabelecimentos agropecuários, no sentido da adoção de um comportamento empresarial do produtor.

Com os técnicos dos órgãos assistenciais procurou-se obter informações a respeito do comportamento dos produtores rurais face à orientação técnica fornecida e sobre o nível técnico dos estabelecimentos locais.

No que se refere aos órgãos financeiros, consultaram-se principalmente agentes locais do Banco do Brasil, objetivado informações sobre a aplicação de programas de crédito e outras formas de incentivo, administrados pelo Banco.

7 Cf, FERNANDES, Florestan. A sociologia numa era de revolução social. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.350 e segs.; e GOOD, W. J.; HATT, P. K. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1972, p. 420-433.

Por último, foram entrevistados alguns trabalhadores assalariados e pequenos produtores. Com os primeiros, procurou-se obter dados tais como pequena história de vida, condições de trabalho e aspirações futuras. Entre os pequenos proprietários, obtiveram-se dados sobre o uso de insumos, de financiamentos, de mão de obra e comercialização dos produtos. O objetivo era verificar as formas de expropriação do trabalho camponês pelo capital industrial, representado no caso pela cooperativa de laticínios local.

No levantamento do material estatístico utilizamo-nos sobretudo dos censos agropecuários do IBGE; para os dados sobre a história regional consultou-se, além da bibliografia existente, o setor de documentação e obras raras do Centro Universitário de Aquidauana.

Do tratamento do material coletado resultou o presente trabalho, organizado da maneira que se segue:

No primeiro capítulo – *Ocupação e Pecuária* – tivemos o intuito de indicar as linhas mestras que direcionaram o processo de ocupação da área estudada, enfatizando os aspectos mais significativos referentes ao tipo de organização econômica estabelecida inicialmente. Coube destacar, nesse sentido, as bases erigidas pela penetração da pecuária, relatando-se inclusive a utilização da parceria como uma das formas pelas quais se viabilizou a acumulação originária na região.

O capítulo seguinte, intitulado *Articulação da Economia Regional com a Expansão Capitalista de São Paulo*, teve a mesma orientação do primeiro. Nele, procuramos inscrever a produção regional nos quadros de sua articulação com a economia paulista. Para tanto, considerou-se inicialmente o avanço espacial daquela economia, dada as redefinições que se seguiram ao processo de industrialização da região Sudeste. Posteriormente, procurou-se caracterizar as formas de articulação econômica, destacando-se o papel dos frigoríficos que passaram a determinar, em grande parte, o sentido da reorientação seguida pela produção pecuária local. Por último, indicamos a situação da agricultura regional perante o estabelecimento das novas bases socioeconômicas, definidoras em última análise do processo em curso.

Considerando as atividades agropecuárias como um todo, no terceiro capítulo – *Capital e Trabalho na Agropecuária Regional* – procurou-se situar e questionar o contexto em que se redefine a organização da produção nos estabelecimentos rurais, a partir dos anos setenta. Utilizando-nos de dados estatísticos e de informações obtidas em entrevistas, indicamos as alterações introduzidas na estrutura fundiária, na utilização de técnicas atualizadas e nas relações de produção, alterações estas decorrentes do desenvolvimento econômico regional em moldes capitalistas.

A partir de um caso específico, procuramos, no capítulo IV – *A Agroindústria e a Subordinação Camponesa* –, caracterizar a subordinação camponesa ao capital industrial, representado por um laticínio. Indagou-se, nesse sentido, sobre o tipo de relações existentes entre os fornecedores de matéria-prima e a empresa industrial, apontando-se também as contradições que permeiam os empreendimentos agroindustriais organizados na forma de cooperativa.

Por último, dadas as transformações operadas na organização da produção agropecuária regional, procurou-se indicar no capítulo intitulado *A Empresa e o Empresário Rural* o nível de organização geral sobre as barreiras impostas ao surgimento da empresa no campo. Investigamos algumas experiências locais de empreendimentos rurais comparando sua estrutura organizatória e situando-as como formas possíveis de organização empresarial nas atividades agropecuárias. Paralelamente, discutiu-se a participação do empresário rural como agente viabilizador do processo de constituição empresarial, objetivando o estabelecimento de padrões racionais de produção, do ponto de vista da acumulação capitalista.

Capítulo I

OCUPAÇÃO E PECUÁRIA

O início da ocupação do pantanal mato-grossense remonta ao século XVII. O conhecimento deste processo em toda a sua complexidade exigiria um estudo envolvendo, inclusive, as disputas entre portugueses e espanhóis pela posse das terras que hoje formam parte do território brasileiro. Tal objetivo, entretanto, foge ao âmbito deste trabalho. Neste Capítulo 1 nossa intenção é estabelecer as linhas mestras da ocupação e povoamento da área em questão, para compreender como se organizou, posteriormente, um tipo de exploração econômica: a agropecuária. Sem pretender reconstituir a totalidade do processo histórico, faremos uso de algum material histórico para ilustrar o desenvolvimento da economia regional em bases mercantis.

Em geral, os historiadores estabelecem três períodos distintos, nos quais acreditam estar as bases da ocupação regional. São eles o bandeirantismo, a mineração e a expansão pastoril oriunda do Triângulo Mineiro.

O movimento expansionista das bandeiras desenvolveu-se a partir do século XVII. Tendo São Paulo como ponto de partida, seu objetivo foi, num primeiro momento, o apresamento indígena. De um lado, a decadente lavoura paulista não suportava as despesas com a compra de escravos africanos. De outro lado, o apresamento indígena foi estimulado pela desorganização do tráfico negreiro que supria as necessidades de mão de obra no Nordeste brasileiro. Assim, os bandeirantes penetraram o território em busca de índios. Davam preferência às etnias reunidas pelos jesuítas espanhóis para catequese que, por isso, constituíram-se em presas fáceis. Desta forma, milhares de índios eram aprisionados e posteriormente vendidos

como escravos nas regiões litorâneas. Do ponto de vista dos agentes da conquista e da expansão colonial, o bandeirantismo cumpriu um duplo papel: primeiro mostrou-se como uma saída, ainda que provisória, para a estagnada economia paulista; segundo, explorando o interior do território, incorporou novas áreas à colônia portuguesa. Para as regiões exploradas, o período das bandeiras caracterizou-se por uma violência brutal e por ser extremamente despovoador.

Em resumo, esse primeiro período caracterizou-se como sendo mais de expansão e de conquista do que de ocupação efetiva. Os caminhos abertos pelos caçadores de índios seriam, posteriormente, percorridos para outras explorações.

Uma segunda fase de exploração colonial teve início no primeiro quartel do século XVIII com o estabelecimento da atividade mineradora. Neste período, a relação dos colonizadores com o território modificar-se-ia profundamente.

De certa forma, a descoberta do ouro em terras da futura Capitania e, mais tarde, Província de Mato Grosso, pode ser considerada uma extensão da fase apresadora do século anterior. A afirmação se justifica pelo fato de que tanto a descoberta do ouro, em 1719, como a própria atividade mineradora teve o predomínio dos paulistas.

À descoberta do ouro cuiabano seguiu-se um grande fluxo migratório proveniente de outras partes da Colônia. Concomitantemente, a administração portuguesa agia rapidamente, para assegurar-se dos benefícios da exploração aurífera, mediante urna rígida estrutura administrativa e tributação escorchante.

Contudo, os aspectos básicos da mineração regional seriam a constante mobilidade da população e o alto custo dos gêneros de primeira necessidade. O primeiro, devido ao rápido esgotamento do ouro encontrado (ouro de aluvião). O segundo, em função do monopólio no abastecimento exercido pelos comerciantes, apesar da introdução de algumas atividades paralelas à mineração, como pequenas lavouras e a criação do gado.

Nesse quadro de necessidades, cabe mencionar as expedições monçoeiras. Elas teriam importância não só como supridoras de artigos de subsistência, mas também pela mudança no relacionamento entre os colonizadores e o território explorado. Utilizando-se fundamentalmente dos cursos dos rios, as monções necessitavam de certo controle sobre as áreas a serem percorridas. Tornava-se imperioso pôr a salvo o abastecimento de mercadorias. Daí a preocupação com o conhecimento dos rios, evitando-se possíveis acidentes de navegação. Mais ainda: havia a necessidade de pousadas fixas para descanso e abastecimento das próprias expedições. Via de regra, estas pousadas surgiam nos varadouros dos rios, onde as próprias embarcações tinham que ser transportadas por terra⁸. Garantia-se, desta forma, um maior controle sobre as áreas percorridas.

Do ponto de vista da ocupação da região pantaneira, o ciclo da mineração foi importante sob dois aspectos. Primeiro porque a administração portuguesa, na busca de assegurar a supremacia sobre a região, procurou criar formas de defesa do território. A disputa constante com os índios e, principalmente, com os espanhóis, determinou a construção de fortificações das quais surgiriam, posteriormente, duas importantes cidades do pantanal sul-mato-grossense: Corumbá e Miranda. Em segundo lugar porque, com a decadência da atividade mineradora, alguns criadores de gado procuraram o pantanal, tendo sido esta a origem dos primeiros rebanhos chegados às regiões dos rios Negros, Miranda, Taboco e Nioaque⁹.

Pode-se concluir que, de um modo geral, a ocupação inicial da região pantaneira contou a atuação de fatores econômicos e militares (representados, os primeiros, pelos interesses ligados à mineração e, os segundos,

8 “As monções percorriam um longo percurso que vencia em cerca de 6 meses de viagem, O roteiro mais usual foi o que, partindo de Porto Feliz (antiga Araritaguada) pelo Tietê atingia o Paraná, depois subia o Pardo e ganhava, através do varadouro de Camapuã, o Coxim e o Taquari, por onde se chegava ao Paraguai, São Lourenço e finalmente, Cuiabá”. NEVES, J, op. cit., p.38, nota 28.

9 NEVES, J. op. cit., p. 56.

pela necessidade de defesa do território ocupado), sendo os primeiros determinantes sobre os segundos.

Visava-se controlar principalmente a navegação do rio Paraguai, evitando-se a ameaça espanhola. A rigor, pode-se afirmar que a criação do Forte Coimbra, Albuquerque, Corumbá e Cáceres no último quartel do século XVIII tinha um objetivo geopolítico; isto é, buscava garantir o domínio português sobre a região mineira. A existência de tratados de limites por si só não assegurava a supremacia portuguesa. Primeiro porque nunca houve demarcação dos limites. Depois, porque tanto espanhóis como portugueses violavam com frequência os tratados existentes. Contudo, em que pese a importância do ciclo minerador, seria pela expansão da pecuária proveniente do Triângulo mineiro (e, posteriormente, de São Paulo) que se efetivaria a ocupação do sul-mato-grossense.

As primeiras penetrações de gado no espaço sul-mato-grossense remontam ao final do século XVIII. A nova frente formada pelos criadores de gado vinha em busca de pastagens naturais para seus rebanhos. Constituíam-se de uma população rarefeita, promovendo uma ocupação igualmente dispersiva.

Atendendo a uma necessidade de expansão contínua, própria da criação extensiva, os criadores contaram com um fator extremamente favorável: a hidrografia regional. Atravessando lugares de vegetação pouco densa, os criadores conduziam seus rebanhos aproveitando-se das pastagens encontradas nas vias fluviais. As proximidades das nascentes do São Francisco com os afluentes do rio Paraná, entre eles o Parnaíba e o Grande, favoreceu a travessia para os chapadões goianos e para o território de Mato Grosso.

Nas palavras de Sodré, “o grande triângulo que penetra tratos estranhos, marcado pela abertura entre o Parnaíba e o Grande, como que foi o indicador de rumos. Vadeando o primeiro dos formadores do Paraná, os

rebanhos penetraram, em fins do III século, as terras do Oeste”. Estava iniciada a conquista pastoril, que daria novo sentido colonizador ao território¹⁰.

Em terras sul-mato-grossenses foi nos campos de Vacaria¹¹, nas proximidades do rio Ivinhema, que surgiram as primeiras fazendas de gado. Dali irradiar-se iam os primeiros focos de expansão pastoril em direção ao Norte. Segundo Sodré, as primeiras pontas de rebanhos que partiram dos campos de Vacaria direcionaram-se para o Norte, atingindo o rio Sucuriú e o Verde. Ainda segundo este autor, Coxim teria sido lugar de pouso obrigatório e um novo centro distribuidor de rebanhos para as terras baixas do pantanal. Os sucessivos impulsos expansionistas fizeram estender os rebanhos rumo Norte e Noroeste, atingindo inclusive as fronteiras bolivianas do rio Guaporé¹².

O autor de *Oeste* cita um documento no qual se atribui a Joaquim Francisco Lopes o relato dos nomes de 73 fazendeiros situados nas zonas de Santana do Parnaíba, rios Sucuriú, Verde, Anhandui e Vacaria, em meados do século XIX. Desses nomes, grande parte ter-se-ia deslocado para as cabeceiras de alguns dos formadores do Paraguai. Abrindo estradas para seus rebanhos, os criadores, na sua ação conquistadora, punham em contato as terras sul-mato-grossenses com as do Paraná e São Paulo, além de Goiás e Minas Gerais, com as quais já tinham ligações¹³.

10 SODRÉ, N. W. Op. cit., p. 58-59

11 “Dá-se o nome de Vacaria a uma área do Sul de Mato Grosso que se estende das cabeceiras do Rio Anhandui às cabeceiras do Rio Dourados, numa extensão de 200 léguas quadradas. Nela predominam terras vermelha grudenta roxa nas áreas de mata, massapé à beira dos cursos de água. Os seus rios são navegáveis tanto os que rumam para o Paraná como os que vertem para o Paraguai. Margeando-os, das cabeceiras às barras, estão as matas. Os espigões divisores das águas têm leve declividade. Predominam os campos limpos, cobertos de cerrado ralo. Atualmente, Campo Grande, Ponta Porã e Dourados limitam as fronteiras da Vacaria que tem no centro Rio Brillhante, Sídrolândia e Maracaju...” ABREU, Diores S. Comunicações entre o sul do Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo: o comércio de gado. Revista de História, vol. LIII, n. 105, p. 191-192, jan/mar. 1976.

12 SODRÉ, N. W. Op. cit., p. 60.

13 SODRÉ, N. W. Op. cit., p. 62-66, notas 7 e 8.

Em que pesem as afirmações de Sodré, com base em trabalhos mais recentes¹⁴ e em depoimentos de descendentes dos primeiros fazendeiros chegados região à pantaneira¹⁵ é possível afirmar que os primeiros rebanhos bovinos a ocupar parte da área pantaneira seriam provenientes da região cuiabana. Estes, por sua vez, teriam chegado à região em meados do século XVIII, quando o tráfico que ligava Cuiabá ao litoral passou a ser feito por Goiás. Os rebanhos oriundos do Triângulo Mineiro seriam os responsáveis pela ocupação do extremo sul de Mato Grosso. De qualquer forma, em épocas posteriores, também ocupariam áreas pantaneiras. A partir do final do século XIX, esta ocupação se completaria com as novas correntes provenientes de São Paulo.

O aspecto pacífico da ação conquistadora dos criadores de gado na região foi muito mais aparente do que real. De um lado, na medida em que aumentavam os rebanhos, novas terras eram exploradas. A forma ultra extensiva de criação, aproveitando-se as pastagens naturais, estava a exigir constante ocupação de novas áreas. De outro lado, a região era habitada por inúmeros grupos indígenas, combatidos pelos criadores que expropriavam-lhes as terras. Posteriormente, os índios eram submetidos ao trabalho nas fazendas. Esse processo – que a rigor continua até hoje – tinha significado diferente para ambas as partes: para os criadores representava a simples ocupação das terras “sem dono”, enquanto que para os grupos indígenas representava uma questão de vida ou morte.

Vários autores¹⁶ assinalaram, a esse respeito, que a constituição das fazendas de gado determinou a ruína e o extermínio de muitas aldeias. A

expropriação violenta e brutal das terras indígenas resultou na desagregação de suas comunidades, na destruição de sua economia natural e na consequente proletarização dos seus elementos.

Em suas origens esse processo de expropriação tem a ver com a estruturação da economia pastoril em termos mercantis. A acumulação inicial se fez, de um lado, mediante a apropriação privada dos meios de produção tribais, principalmente a terra. De outro lado, fatores “extra econômicos”, como a Guerra com o Paraguai¹⁷ e a destruição intencional das plantações indígenas¹⁸ resultaram na desagregação de muitas aldeias e na dispersão de sua população. Esta, por sua vez, passou a ter na venda de sua força de trabalho nas fazendas a única condição de subsistência.

A partir de 1880, com a instalação de novos fazendeiros e o crescimento da população regional, começa a ocorrer a disciplinação das terras. As fazendas apresentam certas características “modernas”, como a introdução das cercas de arame delimitando as pastagens¹⁹. Contudo, durante várias décadas ainda, a maioria das propriedades (adquiridas mediante simples apropriação) continuaria com seus limites indefinidos.

À medida que aumentava o número de fazendas tornava-se necessário resolver a questão do recrutamento da mão de obra. A resolução deste problema se efetivava mediante a incorporação do trabalhador indígena. A partir de então, a quase totalidade dos trabalhadores das fazendas de gado seriam índios. Além do gado, cuidavam também dos roçados, dos serviços domésticos e, muitas vezes, dos variados serviços manuais²⁰.

14 NEVES J. – Op. Cit., p. 56.

15 RIBEIRO R. A. – Taboco – 150 anos: balaio de recordações. Campo Grande, s. ed., 1984, p. 23.

16 Cf. SILVA, Fernando A. Mudança cultural dos terenas. Revista do Museu Paulista, n. 5, v. III; OLIVEIRA, Roberto C. de. Urbanização e tribalismo: integração dos índios terena numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968 e NEVES, J., Citado.

17 Na segunda metade do século XIX, os índios foram envolvidos direta e indiretamente no conflito entre Brasil e Paraguai. As consequências para eles foram as mais danosas possíveis.

18 A destruição das plantações indígenas pelos fazendeiros consistia na soltura do gado sobre as mesmas, sendo por isso abatido pelos índios. Em seguida, os fazendeiros impunham-lhes pesados tributos e em face disso, muitas aldeias despovoaram-se completamente. (Cf. SILVA, F.A., op. cit., p. 283).

19 OLIVEIRA, R. C. de. Op. cit., p. 41.

20 Cf. NEVES, J. Op. cit., p. 150.

Pesquisa feita por Cardoso de Oliveira em época mais recente revelou que a vinculação da força de trabalho indígena à ordem econômica e social regional estruturou-se, inicialmente, de duas maneiras. Primeiro como cativos e depois como trabalhadores “livres”, presos às fazendas por meio de contas “intermináveis”²¹.

Resta saber por que o indígena foi submetido a formas compulsórias de trabalho. Em primeiro lugar, há que se considerar que o advento do trabalhador livre implica numa completa expropriação de suas condições objetivas de trabalho. Ao que parece não é o que acontecia com a população indígena regional no período em questão. Embora suas terras estivessem sendo internamente açambarcadas pelos criadores de gado, ainda lhes sobrava espaço para a caça, a pesca e a agricultura de subsistência. Somente se mantinham como trabalhadores nas fazendas forçados por mecanismos de coação “extra econômicos”. Tais eram as “contas intermináveis”, por meio das quais eram mantidos em condições semi-servis.

A respeito da exploração indígena pelos fazendeiros, o depoimento da Missão Rondon é extremamente valioso. Segundo esse documento, era difícil encontrar um trabalhador indígena que não devesse ao seu patrão “os cabelos da cabeça”. E acrescenta:

nenhum ‘camarada de conta’ poderá deixar o seu patrão sem que o novo senhor se responsabilize para com este pela sua dívida ou o indenize imediatamente. E, se tem a ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de passar vexames, pancadas e não raras vezes a morte²².

Quanto à condição de cativos a que teriam sido submetidos há o relato dos indígenas mais velhos: “tempo em que bugre era que nem negro, tinha vida de cachorro”²³. É de se supor que a condição de cativo foi efetivada sobre os trabalhadores dedicados à agricultura de subsistência e

aos serviços domésticos. Tal suposição se prende ao fato de que o cativo exigia a constante vigia. O trabalho de pastoreio dificultava essa tarefa na medida em que os vaqueiros estavam em constante deslocamento, principalmente no regime de campos abertos. A julgar pelo relato de Sodré, a atividade pastoril era inteiramente refratária ao escravismo. O vaqueiro era um homem livre, embora vivesse quase sempre na condição de agregado, submetido por laços econômicos²⁴.

Pela exposição anterior, é possível compreender que desde fins do século anterior, estruturou-se regionalmente uma economia de tipo mercantil. Data da segunda metade do século XIX a articulação da produção pantaneira com o comércio platino. Desde a abertura do rio Paraguai à navegação internacional (1858), Corumbá se transformaria em importante entreposto comercial. Por ali, toda a região pantaneira se articulava com vários centros comerciais do Brasil e do exterior. Em contrapartida, grandes glebas de terras foram adquiridas por grupos estrangeiros na região. Iniciou-se também o predomínio das charqueadas de empresários platinos²⁵.

Apesar destas transformações econômicas, a consolidação de uma estrutura produtiva de tipo capitalista operava-se muito lentamente. Regionalmente, havia ainda um fraco desenvolvimento do mercado, decorrente do estreito grau de divisão social do trabalho. Os produtores se autoabasteciam, em boa parte, de meios de subsistência através de pequenas lavouras e de uma parcela da produção pecuária; além disso, alguns instrumentos de trabalho eram produzidos artesanalmente. Desta forma, a circulação mercantil limitava-se a alguns produtos diretamente ligados ao tipo de exploração que exerciam. Armas, munições, couros, carne, alguns produtos da lavoura e, eventualmente, animais de montaria, compunham

21 OLIVEIRA, R. C. de Op. cit., p. 41/42.

22 Cf. Depoimento da Missão Rondon, 1949, p.83 apud Roberto Cardoso de Oliveira, Op. Cit., p. 41-42.

23 Cf. OLIVEIRA, R.C. de, Op. Cit., p.42.

24 SODRÉ, N. W. Op. Cit., p. 85. Cabe observar que a afirmação de que atividade pastoril era refratária ao escravismo não pode ser generalizada, visto que alguns estudiosos detectaram o trabalho escravo também na pecuária.

25 CORREIA, V. B. e Lúcia S. Op. cit., p. 48.

o rol de produtos comercializados com mais frequência. Apenas o gado em pé e o charque superavam o estreito comércio praticado regionalmente²⁶.

No início do século XX, a produção regional ocupava uma posição secundária em relação à economia nacional. Seu principal produto – o charque – destinava-se a suprir a população nordestina, ocupada na produção de cana-de-açúcar. Posteriormente, a produção regional seria atingida pelo expansionismo da economia paulista, constituindo-se a partir de então uma mera extensão desta última.

Trataremos da articulação da economia com a expansão econômica de São Paulo no capítulo seguinte. Por ora, é necessário salientar apenas a posição de “satélite” ocupada pela produção regional, vale dizer: submetido ao capital comercial externo (pois para outras regiões eram canalizados os excedentes aqui produzidos), o processo produtivo regional regia-se por relações de trabalho não inteiramente capitalistas, que por isso mesmo tendiam a se reproduzir indefinidamente.

É nesse contexto que se pode entender o advento do trabalho “livre” e a importância que assumiu a parceria na organização da produção agropecuária regional. O trabalhador “livre”, despojado de suas condições objetivas de trabalho, vivia na condição de agregado, face às limitações impostas, pelo mercado de trabalho. Quanto à parceria, será objeto de discussão a seguir.

Ainda na primeira metade do século, a atividade pastoril estava organizada como uma forma de exploração ultra extensiva. O fator terra era abundante e, por isso, seu preço era insignificante. Os criadores aproveitavam-se das pastagens naturais e as benfeitorias existentes nas fazendas eram poucas e rústicas. O principal meio de produção na atividade pastoril era o próprio gado. A terra constituía-se num meio de fácil acesso, fosse mediante a compra, mediante a apropriação de terras devolutas ou, ainda, na forma de exploração gratuita de terras alheias²⁷. Embora os contatos

de parceria pecuária analisados apontem ambos os parceiros como proprietários de terras, há evidências de que nem sempre isso ocorria. Ao que parece, existiram parcerias para a criação de gado onde o criador explorava parte das terras do próprio fazendeiro, contanto que ali fizesse algumas benfeitorias²⁸. Seja como for, é possível afirmar que para o parceiro criador a dificuldade maior estava em conseguir o rebanho e não as terras.

Tendo em vista estas considerações preliminares, procuramos compreender porque a parceria se apresentava como uma forma viável de relação de trabalho. Ao estudar as diversas formas de parcerias existentes na região até 1943, buscamos verificar sua importância para a acumulação de capital na agropecuária regional. Nesse sentido, discutiremos primeiro as formas de parceria pecuária e, posteriormente, as de parceria agrícola.

A parceria pecuária nasceu como uma forma adequada às condições ultra extensivas de exploração da pecuária regional. Com ela, o proprietário de um grande rebanho poderia, por exemplo, deixar de vender parte do seu gado por ocasião da estiagem. Da mesma forma, poderia aumentá-lo sem correr os riscos da produção, recebendo parte das crias conforme a percentagem preestabelecida. Por outro lado, para o parceiro criador, produzir em parceria era uma forma de iniciar ou mesmo aumentar seu pequeno rebanho. Ocupando terras com pastagens naturais e tendo pequeno custo adicional pelo tipo de exploração praticada, tornar-se-ia, ao final de alguns anos, proprietário de um rebanho maior.

Segundo um estudo feito por José Sabino do Patrocínio na região de Miranda, em 1942, várias eram as modalidades de parceria pecuária ali existentes e há muito tempo praticadas²⁹.

parte dos campos da fazenda ao agricultor para a criação de até 50 cabeças de gado.

28 “... essa foi, com certeza, a forma primitiva das parcerias, quando o proprietário era dono conjuntamente das pastagens e dos animais, participando o parceiro-criador dos lucros como recompensa do trabalho desenvolvido”. MACHADO, Paulo C. *Parceria pecuária*. São Paulo: Saraiva, 1972, p. 61.

29 DO PATROCÍNIO, José S. *Da parceria pecuária*. Miranda, 1942, Inédito. p. 34 e segs.

26 SODRÉ, Nelson W. Op. cit., p. 89-90.

27 Principalmente nos contratos de parceria agrícola, era comum o fazendeiro ceder

De acordo com o autor, a modalidade mais usada era aquela em que o parceiro criador recebia do proprietário certo número de vacas para criar e reproduzir. Ao primeiro cabia a obrigação de pagar anualmente uma renda líquida certa, variando de vinte a vinte e cinco por cento, calculados sobre o número de animais recebidos. O pagamento era feito em animais machos (“tourinhos”), devendo ainda restituir-se no final do prazo contratual (geralmente de cinco anos), o mesmo número de vacas recebido no início. Todas as despesas e riscos corriam por conta do criador, cabendo-lhe também a parte restante das crias e os demais produtos do gado³⁰.

Outra forma de parceria também muito usada na região era o “gado a dobrar”. Nesta, o parceiro criador recebia do proprietário certo número de vacas por um dado prazo (geralmente, seis anos), ao final do qual teria que entregar ao proprietário vacas em número equivalente ao dobro do que havia recebido. Durante todo o período de duração da parceria no havia partilha dos lucros, ficando a produção em posse do criador. Como nas outras modalidades de parceria, também nesta caberia ao criador todas as despesas e riscos da atividade.

Havia ainda a modalidade de parceria em que a “renda” era paga ao proprietário, em animais machos e fêmeas, continuando estes, porém, em poder do criador. O cálculo da “renda” a ser paga era anual, mas o pagamento era efetuado somente no final do contrato. Quando isso ocorria, além da quantia de vacas fornecidas, o proprietário recebia certa quantia de cabeças correspondentes as parcelas de todos os anos estabelecidos no contrato.

Por último, havia a parceria pecuária contratada por meio de um documento chamado FICA³¹. A parceria se efetivava sempre que o comprador deixasse o gado adquirido em poder do vendedor, para recebê-lo depois de

30 Atualmente esta modalidade de parceria é conhecida por parceria mato-grossense. Cf. MACHADO, Paulo C. Op. Cit., p. 48.

31 O FICA é um documento simples cuja finalidade é comprovar o recebimento de animais e as obrigações daí decorrentes por parte de quem o emitiu. Atualmente, o FICA é utilizado para uma diversificada gama de atividades ligadas à pecuária. Cf. MACHADO, P.C., op. cit. p. 73-89.

um período previamente estabelecido entre ambos. Definidas as quotas a ser pago, o proprietário as recebia posteriormente, quando também recebia o gado adquirido inicialmente. Ainda neste caso, ao parceiro criador cabiam todos os riscos e despesas da produção. A inovação consistia no seguinte: no lugar de um contrato detalhando-se as condições do negócio, era usado um FICA para as vacas recebidas, com a obrigação de devolvê-las juntamente com o gado acrescido. Quando a renda era paga anualmente, o proprietário recebia um FICA para cada parcela a que tivesse direito.

Em todos os casos de parceria aqui descritos, observa-se que o parceiro criador entrava sempre com suas próprias terras. A parceria incidia sobre o rebanho entregue pelo fazendeiro. Mesmo admitindo-se que, algumas vezes, o parceiro obtinha autorização do fazendeiro para explorar parte dos campos de sua fazenda, ainda assim a parceria incidia somente sobre o gado. Também é preciso observar que a “renda” a ser paga pelo criador incidia sobre o número de cabeças fornecidas e não sobre a produção obtida. Ou seja, a “renda” consistia numa quantia fixa predeterminada. Sob esse aspecto, a parceria assemelhava-se a um arrendamento de gado³², com a diferença de que os rendimentos seriam pagos em espécie. Contudo, há que se considerar dois argumentos que justificam a prefixação. Primeiro: dadas as distâncias que normalmente separavam um e outro parceiro, seria praticamente impossível fiscalizar a produção; segundo: na pecuária, mantendo-se as condições de pastagens e de trato, a produtividade do rebanho tende a ser quase a mesma. A menos que se verifiquem alterações substanciais nas condições naturais ou inovações nas condições técnicas de exploração, não há porque suspeitar da percentagem acrescida ao rebanho.

As modalidades de parceria apresentadas indicam também a percentagem, os prazos de pagamento e a própria duração do contrato. A percentagem variava de 15% a 25% do rebanho. Considerando-se que a

32 Entre os produtores de hoje, a denominação usual para a parceria pecuária é, justamente, arrendamento.

produtividade do gado pantaneiro na época provavelmente³³ não ultrapassava 50%, conclui-se que o fazendeiro ficava com 30% a 50% da produção, cabendo o restante ao criador.

Quanto aos prazos de pagamento e de duração do contrato de parceria, verifica-se que eram estipulados não só em função do ciclo de procriação como também do tipo de exploração praticada. O prazo de um ano para o pagamento das quotas relaciona-se ao fato de que as vacas procriam uma vez por ano. Da mesma maneira, os prazos de cinco a seis anos para a devolução do “casco”, isto é, das matrizes cedidas em parceria³⁴, têm a ver com o tempo necessário para as crias atingirem a idade adulta. Na pecuária extensiva esse prazo é relativamente longo.

Resta considerar ainda outro aspecto da parceria. Em todas as modalidades cabia ao criador as despesas e os riscos da produção. Ora, pela forma de exploração extensiva da época, é de supor que os custos da produção fossem bastante baixos. Não havia despesas com medicamentos, sal, formação de pastagens, aramados etc. Sendo a exploração efetivada pela própria família do criador, também não havia pagamento de salários. Ou seja, os custos de produção restringiam-se quase que exclusivamente à manutenção do produtor. Sabe-se que tal manutenção era, em parte, garantida por uma pequena lavoura de subsistência. Conclui-se, pois, que, mesmo pagando uma quota ao fazendeiro, a produção em parceria permitia ao criador acumular um capital inicial.

Finalmente, a nosso ver, a viabilização da parceria como relação de produção privilegiada no sudoeste mato-grossense pode ser compreendida à luz das peculiaridades da pecuária regional até meados do século XX. Com efeito, nos quadros de uma economia “satélite”, caracterizada pelo

33 A suposição prende-se ao fato de que ainda hoje, mesmo com a introdução de algumas melhorias técnicas, a produção média do pantanal é de 55%.

34 Observa-se que as vacas devolvidas não eram as mesmas que tinham sido cedidas, mas outras da mesma idade das recebidas no início da parceria (geralmente de seis a sete anos).

fraco desenvolvimento da circulação mercantil – e, conseqüentemente, pela escassez de numerários – a parceria pecuária avultou como uma espécie de acumulação primitiva (pela via do aumento dos rebanhos e da incorporação de extensas áreas ao processo produtivo), permitindo, ademais, a acumulação capitalista a nível do sistema como um todo.

Tratamos até aqui exclusivamente da pecuária bovina. Foi ela que permitiu o estabelecimento das bases da economia do sudoeste mato-grossense. Daí a necessidade de discutir a forma como foi organizada a sua exploração.

Contudo, para o que aqui se propõe analisar, o estudo ficaria incompleto se deixássemos de lado a agricultura. A partir de certo momento ela seria consorciada mais e mais à atividade pastoril, daí resultando os empreendimentos agro pastoris cujas transformações procuramos esclarecer.

Assim, no que diz respeito ao relacionamento dessas duas atividades, verificamos ser a pecuária uma atividade desenvolvida de forma mercantil bem antes da agricultura. Esta última só muito recentemente passou a ter expressão econômica. Até a década de 1940, a produção agrícola estava voltada quase exclusivamente para o abastecimento local.

Aproveitavam-se geralmente as terras mais altas e não sujeitas a inundações. O solo, típico de cerrado, prestava-se principalmente ao cultivo de arroz, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar. Pelo menos estas eram as culturas mais exploradas comercialmente, e, juntamente com a carne bovina, compunham a cesta básica de alimentos da população.

No conjunto, a produção agrícola regional estava organizada na base de uma economia do excedente³⁵. A forma comum de exploração agrícola era a produção camponesa. Isso porque havia ampla utilização do trabalho familiar e adoção de instrumentos e técnicas simples de trabalho. A relação do camponês com a terra ocorria de três maneiras principais: como proprietário, mediante a aquisição pela compra; como posseiro, ou

35 No sentido de que “seus participantes dedicam-se principalmente a própria subsistência e secundariamente a troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem as suas necessidades”. Cf. MARTINS, J. S., Op. cit. p. 43.

seja, mediante a ocupação pura e simples de terras devolutas³⁶; por último, explorando terras alheias, na forma de parceria. Discutiremos aqui apenas a exploração camponesa sob parceria, pois dispomos de valiosas informações sobre o período que nos ocupa.

Não deixa de ser interessante questionar a existência da parceria agrícola numa região onde havia terras devolutas. Por que alguém teria preferido repartir os frutos de sua produção com o proprietário da terra, tendo possibilidade de apoderar-se de outras terras? Vejamos o que dizem os contratos de parceria³⁷.

A parceria destinava-se ao cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. Com a mandioca fazia-se a farinha e, com a cana, o açúcar e a rapadura. Os contratos estabeleciam um prazo de cinco a seis anos para a duração da parceria. A percentagem paga pelo agricultor ao proprietário variava de vinte a cinquenta por cento da produção, de acordo com sua participação no empreendimento. A parcela que cabia ao proprietário era paga em espécie ou em dinheiro. Incluía-se as quantias adiantadas ao agricultor a título de fornecimento, pois o proprietário devia fornecer os recursos necessários para o custeio da família do agricultor e também da produção.

A área explorada em parceria variava de 50 a 200 hectares. Além disso era permitida ao agricultor a utilização gratuita dos campos da fazenda para a criação de animais. No final do contrato, o agricultor seria compensado pelas benfeitorias que tivesse feito, incluindo-se aí a casa, os aramados, a formação de pastagens etc. Os contratos indicam ainda que ao proprietário coubesse o direito de fiscalizar a colheita; da mesma forma, podia expulsar das suas terras os trabalhadores, contratados pelo agricultor,

36 Essa parece ter sido uma forma bastante praticada devido à abundância de terras devolutas. O código de Terras (Lei Estadual no 336, de 6 de Dezembro de 1949) facilitava a posse de pequenas áreas ocupadas para fins agrícolas e destinadas à sobrevivência do posseiro.

37 Os contratos de parceria agrícola por nós observados encontram-se no manuscrito de PATROCÍNIO, José S. Op. cit., p. 230 e ss.

que se tornassem inconvenientes. Em contrapartida, o proprietário garantia proteção ao agricultor em questões que envolvessem a propriedade, desde que o conflito não fosse provocado pelo próprio parceiro. Por último, a parceria não podia ser subcontratada e nenhuma alteração poderia ser introduzida sem o consentimento do proprietário.

O mais importante, entretanto, a nosso ver, é o fato de os contratos rezarem que o proprietário devia fornecer ao agricultor os recursos necessários à sua manutenção (bem como da sua família) e ao custeio da produção. Aqui, segundo entendemos, reside a explicação para o fato de o agricultor, mesmo diante da possibilidade de apoderar-se de terras devolutas preferir repartir com outrem os frutos de seu trabalho, dispondo de uma autonomia apenas parcial no processo de produção. Com efeito, parece-nos que, nestas condições, o agricultor vislumbrava na parceria a oportunidade (que, muitas vezes, não passava de uma ilusão) de capitalizar-se, em certa medida (enquanto que, se fosse contar com seus próprios recursos, estaria irremediavelmente condenado a vegetar numa agricultura de subsistência).

Sob o ponto de vista do proprietário, estas “facilidades” previstas em benefício do agricultor (custeio de suas despesas e franqueamento dos campos da fazenda) destinavam-se a reter mão de obra, numa região em que ela se apresentava notoriamente escassa. Assim, no regime de parceria, o fazendeiro beneficiava-se com a presença contínua de trabalhadores em sua fazenda, trabalhadores que, além de realizarem a exploração agrícola, garantiam mão de obra para a formação de pastagens e a execução de outros serviços. A existência de laços extraeconômicos, como o paternalismo para com o parceiro agricultor, apenas confirma a necessidade do fazendeiro em reter mão de obra. Ademais, para o fazendeiro, a parceria proporcionava ganhos reais, além da circunstância de serem os riscos da produção divididos com o agricultor.

Chegamos, pois, à conclusão de que a parceria agrícola desempenhou, nesse período, um papel semelhante àquele representado pela parceria pecuária. Isto se viabilizou enquanto uma relação de produção adequada às peculiaridades da economia regional da época, marcada, como se

disse, pela escassez de recursos e mesmo de numerário. Neste contexto, a parceria agrícola: 1) viabilizava-se enquanto forma de exploração em condições favoráveis, sobretudo, ao proprietário da terra e 2) contribuía para uma acumulação originária, na medida em que incorporava trabalhos não pagos aos estabelecimentos cujas terras eram desbravadas.

Entretanto, o significado da parceria seria posteriormente modificado, como de resto toda a organização da produção. Com a incorporação das atividades agropastoris à economia nacional, alterou-se substancialmente o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Os estabelecimentos rurais, principalmente os grandes estabelecimentos, procuraram organizar-se de forma empresarial, incorporando modernas tecnologias de modo a racionalizar o processo produtivo. Modificaram-se também as relações sociais de produção, que caminharam para a forma assalariada. Sob este aspecto, desenvolve-se na região um mercado de trabalho que incorpora gradativamente trabalhadores permanentes e temporários. Do mesmo modo, redefine-se a situação dos camponeses que são submetidos ao capital industrial.

Capítulo II

A ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL COM A EXPANSÃO CAPITALISTA DE SÃO PAULO

A articulação da economia regional com São Paulo teve início em fins do século XIX. Com ela, São Paulo tornar-se-ia a fonte propulsora de novas correntes populacionais em direção ao sul mato-grossense. Mais ainda: redefiniria o sentido da ocupação regional na medida em que ela passaria a constituir-se numa extensão da economia paulista.

Por essa época, São Paulo tinha sua economia fundamentada na exploração do café, que secundado pela borracha amazônica, constituía o principal produto brasileiro de exportação. Nesta configuração da economia paulista, a produção pecuária ocupava uma posição discreta, destinando-se inicialmente ao abastecimento interno. Explorada, entretanto, de forma extensiva, necessitava incorporar novas áreas para incrementar a produção, o que veio a determinar mais tarde a extrapolação dos limites de São Paulo em direção a Mato Grosso.

No que concerne a Mato Grosso, a sua ligação com São Paulo traria novas opções de mercado para a pecuária regional. Por outro lado, essa articulação redefiniria a produção regional, tornando-a subordinada ao centro capitalista representado por São Paulo. Assim, inicialmente – durante toda a primeira metade do século XX – a região de certa forma especializou-se como fornecedora de gado magro, que era posteriormente transportado para as invernadas paulistas, para engorda e abate em seguida. Mais tarde – a partir da década de 60 – viabilizou-se na região, em decorrência da forma horizontalizada do crescimento do setor agropecuário e, sobretudo, da nova localização dos frigoríficos, a atividade de engorda, que passou a

ocupar espaços ao lado da produção de gado magro, mantendo-se, entretanto, o caráter de subordinada da produção regional.

Conforme se verá adiante, mesmo com a nova forma de organização dos frigoríficos, serão mantidos os vínculos de dependência com os grandes centros urbanos não só como mercado consumidor para os produtos locais, mas também como fonte de suprimento da maioria dos insumos necessários à produção pastoril regional.

Em linhas gerais, é este o processo que, a seguir, passamos a analisar de forma detalhada.

No decorrer de toda a primeira metade do século XX, a economia agropastoril mato-grossense manteve-se organizada em função do suprimento de bois magros aos invernistas de São Paulo. Dispondo geralmente de imensas pastagens artificiais, estes se incumbiam da etapa da engorda do gado. Situados inicialmente em regiões não muito distantes das áreas de consumo, os invernistas eram os mais favorecidos de todos os que participavam das diversas fases da produção do boi (cria, recria e engorda), pois dispunham do suprimento de gado magro a preços bastante baixos.

A princípio, a mais importante região de invernadas era a de Barretos, no norte do estado de São Paulo, que manteve a supremacia na atividade de engorda até por volta de 1945, quando extensas áreas destinadas a este fim foram organizadas nas regiões paulistas da Alta Sorocabana, Noroeste e Alta Araraquarense. Além dessas, também as regiões norte e nordeste de Minas Gerais (Montes Claros, Governador Valadares e Teófilo Otoni), incorporaram áreas de engorda de gado magro na própria região, enviando-os posteriormente para consumo no Rio de Janeiro³⁸.

O desenvolvimento de áreas mais especializadas, umas na criação e outras na engorda de gado bovino, num primeiro momento decorreu, em parte, da própria característica da atividade pastoril que se desenvolveu no país. Organizadas na base de uma produção extensiva, que ocupou conti-

nuadamente os espaços (nem sempre) vazios no interior do território brasileiro, as áreas de criação acabaram situando-se em locais muito distantes dos centros consumidores. Tal circunstância determinou o surgimento de áreas intermediárias de recria e engorda, uma vez que a falta de meios de transporte mais rápidos acarretava, senão riscos à sobrevivência, pelo menos a perda de peso dos animais gordos (pela ferrovia, por exemplo, gastavam-se setenta ou mais horas no percurso entre as regiões produtoras mais distantes e os centros de abate)³⁹.

Contudo, o surgimento de áreas produtoras especializadas pode ser melhor explicado pelo fato de que a expansão da economia de mercado tende a gerar a ramificação das atividades produtivas. Ou seja, a especialização de uma atividade qualquer decorre da própria divisão do trabalho. Mesmo admitindo-se que a regra geral na pecuária brasileira no período considerado era a produção extensiva, é possível afirmar que a instalação da indústria frigorífica e a crescente demanda por gado de melhor qualidade levaram algumas empresas a racionalizar a produção, visando obviamente às atividades mais lucrativas. Assim, o surgimento de áreas mais especializadas na cria, recria ou engorda de gado pode ser explicado não apenas em função da localização geográfica dos rebanhos, mas basicamente pela própria natureza da economia mercantil, que tende a ramificar a produção. A afirmação não invalida o fato de que o crescimento horizontalizado da produção pecuária tenha levado os criadores a explorar terras cada vez mais distantes dos principais centros de consumo. Mas permite esclarecer, por exemplo, o motivo da presença, em uma mesma região, de produtores especializados na engorda e de pequenos criadores de gado. O que os diferencia não é a quantidade de terras (embora este seja um fator importante), mas o volume de capital investido na atividade como um todo e que se evidencia na maior ou menor intensidade de exploração. Evidentemente, quando se

38 Cf. BECRER, B. K. A expansão do mercado urbano e a transformação da economia pastoril. *Revista Brasileira de Geografia*, p. 305, 1965.

39 Cf. BENITES, Miguel G. Os frigoríficos de São Paulo e arredores. Dissertação – Universidade de São Paulo, 1978, p. 73, nota 1, citando SANTIAGO, A. A. Transporte de gado. In: *Pecuária de corte no Brasil Central*. 1970. p. 94.

fala em especialização da produção pecuária no período considerado, não se quer afirmar que se trate de produção ultra intensiva. Os limites para isso são óbvios. Em primeiro lugar, a adoção de um manejo mais intensivo nem sempre é economicamente compensador. Em segundo lugar, a adoção de técnicas mais sofisticadas pode não ser possível simplesmente por não existirem ou por não estarem suficientemente difundidas. Por último, o habitual estado de descapitalização do setor agropecuário normalmente inviabiliza as tentativas de alteração do processo produtivo além de certos limites.

Concluindo, pode-se dizer que a presença de áreas especializadas na engorda, ainda que localizadas entre as áreas criadoras e aquelas mais próximas aos centros de consumo (como foi o caso inicial de Barretos, no norte paulista), não pode ser explicada apenas pela sua localização geográfica, pois os fatores que viabilizaram o aparecimento da produção especializada são de outra natureza⁴⁰.

Feitas estas observações preliminares, cabe mencionar o surgimento da indústria frigorífica e suas implicações na pecuária brasileira e regional.

A instalação dos frigoríficos nas primeiras décadas do século XX deu-se numa conjuntura externa favorável: as boas perspectivas abertas à pecuária nacional pela Primeira Guerra Mundial veio crescer, em seguida, a crise que se instalou sobre os principais produtos brasileiros de exportação. É no contexto de uma economia agrária exportadora em crise que a

40 Kautsky faz a seguinte consideração a propósito da divisão do trabalho entre as explorações agropecuárias: com o desenvolvimento da economia de mercado "...o problema, para cada agricultor, se torna então, entre os produtos procurados, a escolha daquele que segundo a natureza do solo e a localização de suas terras, segundo as condições das comunicações, segundo a importância de seu capital e a área de sua propriedade, etc., pudesse plantar com mais proveito. As diversas explorações se especializam. Uma dá preferência à cultura de cereais, outras à criação, outras ainda à fruticultura ou à viticultura. Os agricultores e os criadores, por sua vez, se subdividem em numerosas subcategorias. Alguns entre os últimos se dedicam à produção de leite, outros à engorda, outros à criação de animais novos, etc.". Cf. do autor A questão agrária, citado, p. 57

exportação de carnes assume uma importância sem precedentes⁴¹. O incremento da exportação aliado ao crescente alargamento do mercado interno, por sua vez, ao determinar o aumento constante da demanda de matéria-prima, seria responsável por um fortalecimento da articulação entre as áreas de localização dos frigoríficos e as regiões mais distantes. Entre estas se incluem o pantanal e todo o sudoeste mato-grossense, que viriam a se constituir os maiores produtores de gado magro do país⁴².

Antes de nos determos em considerações sobre a indústria frigorífica em particular, será útil um breve relato do processo de industrialização brasileira em suas relações com o setor agropecuário. O processo de industrialização brasileira pode ser decomposto, grosso modo, em quatro fases. A primeira corresponde ao momento de gestação do setor industrial; configura-se a partir do surgimento de pequenas fábricas de louças, chapéus, fiação e tecelagem. Corresponde ao período que vai das últimas décadas do século XIX até o início dos anos trinta do século seguinte. Nesse período se fortalecem e consolidam alguns centros urbanos (como São Paulo e Rio de Janeiro) que até então eram puramente centros administrativos. Inicia-se nesse período a constituição de um mercado interno para os produtos

41 Isso explica o crescente favorecimento da indústria frigorífica através de incentivos fiscais concedidos pelo governo. Os primeiros incentivos fiscais permitindo a isenção de impostos para a importação de maquinaria foram concedidos pelo decreto no 7945, de 1910. Com ele o Estado iniciaria um processo de crescente intervenção na produção de carnes, incentivando, regulamentando e favorecendo ora os frigoríficos, ora os charqueadores e pecuaristas, conforme a força política de cada um desses segmentos.

42 A partir do momento em que se instalou a indústria frigorífica no país, constituiu-se o chamado Brasil Central Pecuário. Esta terminologia é tomada dos veterinários que "organizaram" grandes zonas pecuárias e obedece a critérios por eles definidos. O Brasil Central pecuário é composto pelos estados de São Paulo, parte de Mato Grosso, sul de Goiás e Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e norte do Paraná. (Cf. PARDI, M. C., e CALDAS, R. B. Grandes deslocamentos de gado no Brasil. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINÁRIA, 1968, Niterói. Anais... vol. 2, Niterói, 1968.

agropecuários. A cidade surge então como consumidora de matéria-prima e principalmente de alimentos fornecidos pelo campo.

O período subsequente vai de 1933 a 1955 e corresponde a uma fase de transição da economia brasileira. O setor industrial consolida-se paulatinamente, deslocando o setor agrário exportador da posição de centro das atividades econômicas. Durante esta fase, a industrialização se fez pela “substituição de importações”, favorecendo-se a produção industrial interna através de barreiras alfandegárias diversas. As relações do setor industrial com o setor agropecuário são intensificadas. Aumenta e se diversifica a procura por produtos de origem agrícola, cabendo ao campo fornecedor também parcelas crescentes de mão de obra para a indústria. Além disso, através dos seus produtos de exportação, o setor agrário devia produzir divisas para fazer frente às importações de bens de capital a serem utilizados pela indústria.

No terceiro período (1955-1961) consolida-se a produção de bens de capital e de consumo durável. Para isso, tornou-se necessário implementar a indústria de base, principalmente a siderurgia e a petroquímica. Evidencia-se a crescente defasagem de modernização e produtividade entre o setor industrial e o agropecuário.

Por último, a partir dos anos sessenta começa a processar-se no país uma verdadeira “industrialização da agricultura”, isto é, desenvolvem-se os ramos de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários etc., destinados a suprir o grande mercado potencial representado pelo setor agrário. Depois de ter sustentado o crescimento industrial, o setor agropecuário torna-se mercado consumidor para os produtos da indústria sob o pretexto de aumentar a oferta de produtos do campo. Como o setor mostrar-se-á descapitalizado, caberá ao Estado subsidiá-lo para adquirir as máquinas e implementos agrícolas fornecidos pela indústria⁴³.

43 Esta periodização está implícita, por exemplo., na obra de J. Graziano da Silva. (Cf. do autor *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980).

Ainda que demasiado esquemática, a periodização anterior permite que nos situemos melhor em relação a cada período do processo da industrialização brasileira. Mais ainda: possibilita verificar a importância assumida pelo setor agropecuário diante da consolidação de uma economia de tipo urbano industrial, entendendo-se este processo como parte de outro, mais geral, de afirmação e consolidação das condições de expansão capitalista.

As relações entre o setor agropecuário e a indústria foram amplamente debatidas entre historiadores e economistas, ainda que sob enfoques diferentes. Dentre os estudos mais recentes, destaca-se a contribuição de Francisco de Oliveira⁴⁴. Analisando a questão a partir de 1930, o autor conclui que as diversas “soluções” buscadas para o “problema agrário” foram importantes para a reprodução das condições de expansão capitalista, cujo eixo passava a ser a indústria. A agropecuária deveria cumprir um papel importante no processo de acumulação na medida em que subsidiaria o setor urbano industrial. Esse subsídio se daria de duas maneiras. Primeira: através do sub setor dos produtos de exportação, a agropecuária devia suprir as necessidades de divisas para a importação de bens de capital e intermediários. Segunda: através do sub setor de produtos destinados ao consumo interno, de um lado supriria as necessidades dos trabalhadores urbanos (fornecendo-lhes alimentos a preços mais baixos e contribuindo para não elevar os custos de reprodução da força de trabalho) enquanto, de outro lado, a manutenção de baixos preços no custo das matérias-primas de origem agrícolas também favorecia o processo de acumulação urbano industrial.

Resumindo: a viabilização do processo de acumulação do capital no setor urbano industrial dependeria de como seria encaminhada a “solução” para o “problema agrário”. Esta solução passaria necessariamente pelo aproveitamento do enorme contingente de mão de obra no meio rural, aliado à oferta relativamente elástica de terras. A exploração de ambos os fatores se efetivaria mediante a intervenção estatal responsável pela infra-

44 OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, p.20-36.

estrutura, principalmente a construção de estradas. De qualquer maneira, o incremento do setor agropecuário se daria pela expansão horizontal da produção, pois este procedimento dispensava a necessidade de uma capitalização prévia no setor. A utilização extensiva dos fatores terras e trabalho teriam funcionado, segundo o autor, como uma espécie de acumulação primitiva, apropriada pelo setor urbano industrial na medida em que este se beneficiava dos baixos preços relativos não só dos alimentos como também das matérias-primas oriundas do setor agropecuário.

Veremos, posteriormente, como, no caso da produção de carnes e outros derivados, se aplica esta forma de interpretação, isto é, como as alterações introduzidas no processo produtivo da pecuária regional obedecem aos mecanismos de estruturação e consolidação do setor industrial.

Feitas estas considerações preliminares, podemos ocupar-nos da análise do caso específico da indústria frigorífica, que foi, sem dúvida, um dos setores pioneiros de grande expressão econômica.

De um modo geral, a maioria dos empresários que investiram no setor industrial havia formado fortunas pessoais a partir de uma origem modesta, principalmente os imigrantes estrangeiros. Mas o mesmo não ocorreu no ramo da indústria frigorífica. Ao contrário, as primeiras iniciativas neste setor (entre 1911 e 1925) ficaram por conta de subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, como a Wilson, a Swift, a Armour e a Anglo, sendo as três primeiras norte-americanas e a última, inglesa⁴⁵.

Os primeiros frigoríficos, ao se localizarem, levaram em conta principalmente a proximidade das áreas de produção de matéria-prima e dos centros de consumo. Daí sua preferência inicial por locais como Santana do Livramento e Rosário, no interior do Rio Grande do Sul; Barretos, no norte paulista, e as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Por último, como a indústria frigorífica foi instalada visando principalmente a expor-

45 PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 267.

tação, surgiram unidades também em áreas portuárias como Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Rio Grande (RS)⁴⁶.

Os frigoríficos estrangeiros já controlavam o mercado externo de carnes, pois desde o final do século anterior atuavam através de suas subsidiárias da Argentina e Uruguai. Contando com uma larga experiência e o controle de toda a tecnologia utilizada na industrialização da carne, passaram também a monopolizar o mercado interno, na medida em que este aumentava em importância, principalmente quando o mercado externo se retraía.

As poucas iniciativas nacionais no setor, como o frigorífico de Barretos e o organizado por Martinelli em São Paulo, foram aos poucos incorporadas ou subordinadas às grandes empresas estrangeiras. Aliás, este foi um ramo da indústria brasileira que esteve desnacionalizado até 1955-60, quando, ao contrário dos demais, ele se nacionalizou por um bom período⁴⁷.

Caberia, nesse passo, uma breve análise das implicações do desenvolvimento da indústria frigorífica sobre as charqueadas. Nesse processo, toda a produção saladeril, mesmo nos locais mais distantes das áreas de ação imediata dos frigoríficos, foi atingida e desarticulada.

As charqueadas – que se podem considerar a primeira forma de tratamento e conservação da carne bovina, com base em técnicas bastante rudimentares – surgiram no Brasil no início do século XIX e, em Mato Grosso, no início do século atual⁴⁸. Tal indústria chegou a projetar gru-

46 BENITES, M. G., op. cit., p.2 e ss.

47 MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 5, p. 13, jun/1976.

48 As charqueadas estruturadas em bases mercantis surgiram no Brasil, no início do século XIX, por iniciativa de estancieiros gaúchos e posteriormente, em começo do século atual, pela associação de alguns fazendeiros, como em Mato Grosso e Goiás. Também participaram dessa atividade empresários argentinos e uruguaios que não dispunham de recursos suficientes para enfrentar, já no início deste século, a concorrência dos frigoríficos em seus países. Em Mato Grosso, elas surgiram como uma forma de aproveitamento do grande rebanho bovino existente principalmente nos municípios pantaneiros (Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho, Cáceres e outros), na maioria

pos econômicos com relativo peso político no cenário nacional, mormente durante o período de Vargas, quando os charqueadores, verdadeiros representantes da indústria nacional no setor de carnes, conseguiram prorrogar através de leis e decretos a sua iminente falência econômica, em fase da superioridade técnica dos frigoríficos. Sua convivência com a moderna indústria frigorífica foi sempre marcada por um intenso conflito: se, de um lado, os charqueadores contavam com o apoio do Estado, por outro, os frigoríficos procuravam impor uma ideologia modernizante e criar uma mentalidade favorável à sua forma de organização da produção⁴⁹. Assim, por exemplo, a utilização de câmaras frias por parte dos frigoríficos e a concomitante defesa do consumo de carnes em melhores condições de higiene fez surgir já em 1934 o DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal), órgão federal destinado ao controle e fiscalização dos rebanhos abatidos⁵⁰. Daí por diante, teve início uma maior preocupação com a saúde dos rebanhos, o que determinou o aparecimento de uma legislação cada vez mais rigorosa quanto ao tratamento que os produtores deviam dispensar ao gado bovino.

das vezes por iniciativa de uruguaios. Contando com abundância de matéria-prima e disponibilidade de mão de obra, os charqueadores necessitavam tão-somente da construção de barracões e grandes quantidades de sal para o tratamento da carne, donde veio a designação “saladeiro”, aplicada às charqueadas. Seu principal mercado consumidor foi, durante muito tempo, o nordeste brasileiro, sendo que, a partir da década de cinquenta, também a região sudeste tornou-se importante consumidora de charque. Por falta de técnica mais sofisticada, os charqueadores faziam uso também da carne de primeira, enquanto os frigoríficos utilizavam para este fim apenas as carnes inferiores. Além disso, tinham dificuldades na importação de sal e arcavam com grandes despesas na comercialização do produto, principalmente com transportes. Ainda assim, a produção de charque era compensatória, visto que os preços pagos pelos invernistas de São Paulo pelo gado em pé eram extremamente baixos. Dessa forma, durante o largo período em que sobreviveram as charqueadas representaram uma tentativa de articulação econômica, de forma não subordinada, das regiões pastoris mais distantes com os principais centros de acumulação capitalista no país.

49 BENITES, M. G. Op. cit., p. 28 e ss.

50 Atualmente o órgão responsável por essa tarefa é o Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Impotentes perante a concorrência desigual movida pelos frigoríficos, aos charqueadores que no conseguiram racionalizar sua produção de acordo com as novas técnicas só restou uma saída: encerrarem suas atividades.

No processo de instalação da indústria frigorífica, o importante a ressaltar, entretanto, é que, pela própria dinâmica inaugurada pelo capital industrial representado pelos frigoríficos – que controla inicialmente o comércio e indiretamente a produção de carne – toda a atividade pastoril começa a ser redefinida. Haverá mudanças não só na localização e formas de atuação dos próprios frigoríficos, mas também determinará alterações no processo produtivo, com a crescente introdução de novas formas de manejo entre os produtores de gado. Evidentemente, o processo de modernização foi (e continua sendo) lento em virtude dos limites estruturais impostos ao setor agrário (como a descapitalização e a necessidade de fornecer produtos a preços relativamente baixos). Ainda assim, as alterações no processo produtivo (como a utilização do arame, do sal, da vacina e das pastagens artificiais) decorreram das exigências da indústria frigorífica por uma carne de melhor qualidade, levando os produtores, paulatinamente, a alterar a produção ultra extensiva.

Discutiremos, a partir de agora, esse conjunto de alterações. Primeiramente, só as áreas de engorda se redefinem. O aumento das áreas de pastagens a partir de 1930, em direção ao Oeste Paulista, resulta não só da procura de terras férteis para as lavouras de café e algodão – posteriormente transformadas em pastagens – mas também da formação de enormes fazendas pelos frigoríficos. Estes, promovendo uma integração vertical descendente (frigoríficos/invernadas), passam a produzir grande parte de sua matéria-prima (cerca de 40%), mediante o que conseguem controlar o preço da carne⁵¹.

51 BENTES, M. G., Op. cit., p. 58.

Essa situação perdurará até 1955-57, quando os criadores e, sobretudo, os pequenos comerciantes ligados ao setor conseguem frear o aumento do número de fazendas controladas pelos frigoríficos estrangeiros e instalar seus próprios frigoríficos nas novas zonas pecuárias⁵². Somente a partir de então essas novas zonas passam a concentrar as atividades de cria, recria e engorda de gado numa mesma região.

Como foi mencionado anteriormente, o processo de industrialização e de urbanização da região sudeste gerou um aumento substancial na demanda de produtos agropecuários e, em particular, da carne e outros produtos de origem animal. Contudo, se, de um lado, em meados da década de cinquenta e início dos anos sessenta o Rio de Janeiro e São Paulo já haviam consolidado sua posição no comando do processo de acumulação de capital no país, de outro lado o crescimento do setor agropecuário se fazia de forma horizontalizada. No caso específico da pecuária, as áreas produtoras de matéria-prima mais próximas do mercado consumidor não apresentavam aumento significativo de produtividade, pois, em função da baixa capitalização, o setor não conseguia incorporar tecnologias que resultassem numa produção mais intensiva. Consequentemente, o crescimento da produção se fazia de forma horizontal, mediante a incorporação dos fatores terra e trabalho. Como os preços das terras mais próximas das áreas de consumo apresentavam-se elevados, viabilizava-se a formação de novas pastagens nas regiões mais distantes e onde tradicionalmente se realizavam as fases de cria e recria do gado bovino.

Resultaria daí o extravasamento das áreas de engorda além das fronteiras do estado de São Paulo, em direção ao sul e sudoeste de Mato Grosso, norte do Paraná e sul de Goiás⁵³. Consequentemente, aumentou a distância entre as áreas de engorda (produtoras de matéria-prima) e as áreas de localização dos frigoríficos, situados geralmente nos arredores do principal mercado consumidor brasileiro, no caso, a grande São Paulo. Como se verá

52 MAMIGONIAN, A., Op. cit., p. 12.

53 MAMIGONIAN, A., Op. cit., p. 13.

adiante, a expansão das áreas fornecedoras de matéria-prima implicará na interiorização dos frigoríficos que, por sua vez, provocará transformações na produção pecuária.

Nesse processo de expansão das áreas de pastagens artificiais destinadas à engorda, o extremo sul e parte do sudoeste de Mato Grosso (principalmente Camapuã e as áreas pantaneiras de Aquidauana, Miranda e Corumbá) tiveram suas funções redefinidas, ou seja, deixaram de ser exclusivamente áreas de criação para se dedicarem também à engorda.

Para dar uma ideia mais completa da pecuária mato-grossense utilizamo-nos do estudo feito por Pardi e Caldas. Esses autores, visando compreender melhor os mecanismos de estruturação e deslocamento de correntes de gado em todo o estado, procuraram organizá-lo em quatro grandes zonas pecuárias, dividindo-as em subzonas, de acordo com seus traços mais característicos.

Para efeito desse estudo interessa detalhar melhor apenas a zona da baixada Sul⁵⁴. Ela compreende as subzonas do Paiaguás (Corumbá), Nhecolândia (abrangendo os pantanais da Nhecolândia, Rio Negro, Taboco e Abobral), Miranda (estendendo-se desde Porto Esperança, Vale do Rio Miranda até a Miranda Estância) e Nabileque (formada pelo pantanal do Nabileque).

De forma crescente, esta zona pecuária passou a produzir gado gordo destinado ao abate em Campo Grande, apresentando-se em alguns locais uma tendência à especialização. Entretanto, continuou produzindo gado

54 As outras grandes zonas pecuárias mato-grossenses são: a) Zona de Campo Grande; b) Zona do Rio Pardo e Poxoréo c) Zona da Baixada Norte. Cf. PARDI, M.C. e CALDAS, R.B. Op. Cit., p. 76.

magro, sendo estes deslocados por trem⁵⁵ ou por estradas boiadeiras⁵⁶ para outras regiões de engorda, sobretudo as localizadas no interior paulista⁵⁷.

Na década de sessenta, já era significativa a mudança sofrida pela produção pastoril do sudoeste mato-grossense, mudança que, em seguida, com a interiorização da indústria frigorífica, seria acelerada.

Com referência à localização dos frigoríficos, foi dito anteriormente que ela obedeceu a dois critérios principais, ou seja, a proximidade das áreas de engorda e dos centros de consumo. Até meados da década de cinquenta a localização dos frigoríficos levava em conta mais o segundo critério, isto é, a proximidade dos centros de consumo. Era razoável que assim fosse, dada a presença da produção de matéria-prima em áreas relativamente próximas e bem servidas por uma rede de estradas de ferro que as ligavam aos frigoríficos. Mas a situação foi modificada. Em primeiro lugar, porque o crescimento da produção de matéria-prima nas áreas mais próxima aos centros de consumo não acompanhou o aumento progressivo da demanda destes mesmos produtos. E, em segundo lugar, porque, com o aumento da distância das novas áreas produtoras, o transporte passou a representar um ônus muito grande. Disso resultou um processo de interiorização da indústria frigorífica em direção às áreas produtoras de gado.

Importa ressaltar, ainda, que a interiorização dos frigoríficos acontecia numa conjuntura política (2º governo de Vargas) que favorecia as iniciativas nacionais no setor de carnes. Por isso, as grandes empresas estrangeiras do setor se retraíram, propiciando o predomínio, por um bom

55 O trecho sul-mato-grossense da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (atual Rede Ferroviária Federal S.A.) tem como principais estações com embarcadouros as seguintes: Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Ligação, Campo Grande (Indubrasil). Aquidauana, Taunay, Miranda, Guaicurus, Bodoquena, Carandazal e Albuquerque.

56 A principal estrada boiadeira que ligava Mato Grosso a São Paulo tinha o seguinte trajeto: Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Rio Brillhante, Atanásio, Forquilha, Porto Coqueirinho, Água Limpa, Bataguassu, Porto XV. Cf. PARDI M. C. e CALDAS, R. B. Op. cit. p. 83.

57 Cf. PARDI, M.C. e CALDAS, R. B., Op. cit., p.83.

período, dos frigoríficos nacionais. Cabe mencionar, por último, que estes empreendimentos resultaram da iniciativa de pequenos empresários, quase sempre ligados à produção ou ao comércio de gado⁵⁸.

A nova localização dos frigoríficos determinou também uma reorganização nas suas formas de atuar: a partir de então, passaram a se organizar através de várias unidades ou filiais espalhadas pelas diversas regiões e unidas por um eficiente sistema de transporte rodoviário, que passou a substituir paulatinamente o transporte por ferrovias.

Da mesma forma, cada unidade ou filial passaria por um processo de especialização. Às filiais mais próximas dos centros de consumo deixou-se a exclusividade na fabricação de enlatados e conservas, enquanto aquelas situadas nas áreas produtoras passaram a dedicar-se ao abate e ao aproveitamento de outros subprodutos do boi, efetuando-se o transporte da matéria-prima por meio de caminhões frigoríficos dotados de sistema especial de refrigeração⁵⁹.

Com a interiorização da indústria de carnes, várias foram as consequências a nível da produção regional.

Em primeiro lugar, houve uma sensível redução no número de intermediários (geralmente, sete intermediários interferiam no ciclo do boi), com implicações nos custos de produção⁶⁰. Em segundo lugar, diminuíram as despesas com transporte, em decorrência, de um lado, da sensível redução das distâncias entre as pastagens e os frigoríficos, e, de outro lado, do fato de no mais se transportarem pesos desnecessários (visto que, depois do abate, transferiam-se apenas as carcaças).

Entretanto, as principais consequências diretas e indiretas seriam efetivamente sobre a própria produção pastoril. No conjunto, elas resultariam, de um lado, na redução do tempo de produção do boi, devido a um tratamento mais intensivo dispensado pelos produtores a seus rebanhos; de

58 MAMIGONIAN, A. Op. cit., p. 12.

59 MAMIGONIAN, A. Op. Cit., p. 14.

60 PARDI, M. C. e CALDAS, R. B. Op. cit., p. 60.

outro lado, implicariam na melhoria da qualidade da carne, antes produzida com quebra constante na sequência da produção⁶¹.

De resto, toda a organização da atividade pastoril seria redefinida. Cabe esclarecer que, mais recentemente, com a consolidação do processo de industrialização no país, a agropecuária tornou-se um conjunto de atividades com um potencial consumidor altamente significativo. Em face disso, diversificaram-se os ramos industriais voltados para este setor. O fornecimento de produtos veterinários, de rações, de sal mineralizado e outros, foram acompanhados de uma rede de assistência técnica especializada, que procurou difundir a necessidade de reorientação dos empreendimentos, com ênfase na racionalização da produção. Decorreria daí uma intensificação na aplicação de capitais (quase sempre subsidiados pelo Estado) em tecnologias modernas, até porque as atividades tenderam a se especializar e para cada uma delas desenvolveu-se uma diversificada gama de novos meios de produção a serem adquiridos pelo produtor. Para o que nos interessa, o mais significativo foi, contudo, as alterações nas relações de trabalho, com o significativo aumento do trabalho assalariado e a expropriação a que se submete o pequeno produtor rural.

Trataremos destas questões nos capítulos seguintes. Por ora, basta adiantar que o desenvolvimento da produção regional em bases mercantis tende a reproduzir as mesmas características observadas nas regiões tecnicamente mais adiantadas do país: assim, verifica-se aqui também a reprodução das desigualdades de oportunidades, situação esta agravada pela destruição de populações indígenas inteiras e pelo risco de tornar órfãs da natureza as gerações futuras⁶².

61 PARDI, 14. C. e CAUDAS, R. B. Op. cit., p. 60.

62 Além do desmatamento indiscriminado, a região tem sido vítima de “acidentes” ecológicos abusivos, como foi o caso recente do envenenamento de 500 toneladas de peixe no rio Miranda, provocado por agrotóxicos, fato amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

Capítulo III

CAPITAL E TRABALHO NA AGROPECUÁRIA REGIONAL

As transformações na agropecuária regional podem ser melhor entendidas se situadas como parte do processo mais geral de desenvolvimento da economia brasileira, o que significa dizer que estas transformações têm a ver com a progressiva absorção das atividades agropecuárias pela economia de mercado. As implicações deste fato são conhecidas. De um lado, ocorre uma maior inversão de capitais em atividades cada vez mais especializadas. De outro lado, a progressiva divisão social do trabalho gera o mercado interno para os produtos. Nesse contexto criam-se e recriam-se, continuamente, as condições para que o processo de acumulação se consolide e reproduza.

Este capítulo tem a intenção de apontar alguns dos mecanismos que têm permitido o desenvolvimento do setor agropecuário regional e as principais alterações econômicas e sociais por ele provocadas. Nesse sentido, coube destacar em primeiro lugar a participação do Estado e as formas pelas quais ele tem atuado no sentido de viabilizar o desenvolvimento do setor agropecuário. Em segundo lugar, destacamos as tendências na evolução dos estabelecimentos rurais, visando principalmente caracterizar as mudanças introduzidas na estrutura fundiária e nos tipos de exploração agropecuária. Por último, procuramos identificar os reflexos das alterações no processo produtivo sobre as relações de trabalho, isto é, esclarecer os vínculos existentes entre a adoção de determinada relação social de produção e a racionalização do processo produtivo.

A região estudada está incorporada à economia nacional desde o início do século, quando se especializou na criação de gado bovino. Entre-

tanto, a mudança na orientação econômica e o consequente deslocamento dos frigoríficos para as áreas produtoras de matéria-prima fizeram com que a região passasse a se dedicar também à recria e à engorda do gado. Mais recentemente, com a crescente urbanização, viabilizou-se a industrialização e a comercialização local do leite, ampliando mais o processo de especialização da pecuária bovina.

Paralelamente, criaram-se espaços para o aproveitamento agrícola do cerrado. Com efeito, a região já contava com uma infraestrutura mínima, como estrada rodoviária e ferroviária. A necessidade de formação e ou renovação de pastagens favoreceu o incremento de uma agricultura mercantil, com produção de milho, feijão, café e, sobretudo, arroz. Mais recentemente, com o avanço da fronteira agrícola, viabilizou-se a produção da soja, trazendo consigo toda a inovação técnica utilizada em outras regiões do país.

Ainda com relação ao aproveitamento do cerrado, temos que considerar o fato de que, além da maior proximidade com os grandes mercados formados por São Paulo e Rio de Janeiro, a formação de lavouras foi facilitada pela pouca densidade das matas, favorecendo as explorações mecanizadas⁶³.

Por último, é preciso não esquecer que o desenvolvimento agropecuário regional tem-se fortalecido porque alguns produtos contam com um amplo mercado consumidor. É o caso da carne e da soja, que são produtos de consumo interno mas gozam também de incentivos para a exportação.

Em parte devido a essas circunstâncias, a região foi alcançada por investidores paulistas, gaúchos e paranaenses que procuram expandir seus negócios. Via de regra são empresários que investem em terras mais baratas para ampliar seus patrimônios, seja com objetivos de exploração econômica (tendo em vista eventuais incentivos públicos), seja com fins especulativos (mantendo-as como “reserva de valor”).

63 Diga-se de passagem que o cultivo mecanizado, na medida em que necessita de uma completa limpeza do solo, tem provocado um desmatamento indiscriminado na região.

De qualquer forma, a presença de empresários de outros Estados tem contribuído significativamente para alterar as formas de ação em quase todas as atividades agropecuárias. Geralmente, introduzem técnicas mais modernas, utilizadas em seus Estados de origem, contribuindo assim para um maior aperfeiçoamento das atividades agropecuárias. São eles ainda portadores de toda uma bagagem relativa a padrões de conduta próprios de regiões capitalistas mais avançadas, como o zelo pelo trabalho e a ganância pelo lucro e pelo enriquecimento.

A esse verdadeiro torvelinho de investimentos externos e dominação do grande capital seguem-se transformações às vezes drásticas. Destas, a mais comum é a expropriação total ou parcial de pequenos produtores que passam a assalariar-se em grande parte.

De outro lado, com a valorização das terras, cresce a pressão sobre os grupos indígenas locais, cada vez mais envolvidos pela economia de mercado⁶⁴.

Em decorrência desse processo, começa a surgir o trabalhador volante, residente na cidade. Paulatinamente, constitui-se um mercado de trabalho e estabelecem-se relações monetárias mediatizando a compra e a venda da força de trabalho.

Além disso, ocorre também, principalmente com relação ao pequeno fazendeiro ou ao pequeno camponeses, a submissão a algum tipo de indústria, como o laticínio, por exemplo.

Por fim, alguns fazendeiros conseguem organizar sua produção de forma empresarial, adotando formas de exploração mais racionais do ponto de vista da produtividade. Nestes casos, surgem explorações modernas, que contam com o assessoramento de órgãos estaduais ou particulares de assistência técnica. Em geral têm apoio financeiro, principalmente do Banco do Brasil.

Neste ponto, cabe detalhar melhor a forma de atuação dos poderes públicos estaduais e federais diretamente sobre a agropecuária regional. Evidentemente, seria muito difícil mencionar aqui não só as formas de parti-

64 Caso da reserva da Bodoquena, onde fazendeiros e posseiros disputam violentamente cada palmo de terra dos índios.

cipação indireta do Estado (caso, por exemplo, da construção de estradas), como também a evolução das políticas agrícolas ao longo do tempo. Por este motivo, arrolamos a seguir apenas as formas de atuação do Estado mediante seus órgãos de pesquisas e assistência técnica e programas de investimento administrados pelos seus agentes financeiros (principalmente o Banco do Brasil).

As entrevistas com os produtores rurais (sobretudo com os fazendeiros) revelaram a importância dos financiamentos da rede bancária para o incremento tecnológico e gerencial no setor agropecuário. Os recursos federais para a região foram garantidos pela incorporação do estado de Mato Grosso do Sul ao Programa de Investimento Agrícola do Ministério da Agricultura, que prevê o financiamento de máquinas e implementos agrícolas, a incorporação de novas áreas de plantio e a aquisição de recursos para a correção do solo. Os prazos de pagamento vão até seis anos, com dois anos de carência⁶⁵. Além de cobrir despesas tradicionais de custeio da produção, esses recursos destinam-se principalmente à execução de programas agropecuários de grande envergadura, como o POLOCENTRO, o PROVARZEA e o PROFIR. Destes, o POLOCENTRO foi o de maior repercussão e amplitude, atingindo um maior número de produtores locais. Consiste na liberação de recursos (saldáveis a longo prazo) destinados à formação da fazenda, incluindo desde o desmatamento inicial até o plantio ou aquisição de rebanho bovino, conforme o caso.

O PROVARZEA destina-se ao cultivo de arroz de sequeiro, tendo em vista o grande potencial representado pelas extensas várzeas que formam os vales dos principais rios regionais.

Por último está o PROFIR, destinado a financiar investimentos para o cultivo de arroz irrigado através do processo de aspersão. Em parte pelo seu alto custo, em parte por contar a região com terras úmidas, este programa não teve grande aceitação entre os produtores rurais.

65 Cf. Carta da Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Balde Branco, n. 227, p.12, set. 1983.

É importante ressaltar que a liberação dos recursos provenientes dos programas mencionados só se dá quando o requerente apresenta uma proposta de investimento e demonstra a viabilidade econômica de seu empreendimento. Em face dessa exigência, existem na região escritórios particulares de prestação de serviços, elaborando projetos e acompanhando posteriormente a efetivação dos mesmos⁶⁶. Paralelamente aos projetos financiados através dos agentes financeiros, observa-se a ação de órgãos de assistência técnica e pesquisa agropecuária. Destacam-se nesse particular a EMPAER (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – MS) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a primeira voltada mais para a assistência e extensão rural e a segunda dedicando-se à pesquisa agropecuária.

A atuação do poder público se completa com os órgãos destinados ao controle sanitário, como o SIF (Serviço de Inspeção Federal) e o IA-GRO (Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária), órgão subordinado à Secretaria de Agricultura de Mato Grosso do Sul.

Assim, graças à ação do estado, favorecendo sobretudo grandes e médios produtores rurais, a produção agropecuária regional sofreu significativas alterações na sua forma de organização. Progressivamente foram adotadas técnicas mais avançadas, possibilitando a mecanização da agricultura e o manejo mais racional dos rebanhos bovinos.

O incremento técnico, motivado pela maior inversão de capitais facilitada pelos recursos anteriormente descritos, teve reflexos na composição da força de trabalho no setor agropecuário. A análise dos dados mostra que tem sido significativa a mudança na composição da força de trabalho, considerando-se o pessoal ocupado em atividades agropecuárias como um todo.

66 Num desses escritórios de planejamento, o seu titular se mostrou bastante otimista quanto à potencialidade regional para a produção de grãos. Chegou a afirmar que “se o município de Aquidauana fosse no Rio Grande do Sul, seria o maior produtor de arroz do país”, referindo-se à falta de interesse dos produtores locais pela agricultura.

Quadro I – Pessoal ocupado, segundo a Categoria De Trabalho* (%)

PERÍODO/ CATEGORIA	1970	1975	1980
Responsável e membros não remunerados da família	70,9	61,7	56,8
Empregados permanentes	16,3	26,7	29,4
Empregados temporários	11,7	11,1	13,1
Parceiros	0,2	0,3	0,3
Outra condição	0,9	0,2	0,4
Total	100	100	100

*Dados para o conjunto dos municípios pesquisados.

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 (MT), 1975 (MS) e 1980 (MS).

Observando-se os dados do Quadro I sobre a composição da força de trabalho, é possível perceber o aumento relativo no número de trabalhadores assalariados permanentes, que passou de 16,3% em 1970 para 26,7% em 1975 e atingiu 29,4% em 1980.

Pelo menos em parte, esse aumento pode ser explicado pelo crescimento das áreas de pastagens que geralmente ocupam trabalhadores permanentes, como os vaqueiros, por exemplo. Outro fator provável para o aumento desta categoria de trabalhadores parece ter sido a crescente utilização da mecanização nas diversas atividades agropecuárias.

No geral, a mecanização resulta na expulsão dos pequenos produtores principalmente daqueles que exploram terras alheias, como é o caso de pequenos arrendatários e pequenos parceiros. Isso se deve ao fato de que, de um lado, a mecanização dos empreendimentos (mesmo que parcial) torna desnecessária a permanência dos pequenos produtores que antes serviam, sobretudo, de reserva de mão de obra. Por outro lado, uma maior inversão de capitais resulta na valorização das terras, tornando-se inviável cedê-las à exploração camponesa (cuja produção destinava-se a garantir parte dos meios de subsistência do trabalhador, adicionando-se aos poucos recursos que obtinha assalariando-se parte do tempo na própria fazenda).

No caso analisado, o aumento de proporção de trabalhadores assalariados (permanentes ou temporários) evidencia esse processo de proleta-

rização do pequeno produtor. Quanto ao crescimento relativo de trabalhadores assalariados permanentes, parece que o fato está ligado à expressiva absorção de trabalhadores especializados (principalmente tratoristas), como indicam os dados relativos à mecanização⁶⁷.

Ainda segundo o Censo, entre 1970 e 1975, o crescimento da força de trabalho chegou a 23,3%. De 1975 a 1980, o crescimento foi de apenas 8,5%. Ao longo de todo esse período, enquanto a participação dos assalariados permanentes mais que dobrava em termos absolutos, a participação dos assalariados temporários permaneceu quase estável na primeira metade da década, aumentando sua participação relativa em 2%, em 1980.

Apesar dos empregados temporários terem representado cerca de 13% do conjunto do pessoal ocupado em 1980, os dados estatísticos não permitem saber quem são esses trabalhadores. Isto é, se são operários puros, totalmente separados de suas condições objetivas de trabalho, ou se são operários camponeses, participando do mercado de trabalho apenas parte do ano, como forma de complementar os meios necessários à sua sobrevivência.

A respeito dos trabalhadores temporários, ficou patente apenas a importância dos serviços de empreitada, uma vez que os dados do Censo fazem distinção entre esses serviços e outros trabalhos temporários, principalmente os efetuados por trabalhadores diaristas.

67 Em 1970, o número de tratores nos municípios pesquisados era de 252, passando para 788 em 1975 e atingindo 1701 unidades, em 1980. Em outras palavras, houve um acréscimo de 212,6% na primeira metade da década e de 115,8%, na segunda. Considerando-se que a participação dos trabalhadores temporários bem como da mão de obra familiar foi inferior à média de crescimento na primeira metade do período, compreende-se a importância que teve a crescente utilização da maquinaria para o aumento relativo do número de trabalhadores assalariados permanentes. A respeito dos dados sobre mecanização, conferir: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, MS, p. 41.

Para o Censo⁶⁸, o empreiteiro é um prestador de serviços “autônomo”, dono das ferramentas que utiliza, além de poder contratar eventualmente o serviço de terceiros. Via de regra, os serviços por empreita são bastante diversificados, indo desde a limpeza de pastos e consertos de cerca até, em menor escala, o plantio e a colheita.

Embora a maioria desses serviços seja constante em determinadas épocas do ano, a utilização dos trabalhadores temporários na forma de empreiteiros livra o produtor rural de qualquer vínculo empregatício e dos custos sociais daí decorrentes. Ainda que os serviços de empreitada sejam apresentados como sendo prestados por trabalhadores autônomos, na realidade e na maioria das vezes estes trabalhadores não passam de assalariados temporários disfarçados, visto que recebem em função do número de dias necessários para concluir o trabalho. É de supor, portanto, que a categoria dos trabalhadores tenha maior importância do que os dados oficiais indicam.

Seguindo-se com a análise dos dados censitários sobre a composição da força de trabalho, percebe-se uma tendência ao decréscimo na participação da categoria “responsáveis e membros não remunerados da família”, ou seja, redução na importância da mão de obra familiar. Os dados indicam uma significativa redução dessa categoria, de 70,9% do total, em 1970 para 61,7% em 1975 e 56,8%, em 1980. Esses dados podem estar

68 Utilizamos exclusivamente dos dados dos Censos Agropecuários, embora existam outras fontes, como os Cadastros do INCRA. Preferimos os primeiros por considerarmos os estabelecimentos agropecuários como unidades de exploração, ou seja, com um enfoque administrativo e, portanto, mais aproximado aos nossos propósitos. Por outro lado, a impossibilidade de comparação entre ambos exigia uma opção, o que foi feito pelo motivo acima exposto. De qualquer forma, é bom registrar que os dados oficiais, por motivos diversos, são insuficientes para permitir afirmações conclusivas. Sobre a limitação e as dificuldades de comparação dos dados oficiais. (cf. SILVA, José G. da. Progresso técnico e relações de trabalho. São Paulo, Hucitec, 1981, Apêndice 1, pp. 159 e ss).

indicando o início de uma expropriação gradativa de pequenos produtores; sobretudo de pequenos rendeiros como os parceiros e arrendatários, reduzidos à condição de assalariados.

Esta suposição pode ser levantada tendo em vista a análise do Quadro II, sobre os grupos de área total para o conjunto dos municípios pesquisados.

QUADRO II - Grupos de área total, segundo o conjunto de municípios* (%)

Grupos de área total (há)	% dos estabelecimentos			% da área total		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Período						
menos de 10	26,0	40,5	37,9	0,1	0,2	0,1
de 10 a menos de 100	40,7	29,5	25,8	1,5	1,2	1,1
de 100 a menos de 1000	20,1	17,5	21,8	7,9	7,5	10,1
de 1000 a menos de 10000	12,0	11,2	13,1	40,4	40,6	47,4
de 10000 a mais	1,2	1,3	1,4	50,1	50,5	41,3
TOTAL	100	100	100	100	100	100

*Excluídas as áreas sem declaração

Fonte: Censos Agropecuários de 1970 (MT), 1975 (MS), e 1980(MS).

O quadro acima permite observar que, entre 1970 e 1975, os estabelecimentos com áreas entre 10 e 100 ha diminuíram sua participação de 40,7% para 29,5% do total, reduzindo igualmente a área por eles ocupada. Essa tendência continuou em 1980, quando a participação desse grupo de área caiu para 25,8% do total de estabelecimentos. Neste caso, fica evidente que houve concentração em favor dos grupos de área maior ou partilha, favorecendo a proliferação dos estabelecimentos menores, pelo menos na primeira metade da década.

Com relação aos estabelecimentos com áreas inferiores a 10 ha houve um crescimento maior em número do que em área ocupada, a qual se manteve quase estável – o que permite concluir que houve partilha também nestes pequenos estabelecimentos. Assim, as propriedades menores

tornaram-se ainda menores, obrigando seus moradores a buscarem outra saída, via de regra, a migração e o assalariamento, explicando, em parte, o crescimento na participação relativa dos trabalhadores assalariados.

Para 1980, os dados indicam uma queda na participação relativa desse grupo de estabelecimentos, tanto em número como em área, confirmando a tendência anteriormente colocada.

A participação relativa do grupo de área de 100 até 1000 hectares teve urna maior redução em número de estabelecimentos do que em áreas, no período correspondente à primeira metade da década de setenta. Registre-se que nesse período houve um expressivo aumento no número de estabelecimentos de até 10 ha, embora esse mesmo grupo, em termos de área, tenha tido um crescimento pouco significativo (o que se explica pela grande concentração de terras). A relação que se estabelece entre ambos é que foi a proliferação dos pequenos estabelecimentos (resultante da partilha dos estabelecimentos entre 10 e 100 ha) a responsável pela queda na participação relativa do grupo de área de 100 até 1000 ha, já que a redução da participação desse grupo na área total foi diminuta (de 7,9% para 7,5%). Entre 1975 e 1980, este último grupo teve um crescimento relativo considerável, tanto em quantidade como em área ocupada. Considerando-se que a partir dessa faixa de área que estão as explorações com a pecuária extensiva, poupadoras de mão de obra, compreendem-se desde logo os efeitos da redução da pequena exploração camponesa na região. Embora tenha aumentado a participação dos estabelecimentos muito pequenos, se considerarmos os grupos de área de até 100 ha, vê-se que houve uma redução constante não só em quantidade de estabelecimentos como também em área ocupada.

Os demais grupos, com áreas superiores a 1000 ha, tiveram uma certa estabilidade na primeira metade da década para aumentar posteriormente, chegando a ocupar em 1975, 91,1% e, em 1980, 88,7% da área total, embora seu número não atingisse a 15% dos estabelecimentos recenseados. Isso dá uma ideia da enorme concentração de terras na região.

Por último, o fato de o grupo com área acima de 10000 hectares ter diminuído sua participação na área total, em 1980, pode estar indi-

cando apenas uma crescente participação do grupo de área anterior, já que o número de estabelecimentos na maior faixa de área tem crescido continuamente. Mas pode estar indicando também um processo de fracionamento sem que, contudo, deixem de ser grandes estabelecimentos. Em outras palavras, podem estar diminuindo sua área total em função de um processo de capitalização que aumenta a magnitude de sua produção, o seu tamanho interno. Isso porque há uma alteração na maioria das vezes na base técnica da produção: o capital, na forma de máquinas, adubos, sementes selecionadas, ‘substitui’ o meio de produção terra. Outras vezes há uma mudança no tipo de produto ou ainda na forma da posse da terra, o que acelera essa capitalização e que só se torna possível com a expansão das áreas ou, ao contrário, com a redução das mesmas⁶⁹.

Nesse caso, estaria havendo uma diminuição nas áreas das grandes fazendas, tendo em vista uma maior otimização nas condições técnicas de exploração das mesmas. Mas, para comprovar essa afirmação, teríamos que necessariamente saber mais sobre as condições em que se intensifica a produção nesses estabelecimentos, particularmente sobre os meios de produção que “substituem” a terra⁷⁰.

No caso específico da região em estudo, dados primários indicam que, pelo menos para alguns estabelecimentos gigantes, a diminuição das áreas decorre da simples partilha pelo processo de herança, principalmente das grandes fazendas formadas desde o século passado.

69 SILVA, José G. da. *Progresso Técnico...*, Apêndice II, p. 193.

70 De resto, ainda ficaria a pergunta formulada por Lênin em 1919 a respeito de técnica: “existem condições relacionadas com a técnica em si da agricultura moderna que exigem a redução da superfície das fazendas para elevar a intensidade de cultivo?” Em resposta, o autor admite inexistir qualquer consideração teórica a respeito, ressaltando que dependia do estágio alcançado pelo desenvolvimento da técnica, “nas condições dadas da agricultura e da quantia dada de capital necessário para um ou outro sistema de exploração”. (LENIN, V. I. *Nuevos Datos Acerca de las leyes del Desarrollo del Capitalismo em la Agricultura em los Estados Unidos de América del Norte*. Obras Completas, Moscú, Tomo 22, p. 57-150. Citado por SILVA, José G. da. Op. cit. p. 193).

Retornando à análise da composição da mão de obra vamos observar o quadro III, organizado a partir dos dados sobre grupos de áreas de lavouras, que afinal constituem a atividade que mais ocupa mão de obra.

QUADRO III - Grupos de área de lavoura para o conjunto de municípios pesquisados* (%)

Ano	Crescimento	De 1 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 50 ha	De 50 e mais	TOTAL
1970		81,1	16,1	2,8	100
1975	+17,6	82,3	12,7	5,0	100
1980	-4,0	72,8	17,6	9,6	100

*Excluídas as áreas sem declaração

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 (MT), 1975 (MS) e 1980 (MS)

Em 1970, o grupo de áreas com lavoura de até 10 hectares ocupava 81% do total dos estabelecimentos. Essa participação aumentou para 82,3 em 1975, embora nesse período tenha-se verificado um crescimento absoluto de 17,6% no total dos estabelecimentos com lavoura. Em 1980, caiu em 4% o número de estabelecimentos com lavoura, mas o grupo indicado baixou sua participação em quase 10%, refletindo uma redução das áreas de pequenas lavouras, provavelmente devido à expropriação sofrida pelos pequenos produtores.

Com relação ao grupo médio, com áreas entre 10 a 50 ha, houve uma queda na sua participação, visível em 1975, seguida de uma recuperação no fim do período, atingindo um total de 17,6% dos estabelecimentos com lavoura.

Mas foi sem dúvida o grupo de área de lavoura superior a 50 ha que teve sua participação gradativamente aumentada, passando de 2,8% dos estabelecimentos em 1970, para 5,0% em 1975 e chegando a 9,6%, em 1980.

De um lado, esses dados confirmam a redução quantitativa da economia camponesa, embora ainda predomine, e, de outro, a proletarianização do trabalhador rural, na medida em que cresce a importância da agricultura comercial na região.

O incremento da mecanização resultante dessa nova orientação da agricultura atinge principalmente o fornecimento de mão de obra, pois contribui para aumentar o contingente de trabalhadores livres, completamente expropriados de suas condições objetivas de trabalho e prontos para servir ao capital. Mais ainda: devido ao fato de a mecanização ser parcial, atingindo apenas algumas fases do processo produtivo, aliado a outros fatores que estimulam a não fixação do homem ao campo (como a valorização das terras e a extensão da legislação trabalhista ao campo), cresce a tendência para o assalariamento temporária do trabalhador rural, tendência que pode ser observada em alguns municípios da região.

Ainda com relação à agricultura regional, em que pese o decréscimo no número de estabelecimentos (sobretudo das pequenas explorações), a área de lavouras aumentou e muito, principalmente no que diz respeito às lavouras temporárias, cuja área, só na segunda metade da década de setenta, praticamente dobrou. Se considerarmos as expectativas em torno desses crescimentos, a tendência é no sentido de que eles se mantenham, visto que só agora o oeste do estado começa a ser atingido pelas grandes explorações agrícolas, cujos empreendedores são geralmente provenientes dos estados do Sul e encontram nas terras, relativamente baratas na região, a condição favorável para o cultivo intensivo do arroz e da soja. Desnecessário dizer que esse movimento que chega à região atingiu o sul do estado em fins da década de sessenta, proveniente da incorporação daquela área como nova fronteira agrícola, tornando-a uma das maiores produtoras de grãos do país.

Feitas estas considerações de ordem mais geral a respeito das tendências da agricultura regional, vamos complementar a análise sobre a composição da mão de obra a partir dos dados secundários, apresentando a seguir o Quadro IV, que mostra a evolução da condição do produtor no período 1970/1980.

QUADRO IV – Evolução dos estabelecimentos rurais e áreas correspondentes, segundo a condição do produtor * (% e áreas médias em ha)

ANO	Proprietário			Arrendatário		
	% Estab.	% Área	Área média	% Estab.	% Área	Área média
1970	68,5	93,7	1252	8,0	3,2	359
1975	59,7	96,6	1370	10,8	2,7	214
1980	62,7	95,1	1276	8,0	3,0	313
ANO	Parceiro			Ocupante		
	% Estab.	% Área	Área média	% Estab.	% Área	Área média
1970	6,6	0,1	10	16,9	3,0	163
1975	4,7	0,1	10	24,8	0,6	21
1980	2,6	0,2	51	26,7	1,7	53

*Dados para o conjunto de municípios pesquisados. Excluídas as áreas sem declaração.

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 1970(MT), 1975 (MS) e 1980 (MS)

No que diz respeito à evolução dos estabelecimentos segundo a condição de produtor, observa-se que a categoria “proprietário” detém, ao longo do período analisado, pouco mais de 60% dos estabelecimentos e ocupa área que varia de 93,7%, em 1970 para 95,1%, em 1980. Em outras palavras, isso quer dizer que, da totalidade das terras recenseadas, a maioria pertence ao próprio produtor, restando às categorias não proprietárias (arrendatários, parceiros e ocupantes) menos de 5% das terras. Pode-se observar ainda que a área média da categoria “proprietário” foi constantemente superior a 1250 ha, indicando esta categoria como detentora das maiores explorações.

Os arrendatários têm-se mantido estáveis no período, permanecendo com cerca de 8% dos estabelecimentos e 3% da área. As pequenas variações sofridas no período fizeram com que a área média baixasse de 359 ha, em 1970, para 214 ha em 1975, retornando a posição próxima da primeira, em 1980, com a área média de 313 ha. Embora a área média seja alta, indicando a existência de grandes arrendamentos, detalhando-se os dados por municípios, observa-se que em alguns deles – Miranda, por

exemplo – há uma predominância de pequenos arrendatários, com área média de vinte ha, o que indica a maior presença de pequenos agricultores.

A evolução dos estabelecimentos sob parceria⁷¹ tem apresentado uma queda em quantidade e um insignificante aumento na área recenseada. Em termos de número, esse é sem dúvida o grupo menos expressivo. Em quantidade, os estabelecimentos com parceria diminuíram de 6,6%, em 1970, para 4,7%, em 1975 e 2,6%, em 1980. A área média de 10 ha na primeira metade do período subiu para 51 ha no final da década. Isso parece estar indicando, de um lado, a expropriação do pequeno parceiro e, de outro, a manutenção dos maiores, principalmente dos parceiros pecuaristas.

Além disso, estão crescendo em importância na região os grandes parceiros capitalistas. Estes utilizaram enormes somas de capital nas suas explorações agrícolas e são considerados parceiros porque pagam percentagem do que produzem.

Comparando-se os critérios utilizados pelo Censo para a caracterização do arrendamento e da parceria, vê-se que eles diferem apenas formalmente. São arrendatários os que pagam uma quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos, enquanto os parceiros são aqueles que pagam uma percentagem da produção obtida⁷². Por outro lado, esta terminologia é muito confusa entre os produtores rurais, e frequentemente qualquer pessoa que explore terra alheia é chamada de arrendatário.

De qualquer forma, não foi possível distingui-los a partir dos dados fornecidos pelo Censo. Como assinalou Graziano da Silva, “o essencial para tentar distingui-los ou aproximá-los (parceiros e arrendatários) é verificar a forma pela qual o trabalho excedente é extraído do produtor. Somente a partir daí tem sentido indagar até onde é realmente importante, para caracterizar a relação de produção, verificar se o pagamento da

71 Trata-se apenas dos estabelecimentos com orientação própria do parceiro, isto é, dos parceiros “autônomos”.

72 Cf. IBCE. Censo Agropecuário, 1975. p. XXIV.

renda é feito em produto ou em dinheiro, se de forma fixa ou percentual. Tais formas de pagamento podem ser simplesmente variações, importantes sem dúvida, mas não fundamentais para caracterizar a apropriação do trabalho excedente”⁷³.

O mesmo autor adverte que a denominação genérica de “parceiros” e “arrendatários” pode escamotear relações de produção muito diferentes. Isso porque, ao que tudo indica, pequenos parceiros e pequenos arrendatários têm sua produção baseada no trabalho familiar e podem estar servindo como viveiro de mão de obra para as grandes propriedades que os contratam, provavelmente alternando-os, ora como pequenos produtores, ora como simples assalariados temporários.

O mesmo não se pode afirmar sobre os grandes parceiros e arrendatários, que se apresentam como sócios capitalistas da terra, baseando seus empreendimentos na exploração do trabalho assalariado. No fundo, parecem ser tão comuns os elementos que caracterizam grandes arrendatários e parceiros como os que aproximam os pequenos rentistas⁷⁴.

Por último, o quadro indica um crescimento no número de estabelecimentos de “ocupantes” que, segundo o Censo, são os que se instalam em terras públicas, devolutas ou de terceiros, nada pagando pelo seu uso. De um percentual de 16,9% no início da década de 70, atingiu 26,7% dos estabelecimentos, em 1980. Por outro lado, a área ocupada diminuiu de 3,0% para 1,7%, indicando, em primeiro lugar, que parcelas muito grande de terras exploradas foram retomadas ou incorporadas definitivamente a patrimônios já existentes e, em segundo lugar, que áreas tradicionais de posse passam pelos mesmos mecanismos de subdivisão, principalmente entre os próprios membros da família dos ocupantes, como acontece entre outros pequenos produtores.

73 Cf. SILVA, José G. da. (Org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 106.

74 SILVA, José G. da. *Progresso técnico...* Apêndice II, p. 191.

Em resumo, a valorização das terras na região tem contribuído para o esgotamento das “áreas sem dono”⁷⁵. Consequentemente, a situação dos trabalhadores que detêm a posse precária da terra está ameaçada.

A verificação dos dados permite-nos evidenciar algumas transformações de caráter mais geral que estão se processando na agropecuária regional. Contudo, não são suficientes para explicar as reais dimensões do processo em curso. Resta indagar quais são os mecanismos pelos quais se estruturam as alterações básicas que efetivamente se estão processando. Como explicar, por exemplo, a constituição de um mercado de trabalho para a agricultura, expulsando-se os trabalhadores rurais do campo?

Ocorre que a lógica do modo de produção capitalista obedece a raízes globais. Ao mesmo tempo em que a acumulação, num certo setor, implica na expropriação dos produtores diretos, para outros setores pode implicar na generalização das relações mercantis através da vinculação da pequena produção à economia de mercado. Embora ambas as coisas façam parte do mesmo processo, pode haver um descompasso entre elas. O setor agropecuário, por estar mais descapitalizado, pode, por exemplo, reaproveitar, de forma redefinida, uma relação de produção não capitalista ou articular-se com um setor urbano. De qualquer forma, o objetivo é apropriar-se de uma maior parte do excedente gerado na produção agropecuária. Contrariamente, o setor industrial, pela sua posição de comando no processo de acumulação geral do sistema, pode, em determinadas condições históricas, permitir certa melhoria nas condições de vida de seus trabalhadores.

O setor agropecuário regional sofreu, nos últimos quinze ou vinte anos, um intenso desenvolvimento. A exploração da pecuária bovina, que sempre foi a atividade econômica principal, que introduziu novas técnicas

75 Cabe esclarecer que na definição de ocupante o IBGE leva em conta a relação econômica do produtor com a terra (ou seja, é ocupante aquele que nada paga pela terra explorada), divergindo da definição de poceiro feita pelo INCRA em função da inexistência do título de propriedade legal da terra.

de manejo, abriu espaço para a agricultura comercial. Paulatinamente, foram alterando-se as forças produtivas com a introdução de maquinaria, a utilização de corretivos, fertilizantes e demais insumos modernos.

Mas, ao mesmo tempo em que a produção passou a ser reorganizada em termos técnicos e gerenciais, ocorreram também transformações a nível das relações de produção. Dito de outro modo, o aparecimento capitalista no campo implicou na maior utilização de trabalhadores permanentes e temporários.

Em consequência, agregados, moradores e pequenos rendeiros estão sendo expulsos das fazendas em busca de melhores dias nas cidades. Intensificou-se o êxodo rural. As pequenas cidades começaram inopinadamente a crescer, a “inchar”, devido a um número cada vez maior de desempregados e subempregados.

O quadro seguinte, sobre a evolução da população nos municípios regionais pesquisados, dá uma ideia do crescimento da população urbana em detrimento da rural.

QUADRO V – Distribuição da população rural e urbana, por municípios, em 1960, 1970 e 1980. (%)

ANO →	1960		
Municípios	Rural	Urbana	Total
Anastácio	71,5	28,5	100
Aquidauana	38,3	61,7	100
Bonito	84,0	16,0	100
Miranda	85,2	14,8	100
Nioaque	51,9	48,1	100
TOTAL	60,9	39,1	100
ANO →	1970		
Municípios	Rural	Urbana	Total
Anastácio	67,1	32,9	100
Aquidauana	37,7	62,3	100
Bonito	77,1	22,9	100
Miranda	80,2	19,8	100
Nioaque	57,5	42,5	100

TOTAL	59,0	41,0	100
ANO →	1980		
Municípios	Rural	Urbana	Total
Anastácio	45,9	54,1	100
Aquidauana	31,6	68,4	100
Bonito	60,4	39,6	100
Miranda	53,6	46,4	100
Nioaque	56,2	43,8	100
TOTAL	46,2	53,8	100

Fonte: IBGE, MS, 1979, pág. 37 e Sinopse do Censo Demográfico de 1980 MS, Vol. I, Tomo I, nº22, RJ, 1981, pág.5.

A simples observação do quadro permite constatar que, embora a população rural seja maior que a urbana em três municípios (justamente os três menores), ocorreu de um modo geral um processo de urbanização na região. A população urbana aumentou sua participação relativa em quase todos os casos. Considerando-se a região em seu conjunto, é possível verificar que a partir de 1980 a população urbana superou a rural, com percentagens de 53,8% e 46,2%, respectivamente. Essa urbanização progressiva está diretamente relacionada com o desenvolvimento regional em moldes capitalistas. A valorização da terra, ao lado da inexistência de uma política de sustentação da pequena produção, tem levado a uma expropriação generalizada de pequenos proprietários rurais e, principalmente, de pequenos rendeiros e posseiros. Fatores como a mecanização parcial e a extensão da legislação trabalhista ao campo apenas aceleram de forma irreversível o êxodo rural.

As entrevistas com fazendeiros da região revelam que, além de administradores e vaqueiros, apenas trabalhadores mais especializados, como tratoristas e um ou outro técnico, são mantidos como permanentes e residentes nas fazendas. Embora também tenham sido constatadas irregularidades na situação destes trabalhadores (em termos da aplicação da

legislação trabalhista)⁷⁶, tudo indica que haja interesse do fazendeiro em mantê-los na propriedade, dada a necessidade de execução imediata de certos trabalhos ou até mesmo a dificuldade em substituí-los.

Serviços como limpeza de pasto, construção de cercas, plantio de grama ou capim, além de tratos culturais e a colheita de alguns produtos, em geral são feitos por trabalhadores assalariados temporários. Estes trabalhadores são ou moradores urbanos ou pequenos camponeses buscando completar seus meios de sobrevivência, ou índios cada vez mais carentes de recursos monetários para fazer frente às novas necessidades de consumo que lhes são impostas pela economia de mercado.

No caso dos trabalhadores urbanos, constatamos a existência de “turmas”, isto é, grupos de trabalhadores masculinos que são deslocados para o local de trabalho, permanecendo por toda uma semana. Geralmente são pagos por dia ou por tarefa realizada, não sendo descontadas despesas referentes à moradia e alimentação. Entretanto, em alguns municípios verificou-se a existência de trabalhadores que se deslocam diariamente, a pé ou transportados em caminhões, retornando ao final da jornada de trabalho. Por serem pagos “a seco”, seu pagamento não inclui moradia nem alimentação e se assemelham aos chamados “boias-frias” existentes em outras partes do país.

Como o desenvolvimento da agricultura comercial é relativamente recente na região, os trabalhadores temporários utilizados nas grandes explorações são ainda em pequeno número. Não se observam grandes deslocamentos nas épocas de colheitas, como em outros locais do país. Além

76 Informações obtidas junto à Federação dos Trabalhadores Rurais de Mato Grosso do Sul dão conta de que entre 90 a 95% dos trabalhadores rurais do Estado não tenham carteira assinada pelos seus empregadores. Também na região estudada, há evidências de que não são respeitados os direitos dos trabalhadores rurais. Prova disso é o fato de que o Hospital do Sindicato Rural de Aquidauana atende os trabalhadores rurais de seus associados mediante a apresentação de um “bilhete” do patrão, que substitui a inexistente Carteira do IAPAS. Veja-se, a respeito, Capítulo V, nota 110, deste trabalho.

do que, as grandes plantações de arroz, milho e soja são quase totalmente mecanizadas, de forma a diminuir a necessidade de trabalhadores braçais.

No caso dos índios, observou-se a sua ampla utilização como força de trabalho em diversas atividades. São recrutados geralmente mediante a intervenção da FUNAI no posto local e, em regra, recebem por tarefa realizada. Deslocam-se a para as fazendas mais próximas, retornando à aldeia no final do dia. Em outros casos são levados em ônibus ou caminhões para outras regiões, principalmente por ocasião da colheita da cana. Essas são apenas algumas das formas encontradas pelos índios para fazer frente às despesas com mercadorias incorporadas aos seus costumes por influência do elemento branco. Em geral, esse trabalho se completa com a venda de “excedentes” da sua produção na cidade mais próxima. Além de produtos agrícolas como a mandioca, feijão, abóbora e milho verde, vendem também frutas silvestres e peças de artesanato confeccionadas em barro ou palha.

Para o fazendeiro, a aldeia serve como viveiro de mão de obra, evitando-lhe às vezes despesas com transporte de trabalhadores residentes em cidades mais distantes. Ou seja, o fazendeiro aproveita-se da “disponibilidade” desses trabalhadores, existentes em grande número, necessitados de completar seus meios de vida e que inclusive se autotransportam para a fazenda.

Mas seria enganoso pensar que as relações de trabalho na região estão totalmente formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho. Como se pode constatar, em algumas explorações, onde predomina o cultivo de café, ainda persistem relações de produção não capitalistas, como a parceria. Embora a parceria se reproduza articulada a um contexto capitalista, o parceiro não está inteiramente desapropriado e separado de todas as condições objetivas do trabalho. Na medida em que detém a propriedade de parte dos meios de produção, controla, em graus variáveis, o processo produtivo e apropria-se de parte dos produtos. Diferentemente do trabalhador assalariado que vende apenas a sua força de trabalho, o parceiro aparece no mercado como vendedor de parte dos frutos de seu trabalho, no caso, os produtos agrícolas. Em outras palavras, significa dizer que a extorsão do sobretrabalho na parceria se faz sem a separação do

trabalhador de todos os meios de produção. Os níveis e as formas em que isso ocorre só podem ser identificados pela investigação da articulação da parceria com a produção capitalista na forma concreta em que se manifesta. É o que se tentará fazer a seguir.

Analisando um contrato de parceria utilizado em 1972 por uma grande exploração de café na região da Bodoquena, percebe-se a existência de mecanismo extraeconômico como forma de subordinação e retenção do trabalhador. Destaca-se, em primeiro lugar, a exigência de que o parceiro trabalhe gratuitamente para a fazenda um dia ao ano para cada mil pés de café sob seus cuidados, sujeitando-se a qualquer tipo de serviço. Em segundo lugar, a existência do armazém de compra e venda na fazenda, onde o parceiro deve retirar as mercadorias de que necessita para sua sobrevivência e ao qual, da mesma forma, deve vender sua produção de cereais. Por último, a proibição de o parceiro ausentar-se da fazenda para trabalhar fora sem o prévio consentimento do proprietário. Outras cláusulas estabelecem o prazo de seis anos para a duração da parceria, na base de 50% da produção do café para cada parte.

Ao parceiro cabe o direito de moradia, de receber terras desmatadas, direito às sementes de café e ao cultivo gratuito de cereais a serem plantados intercaladamente ao café. O cultivo de cereais reduz gradativamente até atingir uma quantia mínima a partir do quarto ano consecutivo. Quanto aos deveres do parceiro, além dos já mencionados, incluem a limpeza da lavoura, o combate às pragas, a conservação dos caminhos, as replantas e a desbrota do café, o esparrame de ciscos ao término das colheitas etc. O contrato prevê ainda a utilização do parceiro para serviços na fazenda, pelo qual receberá diária a seco⁷⁷.

Considerando-se que o café plantado em semente só começa a produzir a partir do quarto ano, é possível concluir que, no caso exposto, o trabalhador terá direito ao cultivo de cereais enquanto o café não produzir.

77 Cf. contrato em anexo.

Depois dividirá com o patrão os custos e os riscos da produção. Enquanto isso se endivida no armazém da fazenda.

Na realidade, o parceiro aparece como “sócio” do empresário proprietário da terra, dispõe de parte do capital constante (instrumentos de trabalho, defensivos, etc.) e utiliza-se fundamentalmente da mão de obra familiar, embora exista a possibilidade eventual de assalariar terceiros⁷⁸. De um modo geral, a extensão do número de pés de café a serem tratados por ele depende, diretamente, da quantidade de pessoas da família em condições de trabalhar. Nesse sentido, o parceiro assemelha-se a um camponês, pois o trabalho familiar é a base de sustentação de sua produção.

Embora o parceiro seja “sócio” no empreendimento, descarta-se desde logo sua caracterização como sócio capitalista. Primeiramente, porque conta com seu próprio trabalho e só eventualmente torna-se um assalariador; e mesmo que a utilização de trabalhadores assalariados fosse mais significativa, representaria mais uma fonte de despesas para ele, visto que teria de tomar mais dinheiro emprestado para pagar esses trabalhadores. Em segundo lugar, porque a parceria está subordinada à outra relação dominante na fazenda, que é o assalariamento. Ou seja, trata-se de um empreendimento capitalista dirigido pelo proprietário da terra (ou seu representante) que se utiliza da parceria como uma relação de produção alternativa – considerando que, sob certos aspectos, sua exploração mostra-se mais racional do ponto de vista da acumulação capitalista. Por último, está o fato de que, sendo o empresário o próprio proprietário da terra, poderá usufruir desta condição no sentido de conseguir, a juros subsidiados, recursos que transfere, posteriormente, ao parceiro a taxas de mercado; como o pequeno parceiro normalmente não tem autonomia financeira, depende do “fornecimento” do patrão, que o explora pela mediação do monopólio da terra, pelo simples fato de que isso lhe dá o direito de conseguir dinheiro facilitado. De outro lado, as condições de troca entre o proprietário e o

78 Veja-se o artigo segundo do contrato.

parceiro assentam-se em bases desiguais: para pagar seus débitos em prazos preestabelecidos, o parceiro se obriga a entregar sua produção ao preço do momento, sem poder esperar por uma melhora eventual dos preços em decorrência das oscilações do mercado.

Para o empreendimento, a parceria representa a socialização dos custos e dos riscos da produção e a disponibilidade do trabalhador para outros serviços. Além disso, existe a certeza da dedicação do parceiro, que tem a ilusão de estar trabalhando para si. Em outras palavras, como bem observou Loureiro, “a adoção da parceria tem múltiplos significados: aumento da produtividade do trabalho, ‘socialização’ dos ‘custos’ de reprodução da força de trabalho, como a previdência social, reserva de força de trabalho etc.”⁷⁹.

De resto, é preciso esclarecer que aqui se configura uma dupla exploração do parceiro: primeiro aquela que se realiza sobre o trabalho prestado como assalariado temporário (diarista) e, segundo, a apropriação do produto de seu trabalho através da mediação da troca desigual, efetuada no armazém da fazenda, onde compra caro e vende barato para saldar suas dívidas.

Para o parceiro, o cultivo de cereais implica num trabalho extra, responsável pela extensão da jornada de trabalho da família. Mas representa, de um lado, parte da alimentação necessária para a sua sobrevivência, enquanto o café não produz ou seu rendimento não é suficiente para o sustento da unidade familiar. Por outro lado, o fato de o parceiro produzir uma parcela de sua subsistência permite que lhe seja transferida parte dos riscos e dos custos do empreendimento. E mais: o baixo rendimento em alimentos faz com que o parceiro esteja sempre dependendo do fornecimento do armazém, o que o mantém atrelado, fazendo-o continuar como “sócio” não capitalista do empreendimento.

Paralelamente à ação dos mecanismos puramente econômicos, existem outros fatores que mantêm a dependência do parceiro. Esses mecanismos atuam a nível ideológico, como o paternalismo do proprietário e a es-

perança do parceiro de vir a ser um pequeno proprietário. O primeiro atua de forma a dar uma impressão de “segurança” ao trabalhador; o segundo garante maior produtividade e dedicação do parceiro, embora isso venha a converter-se, quase sempre, em benefício do empresário proprietário rural.⁸⁰ É interessante comparar o tipo de parceria enunciado acima e as formas de parceria indicadas no capítulo inicial. Estas últimas foram descritas por José Sabino do Patrocínio e correspondem ao período anterior a 1940, embora tenham permanecido, com pequenas variações, por mais algum tempo.⁸¹ Ao que tudo indica, em que pese a grande semelhança existente entre as diversas formas assumidas, sobretudo pela parceria agrícola, o contexto no qual elas foram introduzidas as diferencia profundamente. As formas descritas para a primeira metade do século apresentam duas ordens de significação: ou eram adotadas porque o parceiro-agricultor dispunha de pequenos recursos que o proprietário da terra não tinha ou, no mais das vezes, tornava-se uma forma de exploração adotada pelo proprietário, numa época em que a agricultura regional destinava-se à subsistência e aos mercados locais. Prova disso é que, na época, os cultivos mais frequentes eram os do feijão, milho e arroz. Como condicionante desse tipo de agricultura, pode-se supor certa escassez de numerário, o que teria levado à adoção da parceria como uma maneira de formar as fazendas. Os contratos da época indicam que o parceiro tinha direito à criação bovina, até um certo número de cabeças. Mas o mais importante, como prova da afirmação anterior, é que as benfeitorias como certas, galpões, mangueiras etc., construídas pelo parceiro, seriam pagas a ele pelo fazendeiro no final do período. Ou seja, realmente o parceiro tinha chances de acumular, sobretudo de iniciar um pequeno rebanho, enquanto a agricultura garantia-lhe a subsistência. Ora, a parceria na fazenda de café tem significados diferentes. Primeiro, porque há hoje na região uma agricultura comercial, com um mercado de trabalho constituído e, segundo, porque existem novas bases técnicas de cultivo que

79 LOUREIRO, M.R.G. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 70.

80 LOUREIRO, M.R.G. *Op. cit.*, p. 70

81 É o caso da parceria agrícola que ainda permanece.

podem garantir uma maior produtividade do trabalho, assim como maior disponibilidade de recursos financeiros destinados à agricultura. Contudo, a parceria continua sendo utilizada. A nosso ver, ela aparece com uma nova roupagem, para um contexto econômico diferente. O capital, ao assumir o comando do processo produtivo, redefiniu a parceria, de forma a garantir a exploração do sobretrabalho do parceiro camponês. Como a empresa agrícola passa por uma descapitalização relativa, em termos do processo de acumulação de capital para o conjunto da sociedade, a adoção da parceria representa, para o empresário rural, um comportamento racional que suaviza a baixa rentabilidade do setor⁸². Esta racionalidade se efetiva, do ponto de vista da acumulação capitalista, porque, como foi dito, a parceria representa a socialização dos “custos” e dos danos sofridos pela produção. Além disso, apresenta vantagens em termos de produtividade, se comparada com a rentabilidade conseguida com a adoção de assalariados, por exemplo.

Em conclusão, parece que o desenvolvimento capitalista na agropecuária regional tem gerado contradições substanciais, a ponto de reproduzir relações como a parceria. Em outros termos, o desenvolvimento capitalista no campo não se faz de forma linear. Cria obstáculos ao seu próprio progresso, na medida em que recria relações de produção que permitem a continuidade de trabalhadores semi livres, não totalmente expropriados e que, por isso mesmo, não produzem mais-valia.

82 LOUREIRO, M. R. G. Op. cit., p. 131.

Capítulo IV

A AGROINDÚSTRIA E A SUBORDINAÇÃO CAMPONESA

Algumas das alterações que têm ocorrido na agropecuária regional representam a sua adequação às transformações por que passa o próprio sistema capitalista na sua fase monopolista. Isso quer dizer que é preciso considerar, além das transformações clássicas que o domínio do capital provoca nas atividades agropecuárias, as relações sociais “reinventadas” ou redefinidas, visto que diferentes formas de exploração preexistentes podem subordinar-se ao capital também de modo diferenciado. É preciso considerar igualmente, o significado contraditório de tais relações para o desenvolvimento do próprio sistema capitalista.

Neste capítulo, procuraremos examinar a economia camponesa e seus vínculos com a produção industrial. Tomamos como objeto de estudo uma cooperativa de laticínios, cujos associados são, em grande parte, pequenos produtores rurais. Estes, embora sejam proprietários da terra e de outros meios de trabalho, exploram-nos mediante o trabalho familiar, o que nos permite caracterizá-los preliminarmente como camponeses.

De imediato é preciso lembrar que o camponês não se constitui num personagem especificamente capitalista. A relação social capitalista pressupõe a separação entre o trabalhador e as condições objetivas da produção, processo que pode ser observado na realização das seguintes condições:

A “dissolução da relação com a terra como condição natural de produção que o homem trata como sua própria existência inorgânica, como o laboratório das suas forças e o domínio de sua vontade. Todas as formas

em que esta propriedade encontrada presumem uma entidade comunal”, onde todos os seus membros são proprietários;

A “dissolução das relações em que o homem mostra-se como proprietário dos instrumentos de produção estes últimos deixam de pertencer ao produtor e passam a se colocar frente a ele como capital, ou seja, como instrumentos monopolizados pelo comprador de sua força de trabalho;

A perda, por parte do produtor, da condição de detentor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção como produtor independente antes e durante a produção: em decorrência, sua manutenção passa a depender exclusivamente da venda da sua força de trabalho;

A dissolução da relação em que os trabalhadores, “as unidades vivas de produção”, aparecem como parte direta das condições objetivas de trabalho, na condição de servos ou escravos⁸³. Surge o trabalhador livre, duplamente livre: primeiro por ser despojado dos meios de produção e, segundo, por dispor livremente de sua força de trabalho cuja venda é condição essencial para sua sobrevivência.

Confrontando-se o processo de trabalho camponês com a constituição da relação social de produção capitalista, verifica-se que as condições acima mencionadas não se efetivam inteiramente. Em primeiro lugar, porque o camponês não se relaciona com a terra como uma “condição natural de produção”, visto que a terra passa a ser um equivalente de mercadoria e sua apropriação se faz mediada pela troca. Consequentemente, o processo de trabalho passa a ser intermediado por esta transformação no caráter da propriedade da terra e insere o produtor no universo da mercadoria. Em segundo lugar, porque o camponês detém a propriedade sobre os meios de produção, não ocorrendo a “dissolução das relações em que o homem mostra-se como proprietário dos instrumentos de produção”. Em terceiro lugar, porque o camponês possui os meios de vida “necessários à sua ma-

83 Sobre o processo de constituição da relação social de produção capitalista ver MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. 3 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 92-93.

nutenção enquanto produtor”, visto que a produção camponesa combina a produção de mercadorias, com a produção destinada ao auto consumo. Em síntese, configura-se a especificidade da produção camponesa: a terra, principal meio de produção, não se apresenta ao camponês como uma “relação natural” e nem o camponês é parte integrante das condições objetivas da produção; por outro lado, também não é um trabalhador expropriado, já que detém a propriedade dos instrumentos de produção e produz os meios necessários à sua sobrevivência. O processo de trabalho camponês é um processo no qual não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista. Mas, mesmo assim, a produção camponesa está inserida num contexto capitalista e historicamente reproduzida, embora de forma contraditória, pelo modo de produção capitalista.

Na região que estudamos a pequena produção desenvolveu-se de forma espontânea. Na medida em que a ocupação do território se fazia mediante o avanço da pecuária extensiva, verificou-se o estabelecimento de um grande número de pequenas explorações. Pode-se dizer que, num primeiro momento, os pequenos núcleos de povoamento ocuparam áreas dos até então indefinidos limites das grandes propriedades pastoris. Aproveitaram-se da abundância de terras devolutas para efetivar uma economia de subsistência com uma produção voltada para o auto consumo. Também o processo de partilha de terra por herança contribuiu para um fracionamento e proliferação ainda maior da pequena produção. Por último, mais recentemente, realizou-se o assentamento de colonos em vários municípios da região. Embora esse assentamento já decorresse da manifestação de tensões sociais resultantes das formas iniciais de ocupação da terra, permite visualizar de maneira mais completa o quadro atual da presença da pequena produção regional.

O aparecimento da pequena produção camponesa está ligado não só à proliferação da pequena propriedade, mas também, e principalmente, à redefinição das relações sociais de produção advinda do avanço contínuo da fronteira agrícola. Originária do Oeste Paulista, o avanço da fronteira

agrícola atingiu o estado de Mato Grosso na parte sul nos anos sessenta, alcançando, na década seguinte, o oeste deste mesmo estado.

No conjunto, foram várias as transformações decorrentes deste processo. De um lado, houve a intensificação da imigração proveniente de outros estados e modificações de ordem político-administrativa que implicaram na melhoria da infraestrutura. Por outro lado, ocorreu a valorização das terras, principalmente daquelas já organizadas produtivamente. Paralelamente, incrementou-se a regulamentação da condição legal das terras, o que tem motivado disputas e tensões sociais que vão desde a titulação definitiva de áreas devolutas até a expropriação de pequenos posseiros.

Por último, a incorporação definitiva da região às formas capitalistas de exploração provocou alterações substanciais na organização da produção. O desenvolvimento de uma economia de mercado possibilitou a expansão do mercado de produtos e de força de trabalho. Em decorrência viabilizou-se a mercantilização de produtos até então destinados unicamente para subsistência do produtor, redefinindo o sentido da produção camponesa e vinculando-a progressivamente ao mercado.

Dentre os vários produtos de subsistência posteriormente mercantilizados destacamos o leite, pela importância que assumiu como matéria-prima para uma recém-instalada indústria de laticínios.

Cabe esclarecer que a região de Aquidauana tem como atividade econômica principal a pecuária bovina. O aproveitamento industrial do leite viabilizou-se na medida em que se intensificou o processo de urbanização: o incremento populacional, a diversificação das atividades urbanas e a progressiva especialização de funções, decorrentes da própria divisão do trabalho, concorreram para a geração de um mercado consumidor.

A exploração industrial do leite foi organizada na forma de cooperativa, pela iniciativa de pequenos e grandes proprietários rurais da região. O capital inicial, formado mediante o sistema de quotas, permitiu a construção das primeiras instalações do laticínio. Posteriormente, a cooperativa obteve empréstimos junto ao BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), visando ampliar as suas instalações. Seu funcionamento

data de 1982, produzindo inicialmente o leite pasteurizado e a mussarela, prevendo-se ainda a fabricação de outros derivados.

Em que pese a atuação inicial de grandes proprietários na constituição da cooperativa, a sua base de sustentação e fornecimento de matéria-prima é representada por pequenos e médios proprietários rurais.

Como a maioria dos fornecedores são pequenos produtores, cabe examinar mais profundamente a sua situação socioeconômica, com o intuito de caracterizar essa forma de exploração e seus vínculos com a cooperativa.

Constata-se em primeiro lugar que a pecuária leiteira é uma atividade comum a unidades produtivas de todos os tamanhos e o fato de o fornecedor ser considerado um pequeno produtor não indica, necessariamente, que ele seja um pequeno proprietário. Entretanto, como ainda predomina a pecuária extensiva, o pequeno fornecedor, cuja produção geralmente não ultrapassa os cinquenta litros diários, é via de regra um pequeno proprietário e vice-versa.

De outro lado, além da terra, o pequeno produtor também possui um pequeno rebanho, formado de gado comum, e tem na venda do leite uma forma de suplementar os recursos necessários às despesas familiares com alimentação, vestuário, saúde, além de algumas despesas mensais com a própria exploração, como o sal e o remédio para os animais.

Para a maioria desses produtores, o leite mercantilizado apresenta-se sob a forma de “excedente”, isto é, como um subproduto da criação que existe em quantidade superior às necessidades de consumo familiar. Pelo menos essa é a forma inicial que determina a iniciativa de vender o produto. Posteriormente realiza-se uma produção gradativamente subordinada ao mercado, reorganizando-se com vistas a esta nova finalidade os fatores anteriormente dedicados à subsistência. Como indicaremos adiante, a progressiva subordinação ao mercado transformará o pequeno proprietário num produtor de mercadoria conectado com a forma econômica do dominante, isto é, a forma capitalista.

Aliada à produção mercantil⁸⁴, observa-se o cultivo de lavouras de subsistência, principalmente do arroz, feijão, milho e mandioca. Além disso, constata-se a criação de pequenos animais (galinhas e porcos), destinada a complementar as necessidades de subsistência.

Em resumo, pode-se afirmar que a pequena exploração regional combina a produção mercantil com a produção de subsistência. Como predomina a ampla utilização da força de trabalho familiar, podemos caracterizar a pequena exploração como uma forma típica de economia camponesa. Todos os tipos de trabalho são efetivados individual ou coletivamente, mas tendo sempre a família como executora dos diferentes trabalhos. A divisão do trabalho obedece a critérios do sexo e idade. A combinação dos vários membros da família na jornada de trabalho passa necessariamente por um processo de cooperação, respeitando-se a individualidade de cada membro. Nesse sentido, a família camponesa pode ser considerada um trabalhador coletivo⁸⁵.

A renovação e/ou complementação da mão de obra familiar depende da integração dos filhos mais jovens no processo produtivo. As funções executadas apenas pelos adultos vão aos poucos sendo praticadas pelos mais jovens assim que atingem a idade de 13 e 14 anos. Como os trabalhos são, em sua maioria, rudes, a força física se constitui em um importante elemento para capacitar o indivíduo a executá-los. Contudo, isso não impede que, em certos momentos da produção, mulheres e crianças venham desempenhar tarefas consideradas pesadas e normalmente reservadas aos homens.

O ritmo e a extensão da jornada de trabalho variam conforme a época do ano. Nos momentos de maior pico de trabalho a jornada dura doze horas em média. Da mesma forma, esse também é o momento em que se acelera a execução dos trabalhos, principalmente os de colheita.

84 Cumpre acrescentar que o leite não é o único produto mercantilizado. Além da venda de bezerros, constatou-se em algumas unidades a exploração mercantil de alguns produtos agrícolas.

85 Sobre o conceito da família camponesa como um trabalhador coletivo ver: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 7. ed, São Paulo: Difel, 1982, Livro 1, p. 86-87.

É interessante observar que a comercialização do leite implica no aumento da jornada de trabalho de alguns membros da família. Com o aumento dos trabalhos, há também a necessidade de incorporar os filhos mais jovens para fazer esses novos serviços. Verifica-se ser comum entre os camponeses o fato de iniciar-se o trabalho de ordenha ainda de madrugada. Quando o dia clareia, o leite deve estar pronto para ser entregue e as pessoas disponíveis para iniciar em outras atividades. Ou seja: vender o leite significa um trabalho extra que não deve impedir as outras atividades regulares, principalmente aquelas destinadas à subsistência.

A exploração da atividade leiteira na unidade camponesa depende, às vezes, da atividade de terceiros. Na época de marcar ou vacinar o gado é comum precisar da ajuda de vizinhos. Isso ocorre principalmente quando os filhos são ainda pequenos e não podem realizar serviços que dependem de força e experiência. Neste caso, a tarefa é executada na base da ajuda mútua ou troca de dias de serviço entre camponeses vizinhos. De qualquer forma, esta atividade ocorre poucas vezes ao ano e não implica em maiores dependências ao trabalho de “fora”.

Outra coisa é a presença do trabalho assalariado em propriedades que combinam a produção do leite com a exploração mercantil de algum produto agrícola. Embora predomine regionalmente a exploração da pecuária, constata-se que em algumas unidades pesquisadas há a utilização de trabalhadores temporários. São pessoas contratadas durante a colheita, quando a mão de obra familiar torna-se insuficiente.

A presença de relações de produção capitalistas coloca o problema da descaracterização do processo de trabalho camponês, visto que nele predomina o trabalho familiar. Contudo, a constatação de que o trabalho acessório é prestado por outros camponeses indica que não se trata de emergência do assalariamento enquanto relação social criada pela necessidade de reprodução do capital. Em primeiro lugar porque o trabalhador que se assalaria é ele próprio um camponês: assalaria-se parte do tempo para completar sua renda quase sempre insuficiente. Em segundo lugar, do ponto de vista daquele que contrata, ele o faz porque em determinados

momentos o trabalho familiar não é suficiente para fazer frente às tarefas imediatas; para ele, a contratação de trabalhadores temporários não implica numa relação de exploração ou extração de mais-valia. Ao contrário, o pagamento efetuado a terceiros representa uma redução dos recursos ou dos rendimentos familiares, visto que na produção camponesa ocorre a simples repetição do processo produtivo, não havendo condições para uma capitalização prévia, vale dizer, para uma reprodução em escala ampliada. Assim, há uma tendência de proletarização gradativa dos membros da família camponesa, visto que a repartição dos bens pelo processo de herança tornam os meios de trabalho insuficientes para a repetição do processo produtivo.

Cabe esclarecer também que a vinculação da produção camponesa ao mercado passa a interferir no processo produtivo camponês. O relacionamento com o mercado gera a crescente necessidade de meios de troca, para a aquisição de parte dos meios de produção. Mais especificamente, a necessidade de aquisição dessas mercadorias resulta da própria especialização da produção mercantil camponesa e dos vínculos que se estabelecem com o comprador de seu produto.

No caso específico da produção do leite, essas mercadorias são as matérias-primas intermediárias (como o sal, o remédio, a vacina para os animais) e os meios de trabalho, (como o arame, a madeira das cercas, a corda, a foice, a cavadeira, o arreo, etc.)⁸⁶.

No conjunto, esses meios de trabalho são uma simples extensão do braço humano, não se constituindo numa forma tecnificada de exploração. Em outras palavras, na produção camponesa existe maior participação relativa do trabalho vivo do que do trabalho morto, isto é, trabalho

86 Os vínculos de subordinação do produtor ao mercado tendem a aumentar na medida em que a cooperativa, por exemplo, estimula a compra de animais selecionados que exigem manejo especial. Por outro lado, os órgãos de assistência técnica gratuita estão continuamente a sugerir ao produtor, a aquisição deste ou daquele produto estreitando-se, progressivamente, os vínculos acima mencionados.

objetivado em produtos. Na medida em que a força de trabalho é o elemento de maior peso entre todos os envolvidos na produção camponesa, pode-se concluir que seus produtos apresentam uma “baixa composição de valor”⁸⁷. Entretanto, a troca dos produtos da unidade camponesa por aqueles de origem industrial (matérias-primas intermediárias e alguns meios de trabalho) efetua-se em condições desiguais, pois os preços relativos dos segundos são sempre maiores que os primeiros. Ou seja, o camponês paga pelos produtos que compra sempre mais do que recebe pelos que vende. Verifica-se, dessa forma, a transferência de parte do valor incorporado no produto camponês ao capital industrial. Portanto, a simples repetição do processo de trabalho camponês, na medida em que depende de vínculos com o mercado, constitui-se numa das formas pelas quais o sobretrabalho camponês é expropriado pelo capital industrial.

Resta agora verificar quais são os mecanismos por meio dos quais o capital industrial, representado pelo laticínio, submete a produção camponesa a seus desígnios. Resta esclarecer, também, como a exploração industrial do leite organizada na forma de empresa cooperativa contrapõe-se aos interesses de seus associados, na medida em que personifica a reprodução ampliada do capital.

O camponês se associa à cooperativa pagando uma quota mensal de acordo com sua capacidade de produção. Da mesma forma, o fornecimento de leite estabelecido através de um sistema de quotas fixas mensais, calculadas a partir da produção média obtida nos meses de julho, agosto e setembro (portanto, na época da “seca”). O produtor tem direito ao preço mínimo apenas nos limites de sua quota, sendo as quantidades que a ultrapassam, pagas à razão de 50% do referido preço.

87 A noção de “composição de valor na produção camponesa” é empregada aqui em analogia ao conceito marxista de “composição orgânica do capital”, empregado para a produção capitalista. A respeito deste último, ver: MARX, Karl., Op. Cit., Livro 1, vol. 1, cap. VI, p. 224-236.

A cooperativa justifica esta medida – a qual, aliás, é regulamentada pelo Estado – dizendo que a indústria precisa ter regularidade no recebimento da matéria-prima. Entretanto, para o produtor, a necessidade de obter uma quota relativamente elevada (a fim de reduzir suas perdas monetárias no período em que pela melhoria das pastagens a produção normalmente ultrapassa a obtida na época da “seca”), força-o a fazer, nos meses de seca, uma suplementação diária de ração para os seus animais, aumentando seus custos e tendo maior dispêndio de trabalho.

O produtor necessita também fazer um controle de qualidade de seu produto. Isso porque o leite apresenta alto grau de acidez, tornando-se imprestável à pasteurização, pago à razão de mais ou menos 10% de seu preço mínimo, embora seja totalmente aproveitado na fabricação do queijo. Neste caso, o produtor cobre apenas as despesas com o transporte, ficando na realidade sem receber nada pelo seu produto. Uma vez estabelecidos os vínculos de dependência do produtor para com a cooperativa, torna-se difícil deixar de fornecer o leite, embora ele tenha consciência de que o sacrifício quase sempre não compensa. Na verdade, a venda do leite representa a aquisição de recursos monetários, através dos quais o produtor passa a participar da economia de mercado.

A constituição da indústria de laticínios na região de Aquidauana destruiu a produção caseira dos derivados do leite, sobretudo do queijo. Embora nada impeça que o fornecedor continue produzindo queijo, a sua produção passa a ser antieconômica, sendo preferível vender o leite. Como consequência, o produtor não só deixa de produzir como também deixa de consumir o queijo. Consome o dinheiro do leite com outros produtos de primeira necessidade.

Outra consequência da instalação da indústria de laticínios é que acaba (ou diminui) a venda do leite cru a domicílio. Os produtores passam a fornecê-lo como matéria-prima para a indústria na medida em que são proibidos por lei de venderem seu produto diretamente ao consumidor.

O desenvolvimento da economia de mercado implica, portanto, na separação entre pecuária e indústria doméstica rural. O aparecimento de modernos meios de produção faz sucumbir a indústria caseira dos deriva-

dos do leite. E, a exemplo do que ocorreu em todos os momentos e lugares onde se deu a separação do trabalhador de suas condições objetivas de trabalho, também neste caso a violência serviu como força econômica de acumulação, mediante a ação de legislação discriminatória⁸⁸.

Pelo que foi exposto anteriormente, é possível perceber um perfil da situação da maioria dos associados da cooperativa, de cuja produção depende fundamentalmente. Ficam claros também os vínculos de dependência que se estabelecem para o produtor, à medida que ele passa a fornecer matéria-prima para a indústria.

Mas antes de adiantarmos qualquer conclusão a respeito da expropriação do pequeno produtor e das contradições que existem mesmo numa situação em que os interesses são supostamente iguais, faremos um pequeno retrospecto para tentar situar o desenvolvimento do cooperativismo no processo mais amplo da nossa história recente.

Historicamente, o cooperativismo desenvolveu-se no Brasil a partir da década de trinta, como uma forma de intervenção do Estado na economia. Intensificou-se posteriormente durante o período populista, quando o Estado procurou racionalizar e controlar a comercialização de determinados produtos primários, induzindo inicialmente os grandes e, mais tarde, os pequenos produtores a se associarem em cooperativas.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, o cooperativismo surge como uma forma de cooptação de alguns movimentos populares-reformistas, canalizando esses movimentos de acordo com seus objetivos, que em última instância, eram determinados pela aliança de classes rurais melhor situadas economicamente perante o Estado e o complexo agroindustrial. Foram sobretudo esses movimentos que forneceram a base ideológica para

88 Tivemos informação de que os vendedores ambulantes de leite cru foram brutalmente perseguidos por elementos da “fiscalização”, tendo inclusive perdido o seu produto que foi despejado na rua. Posteriormente foi promovida uma campanha com o apoio da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado de MS, contra os perigos do consumo do leite “caipira”. Sobre o uso da violência do desenvolvimento da economia de mercado cf. LUXEMBURG, Rosa. Citado.

a mobilização dos produtores no sentido do cooperativismo e determinado tipo de sindicato rural⁸⁹ [de cunho assistencialista e com fortes conotações corporativas].

Assim, no setor leiteiro, por exemplo, o cooperativismo desenvolveu-se a partir dos anos 30, com o aproveitamento de antigas áreas de café no Vale do Paraíba. Houve aí iniciativa de alguns fazendeiros, desenvolvendo-se uma pecuária leiteira cujo objetivo era o abastecimento de grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Daí em diante, a indústria de laticínios conseguiu desenvolver-se de forma a tornar-se hoje um setor altamente concentrado, alcançando, através das Cooperativas Centrais, amplo poder de barganha.

Através da produção diversificada de derivados do leite, cujos preços são liberados e que se destinam a uma minoria privilegiada de consumidores, a indústria de laticínios consegue sobreviver com os baixos preços do leite, verdadeiros preços políticos⁹⁰, transferindo os prejuízos ao produtor rural, principalmente ao pequeno produtor.

No caso específico do cooperativismo no setor leiteiro no estado de Mato Grosso do Sul, pode-se dizer que ele é relativamente recente. A participação das cooperativas na produção total do Estado alcança cerca de 35%, sendo os restantes 65% controlado por empresas particulares.

Ao todo, são cinco cooperativas funcionando no Estado, além da cooperativa central com sede em Campo Grande e Dourados e cuja função é orientar as demais quanto à comercialização e defesa de mercado e de preços⁹¹.

89 CORADINI, Odacyr L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, O. L. e FREDERICO, A. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 56.

90 "O preço do leite é um preço político, elaborado em função das relações de força dentro da economia em geral, e do setor de laticínios em particular". Cf. FREDERICQ, A.. A babá dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. In: CORADINI, O. L. e FREDERICQ, Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 105.

91 Trata-se das cooperativas de Corumbá (Coop. Prod. Leite do Pantanal), Camapuã

Em que pese essa situação atual, pode-se afirmar que, na medida em que a população do Estado se urbaniza, a tendência é que as cooperativas ampliem suas áreas de influência. Na realidade, a área coberta pelas cooperativas vai desde a capital, localizada no centro do estado, até o extremo oeste, na divisa com a Bolívia e o Paraguai e onde se localizam alguns dos municípios maiores criadores de bovinos do mundo.

Ao que tudo indica, as cooperativas locais tendem a se fortalecer com a existência de uma cooperativa central empresarialmente organizada; buscam adaptar-se a um mercado liderado em termos nacionais por corporações de capital altamente concentrado. À medida que isso ocorre, isto é, que as cooperativas centrais procuram adaptar-se a esquemas fortemente empresariais, ocorre um choque com a difusão da ideologia cooperativista entre seus associados: se o fortalecimento do sistema de cooperativas se faz por sua transformação em empresas capitalistas cada vez mais concentradas, isso dificultará, necessariamente, a identificação do produtor com sua cooperativa e sua consequente participação associativa⁹².

Por outro lado, como ressaltou Tavares dos Santos, "mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista", como instituição regida pelas razões próprias da reprodução ampliada do capital e, portanto, apresentando contradições inerentes a esse modo de produção⁹³.

(Coop. Mista Prod. Leite Reg. Centro-Sul) e Aquidauana (Coop. Prod. Leite Sudoeste MS), além do setor leiteiro da COTRISA (Coop. Tritícola Regional Sto Angelo) e da COTRIJUI (Coop. Tritícola Regional Serrana). (As informações sobre a participação das cooperativas na produção leiteira do estado de MS foram obtidas na Copleisul-Aquidauana).

92 CORADINI, O.L. Op. Cit., p. 51. A ideologia cooperativista apresenta seis princípios fundamentais: 1) Livre adesão; 2) Gestão democrática; 3) Juros limitados sobre o capital; 4) Retorno; 5) Desenvolvimento da Educação e 6) Colaboração Inter-cooperativa. Eloy da Silva – "Cooperativismo é uma utopia, que deu certo". Balde Branco, n. 220, p. 35, fev. 1983.

93 SANTOS, José V. T. dos. Os colonos do vinho. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 120.

Estas contradições se apresentam na forma de tensões sociais e se manifestam por duas vias principais. Na primeira, pelas razões referidas anteriormente, manifestam-se em antagonismos decorrentes das relações de exploração que se estabelecem entre a direção da cooperativa que personifica o capital industrial e os trabalhadores, tanto os funcionários quanto os associados camponeses⁹⁴.

No caso dos trabalhadores, a exploração se efetiva na compra de sua força de trabalho, quando a subordinação ao capital é real. O capital controla totalmente a produção.

No caso do camponês, a subordinação ao capital é apenas formal, isto é, decorre das suas relações de dependência para com a indústria e a exploração se dá sobre o produto do seu trabalho.

Uma das formas pelas quais a cooperativa se apropria do sobretrabalho camponês é a existência do fornecimento pelo sistema de quotas determinada pela produção média do fornecedor nos meses de julho, agosto e setembro. Essa é a época em que, normalmente, a produção cai em decorrência da “quebra” nas pastagens. Como pequeno produtor nem sempre tem condições de fazer uma suplementação alimentar – via fornecimento de rações aos seus animais – a produção obtida no período é a menor de todo o ano. Quando, nos meses seguintes, a produção cresce, a quantia que ultrapassar o limite da quota será paga ao produtor na base de 50% do preço mínimo. Essa diferença de preço é incorporada à produção industrial, que tem no leite (matéria-prima), seu principal componente. Esse sobrelu-

94 Na realidade, a cooperativa serve de instrumento através do qual um reduzido grupo de associados se apropria de uma massa de trabalho excedente proveniente tanto da extorsão do operário do laticínio e eventualmente o da fazenda, como também do sobretrabalho camponês. Em geral, esse mesmo grupo de associados tende a perpetuar-se na direção da cooperativa, determinando o destino dos rendimentos líquidos, dos investimentos, dos retornos, etc. Por outro lado, quando se trata de aproveitar de algum serviço oferecido pela cooperativa, tais como o setor de produtos de consumo fornecidos abaixo do preço de mercado, os associados com maior poder aquisitivo são os grandes beneficiados, já que os camponeses consomem apenas o mínimo indispensável.

cro retornará, posteriormente, aos associados da cooperativa segundo critério de produtividade. Se se considera que apenas o grande produtor tem condições de manter estável o fornecimento do produto, conclui-se que ele se apropria não só de uma maior parcela do excedente produzido na sua fazenda, mas também fundamentalmente do sobretrabalho camponês, por intermédio da cooperativa.

O quadro seguinte, montado sobre cálculos preliminares dos custos da produção industrial na cooperativa, permite comprovar a afirmação anterior sobre a importância da matéria-prima nos custos da produção.

QUADRO VI – Composição dos custos da produção industrial*

COMPONENTES	PERCENTAGENS
Matéria prima	84,0
Energia	2,9
Mão de obra	9,3
Outros	3,8
TOTAL	100,00

*Dados preliminares a partir dos cálculos efetuados por Kg. de mussarela produzido.
Fonte: Cooperativa dos Produtores de Laticínios do Sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Embora haja uma aparente subestimação de outros componentes dos custos industriais, evidencia-se mesmo assim a importância de se conseguir matéria-prima a custos mais baixos.

Uma segunda forma de manifestação das tensões sociais existentes na cooperativa tem a ver com o fato de ser esta, em si mesma, uma instituição da reprodução ampliada da produção capitalista. Ou seja, como um empreendimento de transformação de matéria-prima, a cooperativa corporifica a produção industrial, dominando, subjugando o camponês e apropriando-se de seu sobretrabalho. Ao comercializar os seus produtos contribui para que uma massa de trabalho excedente (representada pelo sobretrabalho camponês e pela mais-valia extorquida dos operários) incorporado nestas mercadorias seja realizada no mercado e passa a compor

o valor global gerado em todos os ramos de produção. Nesse sentido, a produção pelo sistema de cooperativa é parte integrante do processo de acumulação de capital⁹⁵.

Concretamente, esse processo implica na intermediação da troca, onde diversas mercadorias e os valores nelas contidos se apresentam e se realizam no mercado.

Nessa altura da análise é preciso não esquecer a situação de subordinação que vive o setor agropecuário face ao grande capital financeiro e industrial. Ressalte-se, a esse respeito, a dependência do setor primário de financiamentos para comprar insumos e ampliar as instalações, de um lado, e os altos preços relativos pagos aos produtos industrializados, de outro. Também o Estado participa, criando artifícios através dos quais permite um certo equilíbrio nas atividades agrícolas, de forma que a acumulação do capital nos setores hegemônicos se efetive.

Mas o mecanismo central pelo qual se reproduz a expropriação do produtor rural pelo capital, mediante a defasagem entre os preços agrícolas e industriais, é a manutenção de preços baixos dos alimentos através de um constante controle estatal. Este controle sobre o setor agropecuário efetiva-se mediante a implementação dos chamados “preços mínimos”. Embora não exista muita concordância no país quanto aos objetivos que se procura atingir, o estabelecimento dos preços mínimos tem sido justificado das seguintes maneiras: a) garantir aos agricultores preços que cubram pelo menos as despesas de produção b) diminuir as oscilações de preços, sobretudo as existentes em épocas de colheita c) evitar as especulações de intermediários. Na verdade, o que parece ter norteado a ação dos órgãos governamentais no estabelecimento dos preços mínimos foi o cuidado para que eles não produzam elevação dos preços para os consumidores urbanos nem

95 Estas contradições e as vias pelas quais elas se manifestem no sistema de cooperativas foram discutidas em profundidade em outro trabalho. Cf. SANTOSJ. V. T. dos. Op. cit., p. 122-124.

maiores obrigações financeiras para o governo⁹⁶. Desta forma, permite-se uma maior redução nos salários do operariado urbano e, conseqüentemente, intensifica-se o processo de acumulação de capital na indústria.

É sob esse quadro que se alteram as relações sociais na agricultura. Sua integração no complexo industrial obedece ao comando desse último setor, que canaliza para si a extração de sobretrabalho no campo.

Por isso mesmo, a persistência de formas “pré-capitalistas”, como a agricultura camponesa, parece ser uma recriação da agroindústria capitalista. Abrem-se novos espaços para a acumulação, às custas sobretudo do sacrifício de pequenos agricultores ou criadores que aumentam suas despesas e sua dependência para com o mercado sem, contudo, aumentar sua renda.

Em resumo, pode-se atribuir a permanência da unidade camponesa à sua capacidade de absorver rendimentos negativos que nem sempre levam em conta os reais custos de produção, capacidade esta devida à auto-exploração que o camponês submete a si e aos membros de sua família. De qualquer forma, trata-se de um processo em que a economia camponesa aparece “reinventada” ou redefinida, contribuindo para a reprodução do sistema capitalista como um todo. Não quer isso dizer que, por ser adequada ao sistema, a presença da produção camponesa, mesmo que redefinida, não implique na emergência de novas contradições. Ao contrário, embora formalmente subordinada ao capital, sua presença implica na existência de limites à expansão das forças produtivas no campo, bem como à generalização da dominação direta do capital em todos os ramos produtivos.

Com relação ao cooperativismo, é possível afirmar concluindo, que cumpre um duplo papel. De um lado, a racionalização econômico-produtiva, que assume essa forma de organização, pode proporcionar ao produtor meios de atenuar sua descapitalização, pois amplia sua participação no preço final do produto. De outro lado, como assinalou Coradini, o cooperativismo “assume um caráter de mediação sociopolítica no processo social,

96 PAIVA, R.M. e outros. O setor agrícola no Brasil. São Paulo: Secretaria da Agricultura de São Paulo., 1973, p. 148/149.

tendo em vista a viabilização e a reprodução do capitalismo, em condições determinadas”. Isto é, o cooperativismo agrícola assume o caráter de uma das formas através dos quais o Estado e suas bases sociais atuam no sentido de, concomitantemente, desenvolver as forças produtivas e manter as tensões e conflitos sociais nos limites do politicamente viável para o padrão de acumulação e dominação pública. Nesse sentido, essa forma de organização adquire caráter de instrumento de compatibilização e catalisação das tensões sociais [mantendo numa mesma organização camadas sociais cujos interesses e reivindicações são em geral conflitantes]⁹⁷.

Capítulo V

A EMPRESA E O EMPRESÁRIO RURAL

Se tomarmos como ponto de partida da análise o tipo estrutural básico de economia e sociedade agrária regional, é possível afirmar que se trata fundamentalmente de uma forma capitalista. Ainda que as relações sociais de produção não se encontrem – inteiramente definidas em termos de compra e venda de força de trabalho, verifica-se, de um lado, a dominação da apropriação privada dos meios de produção e, de outro lado, a existência de um mercado de trabalho constituído. Trata-se, essencialmente, de um regime social definido pela produção de mercadorias. Embora seja significativa a presença de formas transitórias de produção (como a camponesa), deve-se reconhecer que se tratam de formas redefinidas e, em graus distintos, conectadas ao circuito da reprodução do capital.

Considerando que a forma típica de organização da produção na economia capitalista é a empresa, propomo-nos a examinar neste capítulo algumas formas de organização empresarial existentes em atividades agropecuárias regionais. Nesse sentido, faremos preliminarmente uma caracterização breve das relações entre os setores urbano industrial ou urbano comercial e o setor agropecuário. Discutiremos, em seguida, as relações Estado empresa rural tendo em vista as implicações destas relações no que diz respeito a um eventual favorecimento das organizações empresariais. Por último, e a partir de algumas evidências empíricas levantadas pela pesquisa de campo, pretendemos, de um lado, apreender alguns mecanismos através dos quais se constituiu a empresa rural na área em estudo; e, de outro lado, compreender o empresário rural como um tipo humano da sociedade agrária, isto é, enfocar, em nível do sujeito da ação, os comportamentos decisórios em termos

97 Cf CORADINI, O. L. Op. cit., p. 52.

de sua compatibilidade ou no com as formas de ação próprias da organização empresarial. Em outras palavras, indagaremos em que medida as razões de ordem pessoal coincidem com as razões da reprodução do capital.

Numa economia capitalista a constituição da empresa seja qual for o setor de produção, assenta na possibilidade de obter ao menos uma lucrativa média, que lhe permita viabilizar-se enquanto tal. Esta constatação preliminar torna-se necessária quando se tem em vista examinar as condições que podem ou não permitir a organização da exploração agropecuária na forma de empresa rural⁹⁸. Da mesma forma, cabe indicar inicialmente algumas das redefinições por que passou a economia brasileira a partir dos anos trinta, período em que as relações entre o setor agropecuário e os setores urbano comercial e urbano industrial começam a alterar-se.

As transformações da economia brasileira, ao mesmo tempo em que mantiverem a dependência para com as nações capitalistas centrais, transferiu, no plano interno, o eixo de acumulação de capital para o setor industrial, canalizando os excedentes gerados no setor agropecuário para financiar o “desenvolvimento”, representado pelos “polos modernos” de origem urbano industrial. Essa reorientação dada à economia brasileira foi caracterizada como uma nova *forma* de “colonialismo interno”. Ou seja, com o desenvolvimento do mercado interno, a dependência do setor agrário para com o mercado externo “redefiniu-se para dentro”, gerando uma dependência agora para com o setor industrial ou uma “dependência dentro da dependência”⁹⁹.

98 Entende-se por empresa rural o empreendimento econômico que se identifica com a empresa industrial pela existência do trabalho assalariado, pela aplicação do capital constante, pela racionalização do processo produtivo, tendo em vista o aumento da produtividade e do lucro. Enfim, pela presença de todas as condições próprias do capitalismo que visa em última análise, a acumulação e a reprodução do capital.

99 Cf. FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSANYI Tomás e QUEDA, Oriovaldo (Orgs.). Vida rural e mudança social. São Paulo: Nacional, 1976.

Como o crescimento econômico dos “polos modernos” representados pelo setor industrial passou a depender dos excedentes gerados no campo, a economia agrária tornou-se uma importante força de sustentação desses setores de ponta surgidos com a política desenvolvimentista.

Mas, ao contrário do que se poderia supor, essa forma articulada de crescimento não foi em si mesma desvantajosa para as elites empresariais, sobretudo das rurais. Nas palavras de F. Fernandes,

como a economia global não possui condições para atenuar ou corrigir os efeitos negativos da dependência dentro da dependência, o empresário rural usa das decisões ao seu alcance e os papéis econômicos que pode desempenhar no seio da economia urbana, graças ao excedente de que dispõe, para converter a economia agrária em um meio para outros fins econômicos. Alternativamente, a empresa rural também preenche a função de ser um meio para outros fins sociais e políticos¹⁰⁰.

Entretanto, a orientação no sentido de tornar a dependência “um mal necessário e compensador” fez com que fossem preservados elementos não capitalistas nas explorações agropecuárias. Consequentemente, a economia agrária estagnou-se em termos técnicos e recriou indefinidamente categorias de produtores tais como o parceiro, o colono, o agregado, o posseiro etc.

No conjunto, essa realidade da economia brasileira acabaria por dificultar o desenvolvimento das atividades agropecuárias em bases empresariais. Da mesma forma, o comportamento do tipo empresarial (que implica numa adequada manipulação de meios deliberadamente orientados para o lucro) assumiu um caráter defensivo, prejudicando e inviabilizando a modernização dos meios de produção, das relações de trabalho e até mesmo das concepções que integram estes fatores no processo produtivo.

A partir dos anos sessenta, alguns elementos novos foram acrescentados ao quadro acima exposto. Embora persista a dependência e a subordinação do setor agrário para com os setores urbano comercial e urbano

100 FERNANDES, F. Op. cit, p. 110.

industrial, as relações entre eles serão mediadas por outros mecanismos, que evidenciaremos mais adiante.

Nesse período completou-se no país a implementação da indústria de base (siderurgia, petroquímica, etc.), viabilizando o desenvolvimento do ramo de tratores, implementos e defensivos agrícolas, fertilizantes e outros novos meios de produção. O setor agrário (que até então sustentara o desenvolvimento industrial basicamente através do fornecimento de alimentos e matérias-primas a custos reduzidos além da canalização de um contingente populacional para os setores urbanos) agora constituir-se-ia também grande no mercado consumidor para os novos produtos industriais. Em outras palavras, o setor agropecuário saiu do isolamento perdendo gradativamente sua autonomia e capacidade de decisão. Como observou A. P. Guimarães¹⁰¹,

ao aumentar sua dependência, de um lado o forte grupo de indústria fornecedora de insumos, e, de outro lado, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar os seus custos, sem poder compensá-los com uma equivalente lucratividade. Isso também, porque, entre outras razões, o mercado que nessa nova etapa se formará para seus produtos será muito menos livremente competitivo e tenderá a ser dominado, mais e mais, por condições monopolísticas.

Nesse ponto, importa ressaltar que a absorção dos novos meios de produção por parte do setor rural não teria sido possível sem a interferência do Estado. A mediação deste último far-se-á no sentido de fornecer uma ampla rede de créditos, facilitando financiamentos a juros subsidiados. Nesse sentido, o Estado facilitou ao produtor rural a aquisição de um verdadeiro “pacote tecnológico”, imposto pela necessidade de uma produção cada vez mais especializada e uniformizada. Criou e estimulou em todo o país orga-

nismos voltados para a pesquisa e sobretudo para a assistência técnica, tendo em vista a “melhoria de produção e da produtividade” no setor agrário.

A rigor, a assistência financeira e demais políticas dirigidas à agricultura brasileira tiveram início em 1937, com a criação da CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) do Banco do Brasil. Entretanto, somente em 1965, quando o governo federal instituiu o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), foi permitido que toda a rede bancária participasse dela. Segundo a Resolução nº 69, do Banco Central, os bancos particulares devem aplicar 10% de seus depósitos sob a forma de crédito agrícola ou recolhê-los àquele Banco, recebendo juros muito inferiores às taxas de mercado. Outra forma de aumentar o montante de recursos para o crédito agrícola foi a criação do FNRR (Fundo Nacional de Refinanciamento Rural), com a finalidade de conseguir empréstimos de bancos particulares e/ou financiamentos externos, utilizando-os posteriormente no refinanciamento agrícola¹⁰².

Ainda com relação ao crédito rural e mais especificamente os subsídios à aquisição de insumos modernos, destaca-se o Funfertil (Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais), criado com a finalidade de cobrir a totalidade dos juros (17%) nos empréstimos para a aquisição de fertilizantes. Em 1969 o governo federal substituiu o Funfertil pelo Fundag (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola), passando a subsidiar a aquisição de outros insumos como ração, defensivos etc., pagando a metade dos juros e ficando a outra parcela por conta do produtor.

O crédito agrícola, que representava 18% do crédito total do Brasil em 1960, passou a representar 30% em 1968, aumentando ainda mais na década seguinte¹⁰³. No período entre 1973 e 1978, o crédito rural cresceu

101 GUIMARÃES, A. P. A crise agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 114.

102 PAIVA, R. M. e outros. Op. cit., p. 123-124.

103 PAIVA, R.M. e outros. Op. cit., p. 130.

em valor real em 190%, enquanto a produção agrícola aumentou apenas 17%¹⁰⁴.

Evidentemente, o crédito agrícola representa apenas uma parte dos benefícios e incentivos oficiais à agropecuária. Existem ainda os incentivos fiscais, à criação de infraestrutura e outras formas de apoio sem as quais o setor provavelmente não cumpriria as funções para as quais foi designado.

Ao lado das facilidades de crédito e assistência técnica, entre outras, o produtor rural foi atingido por uma generalizada campanha de difusão de produtos, técnicas e programas modernizadores que, no conjunto, propaga a ideologia urbano-industrial. Ou seja, o campo passa a ser concebido pela cidade de forma a tornar-se progressivamente consumidor dos diversos produtos industrializados destinados às atividades agropecuárias. Segundo se propaga, estes produtos possibilitariam uma exploração mais racional, livrando o produtor das limitações do solo, das pragas, enfim, reduzindo a incidência das incertezas da natureza. Através de mecanismos diversos (como os concursos de produtividade, a divulgação de experiências inovadoras etc.) o produtor rural foi sendo aliciado ao consumismo. Para isso contribuem não só o Estado como os órgãos financeiros e principalmente as empresas diretamente interessadas na venda de produtos, patrocinando aquilo que afirmam ser uma verdadeira redenção do setor rural.

Influenciados em parte pelos agentes e propagadores da ideologia urbano industrial (técnicos, pesquisadores, agentes financeiros e vendedores, entre outros), os produtores rurais tiveram alterada substancialmente a sua situação econômica anterior. Paulatinamente vinculam sua produção aos padrões técnicos impostos pelos setores urbano industrial e urbano comercial, que canalizam para si os resultados do incremento da produção agropecuária.

104 Em 1978, o setor rural contava com incentivos fiscais que, somados aos créditos, alcançaram 170 bilhões de cruzeiros, quase a metade da Receita do Tesouro Nacional no ano anterior. Negócios em Exame. São Paulo, n. 180, p. 17, jul. 1979; citado por: CORADINI, O. Op. cit., p. 50.

Assim, pode-se dizer que, do ponto de vista da economia agrária, vem configurando-se um conjunto de modificações substantivas. Em primeiro lugar, porque a industrialização implicou numa crescente urbanização, de forma a ampliar o mercado consumidor para os produtos de origem rural; consequentemente, o setor agropecuário pode orientar seu comportamento tendo em vista o mercado interno e o mercado externo. Em segundo lugar, porque, produzindo para o mercado, os estabelecimentos tenderam a especializar sua produção. Esta especialização implicou, em muitos casos numa maior dependência de insumos industrializados, dadas as exigências das empresas de transformação no momento da aquisição dos produtos agrícolas. Por último, é preciso acrescentar que não só a venda de insumos, mas também o processamento de vários produtos agrícolas foi controlado por grandes empresas. Diante de um mercado cada vez mais oligopolizado, o produtor rural acabou ficando sem muitas opções de compra e venda, tornando-se mais uma vítima do padrão de desenvolvimento imposto ao setor rural.

A incorporação de novas técnicas ao processo produtivo não resultou, sobretudo para os pequenos produtores rurais, em melhoria de sua condição econômica e social. Em outras palavras, houve tecnificação sem capitalização; não ocorreu o aparecimento de pequenos capitalistas e sim um processo de recamponesação, gerando-se apenas pequenos produtores mercantis¹⁰⁵. Face a essa situação, o pequeno produtor teve que ampliar sua jornada de trabalho e incorporar a ela novos membros da família para poder fazer frente ao aumento das despesas com a produção mercantil.

Quanto ao grande produtor¹⁰⁶, pôde melhor posicionar-se frente ao aumento dos custos de produção, aplicando capitais conseguidos a juros subsidiados em outros investimentos mais vantajosos (no mercado de capi-

105 Cf. SILVA, José G. da. O que é a questão agrária, p.59.

106 Dadas as características extensivas, sobretudo da pecuária, o grande produtor é geralmente um grande proprietário de terras, detendo em média quantia superior a 1.000 hectares. Contudo, a categoria de grande produtor pode ser melhor definida a partir do critério do volume de produção e se os rendimentos daí decorrentes permitem ao produtor urna reprodução do capital em escala ampliada.

tais, por exemplo). Mesmo assim, não foram poucos os que ficaram sem suas terras, ou porque as venderam quando começaram a valorizar ou porque não conseguiram pagar os financiamentos obtidos junto aos agentes de crédito.

Em síntese, o produtor rural, sobretudo o grande produtor, que antes conseguia vantagens relativas comportando-se de forma defensiva quanto à modernização de suas atividades, tornou-se o alvo principal dos agentes da modernização. Consequentemente, teve que redefinir sua forma de ação e colocar “tudo na ponta do lápis” antes de começar a produzir. Como disse um dos nossos entrevistados, “ou o fazendeiro organiza-se empresarialmente ou ele tende a desaparecer, dado o crescente aumento das despesas e que imprime urgência na adoção de uma contabilidade dos custos da produção”.

Feitas essas considerações preliminares, apresentamos a seguir alguns casos concretos de organização empresarial verificados na região.

Nesse sentido, consideraremos o estabelecimento como uma unidade de exploração, independentemente de seu tamanho, já que este fato por si só não define a natureza da exploração nem seu possível caráter capitalista. Para definir o caráter capitalista da organização consideraram-se dois critérios¹⁰⁷ principais:

1. A existência do trabalho assalariado. O estabelecimento desse critério prende-se ao fato de que sob essa condição a força de trabalho torna-se mercadoria como qualquer outra, e uma vez adquirida pelo capitalista, tem a faculdade de gerar riquezas em quantidades superiores a seu valor, representado

107 Ver Lênin: Nuevos datos acerca de las leyes del desarrollo del capitalismo en la agricultura, p. 73 e seguintes e p.89 “El nivel del empleo de trabajo assalariado es, claro, el índice mas indiscutible y directo del desarrollo del capitalismo” e “... donde el proceso agrícola no se exprime en el aumento de la area de la tierra cultivada sino en el aumento de las inversiones de capital en la tierra...” Citado por FIGUEIREDO, V. (coord.). A agra-empresa do Distrito Federal. In: ARAUJO, Jose B.de. (Coord.) Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 68.

pelos custos de reprodução do trabalhador. Daí a origem do lucro que se constitui num dos fundamentos da produção capitalista.

2. Crescente ampliação do volume de capital constante, representada pela intensificação do uso de tecnologia moderna. A adoção desse critério permite verificar o caráter capitalista da produção, tendo em vista que o incremento técnico viabiliza uma maior potenciação do trabalho, o que por sua vez resulta em aumento da produtividade e do lucro do capitalista.

Considerando-se, porém, que na área estudada predomina a exploração da pecuária, onde o trabalho assalariado é a forma mais frequente, e que a adoção de tecnologia nem sempre corresponde às reais necessidades do empreendimento, acrescentou-se nas entrevistas a questão da utilização da contabilidade de custos por parte do produtor rural. Assim, tornou-se possível verificar se os critérios anteriormente enunciados correspondiam a uma articulação de meios e fins na atividade explorada ou se, ao contrário, refletiam mais a dominação do setor industrial, impondo seus produtos mediante a intervenção do Estado.

O nível de tecnificação observado nos diversos estabelecimentos¹⁰⁸ varia desde um simples trator – presente entre quase todos os fazendeiros – até uma sofisticada forma de manejo pastoril ou uma variedade de máquinas e implementos agrícolas utilizados, por exemplo, no cultivo da soja. Persiste, entretanto, na quase totalidade dos produtores rurais entrevistados, a opinião de que o aumento da produtividade alcançado mediante

108 Os dados aqui referidos resultaram de entrevistas feitas com produtores rurais, com a amostragem envolvendo todos os municípios cobertos pela pesquisa. Alguns entrevistados foram sorteados a partir de uma listagem de nomes oferecida pelo sindicato dos produtores rurais. Outros (a maioria) foram entrevistados dentro das possibilidades de contato, sem nenhum critério pré-definido.

aplicação de inovações técnicas não compensa economicamente. Por outro lado, quando perguntados porque haviam introduzido em sua exploração tais inovações, responderam que foi devido à “facilidade de crédito” ou às “exigências de mercado”. Muito raramente a resposta obtida formulou-se de forma clara em termos empresariais.

Quanto à utilização do trabalho assalariado, verifica-se que é bastante significativa, o que demonstra que há um mercado de trabalho bem desenvolvido no setor rural. Entretanto, o trabalhador nem sempre se beneficia com isso, visto que, dentre os fazendeiros que utilizam trabalho assalariado (cerca de 80%), a maioria não registra seus empregados e consequentemente não paga os direitos trabalhistas previstos pela legislação. Advogam que as atividades agropecuárias não são suficientemente rentáveis para permitir o pagamento de despesas “extras”; ao mesmo tempo em que se mostram paternalistas para com seus empregados ao garantirem “proteção e assistência a todos eles”¹⁰⁹.

Há entre os assalariados uma predominância dos contratados em caráter permanente, embora haja uma forte tendência ao aumento progressivo de trabalhadores temporários. As entrevistas revelaram a utilização de trabalhadores diaristas em explorações agrícolas parcialmente mecanizadas e também uma ampla utilização de tarefeiros, inclusive índios, contratados para serviços diversos. Por outro lado subsiste em alguns casos a figura do parceiro e do agregado, embora isso

109 Uma das formas pela qual o produtor rural se safa das obrigações trabalhistas é a existência de um hospital do Sindicato Rural de Aquidauana. Construído com a ajuda financeira do INPS, o hospital é mantido pelos produtores sindicalizados e garante assistência a seus empregados mediante a simples apresentação de um bilhete assinado pelo patrão. Com a construção desse hospital, os associados se livraram de um outro dilema: é que antes seus empregados procuravam os serviços de um hospital particular, onde eram atendidos, pois se sabia que trabalhavam para alguém que dispunha de recursos; posteriormente, os fazendeiros eram obrigados a pagar as despesas. Aliás, segundo fomos informados, o grupo de médicos que controla o dito hospital particular chegou a boicotar de todas as formas possíveis a construção do hospital do Sindicato, fato que lhes garantiu a denominação de “máfia branca”.

não exclua a utilização de trabalhadores assalariados. Estes casos apareceram, sobretudo, em lavouras de algodão e de café onde, ao que tudo indica, persiste a necessidade de manter-se uma reserva de mão de obra.

No conjunto, embora haja uma generalizada exploração do trabalho assalariado e uma relativa modernização nos estabelecimentos, apenas quatro (cerca de 10% dos casos por nós analisados) apresentaram uma contabilidade de custos e uma utilização racional dos recursos produtivos. Destas quatro empresas, duas estão ligadas a capitais multinacionais e representam a afirmação de uma tendência de penetração de empresas estrangeiras no setor agropecuário.

A primeira delas é a Fazenda Lajeado. Está localizada no município de Anastácio, tem uma área de 40 mil ha e pertence ao Frigorífico Anglo S. A., subsidiário do truste inglês The Union Internacional Co. Sua atividade está voltada para a pecuária, desenvolvendo de forma integrada as fases de cria, recria e engorda. Conta com assessoramento técnico gerencial e utiliza-se amplamente do trabalho assalariado. Ao que se constatou, esta empresa está ligada ao Frigorífico Anglo também quanto à destinação de seus produtos: forma um dos elos da sua organização vertical, respondendo pelo fornecimento de matéria-prima. Aliás, esta é uma das formas pelas quais a indústria frigorífica controla o preço dos seus produtos.

A outra fazenda denomina-se Bodoquena e estende-se pelo território do município de Miranda e de outros municípios vizinhos. Pertence a três grupos distintos: David Rockefeller, The Diamond A. Cattle Company e Brasil Warrant – Sociedade de Comércio e Participação Ltda. Destes três grupos, os dois primeiros são norte-americanos e controlam em conjunto 49% das ações ordinárias; o terceiro, de nacionalidade brasileira, controla os restantes 51%. Contudo, o grupo Brasil Warrant não parece ser inteiramente nacional¹¹⁰, o que determinaria uma participação majoritária do capital estrangeiro na empresa.

110 Cf. artigo publicado no Diário da Serra, Campo Grande, 27 de março de 1980.

Dedica-se basicamente à pecuária, mas com algumas experiências na agricultura, principalmente no cultivo de café. Recentemente, a empresa tentou iniciar a produção maciça de álcool, mas foi barrada por colocar em risco a reserva ecológica regional representada pelo pantanal.

As outras duas fazendas são iniciativas individuais mais representativas, em suas origens, da maioria dos produtores rurais locais. Por esse motivo, as escolhemos como formas possíveis de organização empresarial no setor agropecuário, dentro dos estreitos limites que lhes são impostos pelos setores urbano comercial e urbano industrial.

Como primeiro exemplo de organização empresarial, citamos o caso da “Fazenda Floresta”¹¹¹, localizada no município de Anastácio. Ali na condição de parceiro, o Sr. Jurandir organizou um empreendimento agrícola numa área de 1.590 ha, onde cultiva arroz, milho e soja. Para tanto, dispõe dos serviços de uma firma de assessoria técnico gerencial, especializada no planejamento de atividades agrícolas. Apesar disso, toda a produção é diretamente acompanhada pelo empresário responsável.

O empreendimento conta com uma pequena participação do proprietário, que exige, além da renda proporcional (15% da produção), uma correção do solo, mediante a aplicação de fertilizantes, calcário etc. Da mesma forma, exige a rotação de culturas e proíbe a exploração da soja e do trigo no mesmo ano agrícola, como se faz em outras regiões do país. Por outro lado, a fazenda fornece a área desmatada e enleirada, cabendo ao parceiro a limpeza total para permitir a mecanização.

O empreendimento conta com a utilização de trabalhadores assalariados permanentes e temporários. Dispõe também de tratores, colhedeiras e outros implementos agrícolas.

Quando perguntado sobre a utilização de terras de terceiros dispondo de recursos para adquirir suas próprias terras, o entrevistado respondeu

111 Nos casos dos empreendimentos de iniciativas individuais, os nomes próprios que aparecem no texto são fictícios.

que, em primeiro lugar, era preferível investir na aquisição de máquinas e, em segundo lugar, utilizava-se dos recursos que dispunha para comercializar parte de sua produção. Para tanto, investira numa máquina de beneficiamento de arroz, através da qual se livra dos intermediários, tornando-se ele próprio um comerciante.

Como se pode depreender da descrição acima, o empreendimento rural não dispõe de terras próprias, mas nem por isso deixa de ser uma organização empresarial. Dado o seu caráter capitalista, o que está em jogo são os requisitos de multiplicação do capital, cabendo ao empresário articular os meios possíveis para que esses requisitos efetivamente se realizem.

De outro lado, embora parte do lucro seja pago como renda da terra, o empresário, controlando a comercialização da produção, consegue reter uma outra parcela de seu lucro que normalmente seria apropriada pelo setor comercial. Por último, deve-se acrescentar que, atuando como comerciante, o mesmo empresário consegue apropriar-se de parcelas de lucro de outros produtores, invertendo sua posição no processo de circulação do capital. Desta forma alia o empreendimento rural com outra atividade urbano comercial.

O outro caso de organização empresarial que verificamos foi a “Fazenda Ouro Branco”, também localizada no município de Anastácio. De propriedade de João Gomes, o estabelecimento é especializado na produção de leite, tendo iniciado recentemente a engorda do gado em regime de confinamento.

Graças a um programa de crédito do Banco do Brasil para a região¹¹², a fazenda tem hoje toda a infraestrutura necessária para a exploração intensiva do gado leiteiro e de corte. Está formada com pastagens artificiais e dispõe de mangueira coberta, chiqueiro para os bezerros, silos para as rações, dependência para os animais confinados etc. Tudo devidamente iluminado e servido por uma rede de água encanada.

112 Sobre os programas de crédito para a região, ver capítulo III deste trabalho.

O empreendimento conta ainda com orientação técnica o que tem permitido a utilização de modernas técnicas de manejo. Exemplo disso é a prática da inseminação artificial com iguais dosagens de cobertura das vacas, para que o número de nascimentos se mantenha mais ou menos estável, durante todos os meses do ano. Outro exemplo é a utilização de rações (forragens) para o tratamento do gado em confinamento. Por meio desse tratamento intensivo pretende-se conseguir um peso médio de 14 arrobas para animais de dois anos e meio de idade.

A fazenda conta com serviços permanentes de pessoas (vaqueiros e retireiros) contratadas em regime de assalariamento. Dispõe de serviços de contabilidade, com controle individual dos animais através de fichário. Segundo informou o proprietário, o serviço contábil é recente, pois antes da tentativa de melhor adequar as técnicas de manejo “dava medo de verificar o prejuízo, dada a baixa renda obtida”.

Outro elemento importante do empreendimento é o fato de o empresário ser sócio fundador da cooperativa de laticínio. Assim, graças à sua condição de grande produtor, além das vantagens conseguidas na comercialização dos insumos, consegue apropriar-se do lucro obtido pela cooperativa, inclusive mediante a subordinação dos pequenos produtores. Ou seja, amplia sua margem de lucro através da sua maior participação na empresa industrial, cujos rendimentos são distribuídos de acordo com a produção do associado.

Dessa forma, o que se observa nos dois casos descritos é que ambos utilizam-se dos setores econômicos urbanos, como o comércio e a indústria, para viabilizarem seus empreendimentos. Rompe-se, assim, a barreira estrutural imposta ao surgimento da empresa rural pelo modelo de crescimento da economia brasileira que atrela o setor agropecuário aos interesses dos setores urbano comercial e urbano industrial.

Isso quer dizer que há, entre os produtores rurais uma consciência da sua subordinação no sistema econômico global. Em outras palavras, significa dizer que a forma como se organiza a produção capitalista no campo implica na geração de riquezas que ampliam a acumulação do capital em

geral, mas que grande parte dela é apropriada especificamente pelos setores urbano comercial e urbano industrial.

Os mecanismos através dos quais este processo se efetiva são bem conhecidos. A fixação dos preços mínimos, por exemplo, (que na realidade acabam sendo os preços máximos), impõe uma severa restrição aos produtores rurais, obrigando-os a calcular os seus custos de produção em função desses preços mínimos. E, em não havendo um maior número de opções mediante as quais possam articular meios e fins, acabam reproduzindo um constante estado de descapitalização, caindo novamente no círculo vicioso da “dependência dentro da dependência”.

Os casos dos empreendimentos agropecuários que mostramos anteriormente indicam, em primeiro lugar, a importante função que desempenha o comércio, cujo conhecimento, a exemplo do passado, continua sendo condição fundamental para as iniciativas empresariais serem bem sucedidas. Em segundo lugar, indicam que a agroindústria mediante o sistema cooperativista “representa uma saída possível”. Entretanto, é uma saída reformista que reproduz as contradições básicas do capitalismo, na medida em que favorece os grandes produtores em detrimento dos pequenos.

Do ponto de vista dos sujeitos tomadores de decisão nos estabelecimentos agropecuários, a pesquisa revelou a existência de dois tipos humanos principais. Primeiro aquele que chamamos de empresário e que conduz sua ação tendo em vista a reprodução do capital, articulando planejadamente os meios escolhidos para atingir tal finalidade; nesse caso, configuram-se ações em que os fins pessoais coincidem com os fins do capital. Segundo, aquele cujas ações só eventualmente coincidem com a conduta típica do empresário, constituindo-se, portanto, em um não empresário¹¹³. Entre estes, as ações predominantes seriam aquelas em que os fins fundamentais são os valores pessoais (valores, emoções, rotina)¹¹⁴.

113 Esta denominação é utilizada por Martins, José de S. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 22.

114 Cf. Weber, M. Economía y sociedad. 2. ed. México/ Buenos Aires: Fondo de

A constatação de que na maioria dos estabelecimentos pesquisados prevalece o segundo tipo levou-nos a indagar o motivo da inexistência de um controle mais racional dos investimentos e se realmente a conduta desses produtores só secundariamente coincidiriam com as ações orientadas para a acumulação de capital.

Na afirmação de que prevalecem entre os produtores não empresários as ações em que os fins fundamentais são os pessoais está implícita a ideia de que seguem uma orientação fundada em explicações sobrenaturais (expressas em promessas, benzimentos, etc.). Ou seja, esse tipo de conduta estaria ligado à ignorância e ao analfabetismo resultante do isolamento vivido pelo produtor rural. A primeira observação a ser feita a esse respeito é que, no caso estudado, tal isolamento não existe. De um lado, porque a maioria dos entrevistados tem residência urbana. De outro, porque existem meios que permitem ao produtor estar em contato contínuo com as informações de seu interesse.

A nosso ver, as explicações para a conduta defensiva dos produtores rurais têm que ser procuradas nos mecanismos através dos quais eles se relacionam com o sistema econômico como um todo. Sem descartar a posição de subordinação do setor agropecuário nem as dificuldades de se efetuarem previsões necessárias ao comportamento empresarial (dificuldades causadas, por exemplo, pela demora na fixação dos preços mínimos), é preciso observar a possibilidade que tem o produtor rural de utilização de outros meios, como a facilidade de crédito (proporcionada pela mediação da propriedade da terra), que lhe permite o desvio de recursos para outras atividades mais lucrativas. A este respeito, constatou-se que, entre os produtores que se utilizaram do crédito agrícola, a maioria empregou-o para a aquisição de imóveis em grandes centros urbanos ou investiram no mercado de capitais. Da mesma forma, quando perguntados sobre a possibilidade de investir em outro setor econômico, apenas algumas respostas indicaram

apego à terra como motivo para não dispor dela. A maioria dos entrevistados deixou transparecer o fato de que a propriedade de grandes extensões de terra não só permite o acesso à benefícios financeiros mas garante influência nos meios políticos, além de constituir-se em fonte de prestígio, servindo de referência para o reconhecimento social do fazendeiro, dados os valores predominantes na sociedade local, regional e até nacional.

Em síntese, parece-nos que as elites rurais continuam com grande parte de suas regalias, privilégios, prestígio e influências sociais assegurados pela detenção de grandes parcelas de terra.

Em conclusão, é possível afirmar que enquanto a exploração de grandes extensões de terra permitir cobrir os custos resultantes da incorporação progressiva de novos meios de produção (por imposição dos setores urbanos), será possível ao produtor rural comportar-se de forma não empresarial. Contrariamente, a organização das explorações agrárias sob a forma empresarial tornar-se-á imperiosa quando os fatores anteriormente enunciados pressionarem no sentido da adoção da racionalidade produtiva, isto é, do aumento da produtividade, redução dos custos etc.

Pelo menos nos casos estudados, a organização da empresa rural surgiu quando o aumento dos custos da produção evidenciou a necessidade de um controle racional do capital investido. Contudo, a constituição da empresa rural só se viabilizou quando articulada a uma atividade urbana possibilitando ao empresário rural reter parcelas que normalmente seriam apropriadas pelos setores econômicos urbanos.

Cultura Econômica, 1964, p. 18-21, citado por Martins, José de S. Op. Cit., p.19.

CONCLUSÃO

O período tratado neste trabalho é relativamente longo, sendo possível dividi-lo em dois momentos distintos. O primeiro compreende basicamente todo o processo de ocupação e estruturação da economia regional, podendo ser delimitado, grosso modo, entre meados do século passado e a década de sessenta do presente século. O segundo momento abrange os últimos quinze ou vinte anos e corresponde ao momento da chamada “industrialização” da agropecuária, isto é, ao período caracterizado pelo controle mais intensivo do capital sobre as atividades do setor primário.

Na exposição precedente enfatizou-se primeiramente o processo de ocupação regional pela exploração da pecuária bovina. Ao final, concluiu-se que ele resultou do crescimento horizontalizado que caracterizou a produção agropecuária brasileira até recentemente. Ao longo de mais de um século, a exploração extensiva da pecuária incorporou ao processo produtivo extensas áreas de terras, tendo como consequências, de um lado, a expropriação e a proletarianização de inúmeras tribos indígenas e, de outro lado, a consolidação de uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Nesse contexto, o desenvolvimento da pequena produção agrícola ocorreu de forma secundária e às vezes subordinada à atividade pastoril. Secundária porque durante muito tempo ela não foi além de uma atividade de subsistência e subordinada porque ela esteve quase sempre voltada para a exploração de terras destinadas à formação ou renovação das pastagens.

Em síntese, o quadro econômico regional estruturou-se tendo por base a exploração da pecuária bovina, conectada e subordinada, a partir do início deste século, à economia paulista, como fornecedora de gado magro. Esta relativa especialização da pecuária resultou da absorção da produção regional pela expansão da produção capitalista e representou um primeiro

momento da divisão social do trabalho nas atividades agropastoris. Pode-se, pois, afirmar que neste período efetivou-se a incorporação regional como frente pioneira e que esta absorção resultou na instauração das relações de troca típicas da economia de mercado. Mais ainda: esta incorporação se fez pela presença de vários empreendimentos, tais como empresas imobiliárias, ferrovia, casas de comércio, bancos etc., respectivamente loteando terras, transportando mercadorias, comprando e vendendo, financiando a produção e o comércio.

Em segundo lugar, ficou patente ao longo da exposição que as transformações operadas no setor agropecuário não podem ser compreendidas sem considerar-se a presença do Estado. Tanto a nível nacional quanto regional o Estado se fez presente, não só na mediação entre o setor primário e os setores urbano comercial e urbano industrial como também e principalmente na definição de mecanismos que resultaram no favorecimento, sobretudo de grandes e médios produtores rurais. Dentre uma variada gama de medidas, sobressaem-se as de natureza financeira, principalmente a expansão do crédito subsidiado. Embora os recursos daí provenientes tenham sido em grande parte deslocados de seu destino inicial, é inegável que a participação do Estado proporcionou alterações nas atividades agropecuárias, na medida em que patrocinou a adoção de técnicas modernas no processo produtivo. Ao lado do crédito o setor público investiu em infraestrutura, criou incentivos fiscais, favoreceu o armazenamento e a comercialização de produtos, ampliou a rede de assistência técnica e incentivou a pesquisa voltada para o setor agropecuário.

No conjunto, a participação do Estado tem viabilizado o avanço e o controle do capital sobre as atividades agropecuárias: de um lado porque se alteram as condições técnicas da produção e, de outro lado, porque esta modernização tem reflexos nas relações de trabalho, na medida em que se incrementa o trabalho assalariado e se redefinem as formas da produção camponesa, progressivamente submetidas ao mercado, vale dizer, ao controle do capital comercial e agroindustrial. Contudo, a incorporação de novas técnicas nem sempre corresponde às reais necessidades da exploração

agropecuária. Ao contrário, na maioria das vezes, representa uma imposição do setor industrial facilitada pela existência do crédito para sua aquisição. Da mesma forma, e por mais paradoxal que pareça, o favorecimento, pelo Estado, do setor agropecuário contribui em parte para que as explorações se comportem de forma defensiva. Isto é, não se organizam de forma empresarial através de uma maior articulação de meios e fins, na medida em que – pela mediação da propriedade da terra – os grandes produtores rurais podem, por exemplo, desviar recursos obtidos para outros setores como a especulação imobiliária ou o mercado de capitais.

As alterações nas relações sociais de produção constituíram o principal tema de nossa investigação. Assim, no que diz respeito ao advento do trabalho assalariado, uma rápida reconstrução da história regional evidenciou que o processo teve início com a expropriação indígena. Contudo, a generalização do trabalho assalariado continuou (e continua) com a expropriação dos pequenos produtores rurais, principalmente aqueles que detêm a posse precária da terra, como posseiros, pequenos arrendatários e pequenos parceiros. A valorização da terra e a modernização parcial dos empreendimentos, aliadas, a uma já relativa disponibilidade de mão de obra para a execução dos trabalhos rurais, são os principais fatores a contribuir para o crescimento do contingente de trabalhadores expropriados. Grande parte destes trabalhadores é assalariada permanente e residente no campo. Mas há uma tendência à generalização do trabalho temporário, uma vez que, ao contratar trabalhadores diaristas ou por empreitada, o empregador não apenas se livra dos vínculos empregatícios como também se permite alterar o volume de mão de obra conforme as exigências do momento.

Com relação à parceria, verificou-se que sua adoção atendeu a finalidades diferentes, de acordo com o contexto histórico da sua manifestação concreta. Num primeiro momento, quando existia escassez de mão de obra e até de recursos monetários, ela apareceu como uma saída possível para a formação das fazendas e, na medida em que incorporava trabalho não pago, contribuiu para que se efetivasse uma acumulação primitiva na região. Já num segundo momento a parceria aparece quando o trabalho as-

salariado é dominante e, embora continue com a função de reserva de mão de obra, sua adoção apresenta outra ordem de significação; considerando-se que ela aparece numa empresa rural, pode-se afirmar que do ponto de vista do capital sua exploração mostra-se mais racional: de um lado, porque a parceria representa a socialização dos custos e dos riscos de produção na medida em que o parceiro se apresenta como “sócio” do empreendimento; de outro lado, porque para a empresa existe a certeza da dedicação do parceiro, que tem a ilusão de estar trabalhando para si na medida em que participa como proprietário de parte dos meios de produção.

Resta acrescentar também que o desenvolvimento regional em moldes capitalistas redefiniu a produção camponesa incorporando-a à economia de mercado e submetendo-a ao controle do capital industrial. O desdobramento desta tendência a partir da análise de uma cooperativa de laticínios evidenciou que a recamponesação constitui uma das formas através das quais se efetua a acumulação capitalista, graças à capacidade que possui a unidade camponesa de absorver rendimentos negativos. Na realidade, esta situação é possível devido ao fato de que o camponês produz parte de sua subsistência e, portanto, não leva em conta os custos reais da produção, podendo vender suas mercadorias a qualquer preço. Ou seja, os mecanismos que permitem à unidade camponesa absorver rendimentos negativos têm a ver com a auto exploração a que o camponês se submete juntamente com os demais membros de sua família.

Se a produção camponesa aparece redefinida, contribuindo para a reprodução do capital, não quer isto dizer que, por ser adequada ao sistema como um todo, sua presença deixe de significar a emergência de novas contradições. Ao contrário, embora formalmente subordinada ao capital, sua presença implica na existência de limites à expansão das forças produtivas no campo, bem como à generalização da dominação direta do capital sobre todos os ramos da produção. De qualquer forma, o processo de recamponesação não se opõe à proletarianização, na medida em que existe um limite à permanência da unidade camponesa, representado pela dificuldade de reprodução dos seus membros como novos camponeses.

Por último, cabe mencionar que o presente estudo constituiu uma tentativa de questionamento do modo pelo qual ocorre o desenvolvimento regional, considerado sob a perspectiva dos efeitos da penetração do capital sobre as atividades agropecuárias. Por isso mesmo, não esgota a temática discutida, representando apenas uma pequena contribuição para o debate em torno das questões relacionadas com as transformações das relações de produção – o que certamente ocorrerá com o desenvolvimento de outras pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Diores S. Comunicações entre o sul de Mato Grosso e o sudoeste de São Paulo: o comércio de gado. *Revista de História*. São Paulo: Marco Zero, vol. LIII, n. 105, p. 191-214, jan/mar. 1986.
- CAMPOS, Fausto V. de. *Retrato de Mato Grosso*. 3. ed. São Paulo: Brasil Oeste, 1969, 286 p.
- CORADINI, Odacir L.; FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativa e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 184p.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1966, 741p.
- CORRÊA, Valmir; CORIA, Lúcia S. *História e historiografia de uma região*. s.ed., Corumbá, 1985, 95p.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 377p.
- _____. Anotações sobre o capitalismo agrário no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1976. 239p.
- FIGUEIREDO, Vilma (Coord.). A intensificação da agroempresa no Distrito Federal. In: ARAÚJO, José B. de (Coord.). *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1980, 205p.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1975, 24E3p.
- BENITES, Miguel G. *Os frigoríficos de São Paulo e arredores*. São Paulo. 1978. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GNACCARINI, José C. *Latifúndio e proletariado*: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo: Polis, 1980, 185p.
- GUIMARÃES, Alberto P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 362p.
- IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo*: estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980, 329p.
- LENIN, Vladimir I. Nuevosdatos acerca de lasleyesdeldesarrollodel capitalismo enla agricultura. *Obras completas*. Moscú, Tomo 22.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 402p.
- LOPES, Juarez R. B. *Do latifúndio empresa*: unidade e diversidade do capitalismo no campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981, 125p.
- LOUREIRO; Maria R. G. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, 135p.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 516p.

MARTINS, Demóstenes. *História de Mato Grosso*. São Paulo: Vaner Bicego, s. d. 204p.

MARTINS, José de S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975. 161p.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982, L.1, v. 1.

_____. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. L. 3, v. 6.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 137p.

_____. *Capítulo VI Inédito de o capital*. São Paulo: Moraes, 1985. 169p.

MACHADO, Paulo C. *Parceria pecuária*. São Paulo: Saraiva, 1972. 136p.

NEVES, Joana. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal: civilização e dependência*. 1980. 181p. Dissertação— Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981, 87p.

OLIVEIRA, Roberto C. de. *Urbanização e tribalismo: integração dos índios terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 237p.

PAIVA, Rui M. et al. *O setor agrícola no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1973. 442p.

PARDI, M. C.; CALDAS, R. B. Grandes deslocamentos de gado no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINÁRIA. Niterói, 1968. *Anais...* Niterói, 1968. v. 2.

PATROCÍNIO, José Sabino do. *Da parceria pecuária*. Miranda, 1942. Inédito.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 364p.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, 390p.

RIBEIRO, Renato. *Taboco 150 anos: balaio de recordações*. Campo Grande, s. ed., 1984. 233p.

SANTOS, José V. T. dos. *Os colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978. 182p.

SILVA, José G. da. *Estrutura fundiária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980. 240p.

_____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981. 210p.

_____. *O que é a questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1980. 109p.

SILVA, Sérgio. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKY, Jaime, (Org.). *Capital e trabalho no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979. 146p.

SODRÉ, Nelson W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro, José Olimpio, 1941, 206p.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre – 1957-1970*. 1986. 161p. Dissertação – Universidade Estadual Paulista, Assis.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.

ANEXO

NOME DA PROPRIEDADE: _____

CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA: _____

LOCADOR SR. _____

LOCATÁRIO SR. _____

COMO SE DECLARA ABAIXO NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

Quantia de covas de café contratada

1. O proprietário se obriga a dar o mato derrubado, linhado e emaderado com covas feitas e sementes. Obriga-se também a dar casas de madeiras ou galpão feitos. A semeadura do café será feita por conta do empreiteiro, em outubro do ano de 1.972.
2. O parceiro se obriga a zelar das covas e conservar as madeiras em ordem e também conservar 2 mudas em cada cova, sendo 20cm uma da outra, e fazer limpeza, desbrotar em tempo certo. Dar quantas carpas for necessário. Também conservar o terreno sempre limpo, replanta ETC. O serviço acima citado não estando em ordem obriga o proprietário a por gente para fazer o serviço por conta do empreiteiro.
3. Todas as produções do café durante o período dos 6 anos serão divididas em partes iguais, ou seja 50% do proprietário e 50% do empreiteiro.
 - a) O proprietário se obriga a fazer o carroto da lavoura até no terreiro da propriedade
 - b) O parceiro se obriga a dar o café seco na tulha da fazenda.
4. O parceiro se obriga a fazer esparrama de cisco ao término de todas as colheitas.
5. O proprietário se obriga a fornecer ao parceiro, a importância de Cr\$

25,00 (Vinte e cinco cruzeiros), por mês em cada mil covas de café, durante os seis meses do primeiro ano.

a) Este financiamento será feito em mercadoria no armazém da fazenda.

b) Desde que o parceiro colher o primeiro cereal deverá resgatar o financiamento acima mencionado.

1. O parceiro se obriga em abrir e zelar de carreadores dentro da lavoura que lhe pertence.

2. O parceiro também se obriga a dar 1 (um) dia serviço ao proprietário por cada mil covas de café durante o ano.

a) Sujeito ao serviço que o proprietário indicar.

b) Os dias em que o parceiro trabalhar a mais receberá a importância de Cr\$10,00 (Dez cruzeiros), a seco.

3. O empreiteiro não poderá vender sua empreita, se por ventura, o mesmo não tirar seu tempo, perderá o que fez durante todo o período.

4. As replantas serão feitas através de balainhos por conta do empreiteiro, anualmente no período indicado pelo proprietário. Caso as mesmas forem deixadas de fazê-las correrá uma multa de Cr\$ 10,00(Dez cruzeiros), por cova.

5. O parceiro se obriga a combater insetos a qualquer doença que venha prejudicar a lavoura cafeeira, sendo que o proprietário ajuda com 5% de inseticida.

6. O parceiro não pode trabalhar fora da fazenda sem, ordem da administração.

7. O parceiro se obriga a zelar das benfeitorias que se encontrar sob sua responsabilidade, não podendo desmanchar ou vender as mesmas, devendo também manter sempre limpo as que lhes pertencer.

8. Todo o cereal que for produzido na fazenda, sendo preço por preço, será de preferência do proprietário da mesma.

9. O parceiro pagará 50% da mudança no ato e outro 50% com a primeira colheita de cereais, sem juros.

(PLANTAÇÃO)

1. No primeiro ano[] - 4 carreiras de arroz na rua do café, ou 2 carreiras de milho. E dentro das de milho poderá plantar 3 carreiras do feijão.

2. No segundo ano[] - 3 carreiras de arroz, ou 1 carreira de milho e 2 de feijão

3. No terceiro ano[] - 2 carreiras de arroz ou 2 de feijão

4. Do quarto ao resto[] - 1 carreira de arroz ou 1 carreira de feijão.

Observação: Regulamento do plantio.

O parceiro se obriga a plantar 50% de sua lavoura em soja, somente no primeiro ano, e pagar a renda de 15% para o proprietário líquido.

3 carreiras cada rua, obedecendo a distância da cova de café e um metro e vinte centímetros.

Os cereais deverão ser plantados somente nas ruas de 4 metros.

Todas as madeiras de lei que se encontrarem na fazenda não terão direito de queimar, vender quando na precisão. Somente com autorização da administração da fazenda.

Obedecendo todas as cláusulas do presente conato, obriga-se ainda o parceiro a aceitar em sua lavoura, a fiscalização do Banco do Brasil S/A., e fiscalização do IBC(Instituto Brasileiro do Café).

Fica eleito o Foro desta Comarca de Aquidauana para a solução das questões por ventura emergentes deste contrato.

Por estarem de acordo em ambas as partes, assinam o presente, com as demais testemunhas.

Nome do locatário

1ª testemunha

Nome do locador

2ª testemunha